

stricto
SENSU
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JOSÉ VITOR BLANCO VIEIRA

**A GEOGRAFIA ELEITORAL:
PADRÕES DE VOTAÇÃO PARA DEPUTADOS FEDERAIS NO RIO
GRANDE DO SUL E EM PERNAMBUCO NAS ELEIÇÕES DE
2006 E 2010**

**Porto Alegre
2012**

JOSÉ VITOR BLANCO VIEIRA

**A GEOGRAFIA ELEITORAL:
PADRÕES DE VOTAÇÃO PARA DEPUTADOS FEDERAIS NO RIO GRANDE DO
SUL E EM PERNAMBUCO NAS ELEIÇÕES DE 2006 E 2010**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia em Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Rafael Machado Madeira

Porto Alegre

2012

V657g Vieira, José Vitor Blanco, 1982-

A geografia eleitoral: padrões de votação para deputados federais no Rio Grande do Sul e em Pernambuco nas eleições de 2006 e 2010 / José Vitor Blanco Vieira – 2012.

Nº de páginas. Ex: 162 f.

Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / Faculdade de Filosofia em Ciências Humanas / Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Porto Alegre, 2012.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Machado Madeira

1. Sistema eleitoral. 2. Geografia política. 3. Padrões de votação. I. Madeira, Rafael Machado. II. Título.

CDU 32(81)

JOSÉ VITOR BLANCO VIEIRA

A GEOGRAFIA ELEITORAL:
PADRÕES DE VOTAÇÃO PARA DEPUTADOS FEDERAIS NO RIO GRANDE DO
SUL E EM PERNAMBUCO NAS ELEIÇÕES DE 2006 E 2010

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia em Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 30 de Março de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira
Orientador

Prof^ª. Dra. Silvana Krause
UFRGS

Prof. Dr. Hermílio Pereira dos Santos Filho
PUCRS

Porto Alegre

2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que através do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais oportunizou a realização desta pesquisa e dissertação.

Ao Professor Dr. Rafael Machado Madeira, pela sua orientação, incentivo e oportunidades de aprendizado.

Aos meus familiares e amigos pelos apoios incondicionais.

Aos colegas de Mestrado pelas ricas contribuições nas reuniões quinzenais do grupo de estudos.

Ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, pelo incentivo institucional através da concessão da Licença para capacitação, fundamental para o êxito desta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação aborda a Geografia do Voto e os padrões de votação dos candidatos a deputado federal pelo Rio Grande do Sul e por Pernambuco nas Eleições de 2006 e 2010. Foram analisados diferentes métodos de escolha do eleitor, buscando aferir a existência de incentivos institucionais do sistema eleitoral brasileiro para votações concentradas em determinadas regiões desses Estados. Examinaram-se os votos obtidos pelos candidatos nos referidos pleitos, verificando, os índices de concentração e dispersão dos sufrágios e o grau de influência eleitoral dos deputados que concorreram à reeleição sobre os municípios que lhes atribuíram às maiores votações. Investigando os padrões encontrados, os mesmos foram relacionados com as diferentes coligações, partidos políticos e, também, com o sucesso eleitoral dos candidatos. Os resultados obtidos demonstraram um maior índice de políticos com base concentrada em determinadas regiões no Estado Pernambucano e um equilíbrio entre concentração e dispersão dos votos para os candidatos gaúchos. Em ambas as unidades federativas, ainda, puderam ser verificadas graus de dominância dos deputados sobre suas bases eleitorais em, aproximadamente, 40% dos casos. Ao final, verificou-se que, para esses dois Estados, não houve um incentivo para a concentração representativa de algumas áreas geográficas em detrimento de outras. Foi identificada uma representatividade proporcional à população das regiões estaduais, com pequenas variações, gerando índices superiores nas capitais. Desta forma, esta dissertação se justifica pela relevância do tema, ausência de trabalhos empíricos recentes abordando comparativamente dois Estados de características tão distintas, e pela contribuição com o debate de algumas questões teóricas da Ciência Política.

Palavras-chave: Sistema Eleitoral. Geografia Política. Padrões de Votação. Deputados Federais. Rio Grande do Sul. Pernambuco.

ABSTRACT

This dissertation addresses the geography of the vote and the voting patterns of candidates for federal deputy from Rio Grande do Sul and Pernambuco in the elections in 2006 and 2010. We analyzed different methods of choice of voters, seeking to assess the existence of institutional incentives of the Brazilian electoral system of voting concentrated in certain regions of these states. We examined the votes obtained by candidates in those elections, checking the levels of concentration and dispersion of the votes and the election influence of the deputies who ran for reelection on the municipalities which they attributed to larger votes. Investigating the patterns found, they were related to different coalitions, political parties and also with the electoral success of candidates. The results showed a higher index of politicians with their base concentrated in certain regions in the state of Pernambuco and a balance between concentration and dispersion of votes for candidates in Rio Grande do Sul. In both federal units it was also verified degrees of dominance of deputies over their bases in approximately 40% of cases. Finally, it was found that, for these two states, there was no incentive to the representative concentration of a number of geographic areas over others. It was identified a representation proportional to population of the state regions, with minor variations, generating higher rates in the capital. Thus, this work is justified by the importance of the topic, lack of recent empirical work addressing comparatively two states as distinct features, and contribution to the discussion of some theoretical issues of Political Science.

Keywords: Electoral System. Political Geography. Voting patterns. Federal Deputies. Rio Grande do Sul. Pernambuco.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Em uma Escala de 1 (menos importante) a 10 (muito importante), qual a importância dessas atividades para o seu sucesso eleitoral?	34
Tabela 2 - Sistema Proporcional de Lista Aberta no Mundo.....	41
Tabela 3 - Padrões de concentração e fragmentação eleitoral nos municípios Brasileiros.....	74
Tabela 4 - Padrões Espaciais de Votação para Deputado Federal - Pernambuco	75
Tabela 5 - Padrões Espaciais de Votação para Deputado Federal - Rio Grande do Sul	76
Tabela 6 - Padrões de concentração e dispersão do voto dos deputados eleitos por região - %.....	77
Tabela 7 - Padrões de Dominância dos deputados federais - %.....	78
Tabela 8 - Distribuição dos deputados segundo as dimensões de concentração e dominância - 1994 e 1998 - %	80
Tabela 9 - Quadro Geral da Eleição para deputado federal no Rio Grande do Sul - partidos - 2006	83
Tabela 10 - Votação para Deputado Federal - RS - 2006.....	84
Tabela 11 - Votação dos candidatos da Coligação Frente Popular - A Força do Povo - qualificado	86
Tabela 12 - Votação dos candidatos do PMDB - qualificado	88
Tabela 13 - Votação dos candidatos da Coligação União Rio Grande Afirmativo - Qualificado	89
Tabela 14 - Votação dos candidatos do PP - qualificado.....	90
Tabela 15 - Votação dos candidatos do PDT - qualificado	92
Tabela 16 - Votação dos candidatos da Coligação PTB/PMN - qualificado.....	93
Tabela 17 - Votação dos candidato do PSB - qualificado	94
Tabela 18 - Votação da candidata do PSOL - qualificado.....	95
Tabela 19 - Quadro Resumo - Rio Grande do Sul.....	96
Tabela 20 - Quadro Geral da Eleição para deputado federal em Pernambuco - partidos - 2006.....	98
Tabela 21 - Quadro Geral Eleição para Deputado Federal - PE - 2006	98
Tabela 22 - Votação dos candidatos da Coligação Pernambuco Melhor.....	100

Tabela 23 - Votação dos candidatos da Coligação União pelo avanço de Pernambuco	102
Tabela 24 - Votação dos candidatos da Coligação Frente Popular por Pernambuco	104
Tabela 25 - Quadro Resumo - Pernambuco	105
Tabela 26 - Quadro Geral da Eleição para deputado federal no Rio Grande do Sul - 2010	110
Tabela 27 - Votação para Deputado Federal - RS - 2010	110
Tabela 28 - Votação dos candidatos do PT - qualificado	113
Tabela 29 - Votação dos candidatos da Coligação União Rio Grande Afirmativo - qualificado	114
Tabela 30 - Votação dos candidatos da Coligação Unidade pelo Rio Grande - Qualificado	116
Tabela 31 - Votação dos candidatos da Coligação Aliança Trabalhista Democrática - Qualificado	117
Tabela 32 - Votação dos candidatos do PMDB - qualificado	118
Tabela 33 - Votação dos candidatos do PDT - qualificado	119
Tabela 34 - Votação da candidata do PSOL - qualificado	120
Tabela 35 - Padrões de dominância dos candidatos do PT - 2010	124
Tabela 36 - Padrões de dominância dos candidatos do PMDB - 2010	125
Tabela 37 - Padrões de dominância dos candidatos do PP - 2010	126
Tabela 38 - Padrões de dominância dos candidatos do PSDB - 2010	127
Tabela 39 - Padrões de dominância dos candidatos do PDT - 2010	128
Tabela 40 - Padrões de dominância dos candidatos do PTB - 2010	129
Tabela 41 - Padrões de dominância dos candidatos do PSB, PCdoB, DEM e PSOL - 2010	130
Tabela 42 - Quadro Resumo - Rio Grande Do Sul	132
Tabela 43 - Quadro Geral da Eleição para deputado federal em Pernambuco - 2010	134
Tabela 44 - Votação para Deputado Federal - PE - 2010	134
Tabela 45 - Votação dos candidatos da Coligação Frente Popular de Pernambuco - Qualificado	137
Tabela 46 - Quantidade de votos por partido da Coligação Frente Popular de PE	138

Tabela 47 - Votação dos candidatos da Coligação Pernambuco pode mais - Qualificado	140
Tabela 48 - Quantidade de votos por partido da Coligação Pernambuco pode mais.....	140
Tabela 49 - Padrões de dominância dos candidatos do PT - 2010	142
Tabela 50 - Padrões de dominância dos candidatos do PSB - 2010.....	143
Tabela 51 - Padrões de dominância dos candidatos do DEM - 2010	144
Tabela 52 - Padrões de dominância dos candidatos do PTB - 2010	145
Tabela 53 - Padrões de dominância dos candidatos do PSDB - 2010	146
Tabela 54 - Padrões de dominância dos candidatos do PMDB - 2010.....	147
Tabela 55 - Padrões de dominância dos candidatos do PDT - 2010.....	148
Tabela 56 - Padrões de dominância dos candidatos do PP, PR, PSC e PRB - 2010.....	149
Tabela 57 - Quadro Resumo - Pernambuco.....	150
Tabela 58 - Padrões de Votação - Rio Grande do Sul x Pernambuco.....	153
Tabela 59 - Representação por mesorregião e capital - Rio Grande do Sul	155
Tabela 60 - Representação por mesorregião e capital - Pernambuco.....	156

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Espécies de critérios de votação	60
Quadro 2 - Padrões estaduais de distribuição espacial para cargos legislativos (deputados)	62
Quadro 3 - Modalidade de Concentração e Dispersão do Voto.....	68

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rio Grande do Sul - mesorregiões e a capital	155
Figura 2 - Pernambuco - Mesorregiões.....	156

LISTA DE ABREVIACÕES

Partidos

PT – Partido dos Trabalhadores
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PP – Partido Progressista
DEM/PFL – Democratas / Partido da Frente Liberal
PR/PL – Partido da República / Partido Liberal
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PPS – Partido Popular Socialista
PSC – Partido Social Cristão
PV – Partido Verde
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PSL – Partido Social Liberal
PSDC – Partido Social Democrata Cristão

LISTA DE SIGLAS

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

TRE-RS: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

TRE-PE: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

RS: Rio Grande do Sul

PE: Pernambuco

R: Reeleitos

NR: Não Reeleitos

DA: Dominância Alta

DM: Dominância Média

C: Compartilhada

REP: Repetição

Concent.: Concentração

Dispers: Dispersão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA DA DISSERTAÇÃO	17
1.2 HIPÓTESES E CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	20
1.3 ESTRUTURA DA PESQUISA.....	23
2 ASPECTOS INSTITUCIONAIS E TEÓRICOS SOBRE O SISTEMA POLÍTICO- ELEITORAL NO BRASIL	25
2.1 O SISTEMA PROPORCIONAL DE LISTA ABERTA E SUAS DERIVAÇÕES NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO.....	26
2.2 AS TEORIAS EXPLICATIVAS DO COMPORTAMENTO POLÍTICO E SUA RELAÇÃO COM A DECISÃO DO VOTO	42
2.2.1 Modelo distributivista	43
2.2.2 Modelo informacional	46
2.2.3 Modelo partidário e demais considerações sobre o caso brasileiro	47
2.3 O VÍNCULO TERRITORIAL NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E AS TIPOLOGIAS DE DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS	52
2.3.1 Território e a representação política	53
2.3.2 O mandato parlamentar e os interesses locais	54
2.3.3 A accountability e o localismo	56
2.3.4 A tipologia de Barry Ames	60
2.3.5 Votação concentrada e dominante	63
2.3.6 Votação concentrada e não-dominante	64
2.3.7 Votação dispersa – não dominante	65
2.3.8 Votação dispersa e dominante	66
2.3.9 Investigações de padrões de votação no Brasil	67
3 A GEOGRAFIA DO VOTO PARA DEPUTADO FEDERAL NAS ELEIÇÕES 2006	69
3.1 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE A GEOGRAFIA DO VOTO NO BRASIL: CONCEITOS E RESULTADOS.....	70
3.2 A ELEIÇÃO PARA DEPUTADO FEDERAL EM 2006	81

3.2.1 Rio Grande do Sul	82
3.2.1.1 Frente popular: a força do povo (PT - PCdoB)	86
3.2.1.2 Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	87
3.2.1.3 União Rio Grande Afirmativo (PSDB - PFL - PPS - PL)	89
3.2.1.4 Partido Progressista (PP)	90
3.2.1.5 Partido Democrático Trabalhista (PDT)	91
3.2.1.6 Coligação PTB/PMN.....	92
3.2.1.7 Partido Socialista Brasileiro (PSB)	94
3.2.1.8 Frente de Esquerda Rio Grande (PSOL - PCB)	94
3.2.1.9 Considerações gerais sobre o Rio Grande do Sul	95
3.2.2 Pernambuco	97
3.2.2.1 Coligação Pernambuco Melhor (PT - PTB - PRB - PCdoB)	99
3.2.2.2 Coligação União pelo avanço de Pernambuco (PMDB - PSDB - PFL - PPS).....	101
3.2.2.3 Coligação Frente Popular por Pernambuco (PSB - PL - PP - PDT - PSC)	103
3.2.2.4 Considerações gerais sobre Pernambuco.....	105
4 GEOGRAFIA DO VOTO PARA DEPUTADO FEDERAL EM 2010 E O PROCESSO REELEITORAL	107
4.1 ELEIÇÃO PARA DEPUTADO FEDERAL EM 2010 NO RIO GRANDE DO SUL ..	108
4.1.1 A variável concentração/dispersão	112
4.1.1.1 Partido dos Trabalhadores	112
4.1.1.2 Coligação Rio Grande Afirmativo (PP - PSDB - PPS - PSC – PHS - PTdoB - PSL)	114
4.1.1.3 Coligação Unidade pelo Rio Grande (PSB - PCdoB - PR).....	115
4.1.1.4 Coligação Aliança Trabalhista Democrática	116
4.1.1.5 Coligação Juntos pelo Rio Grande (PMDB - PSDC)	118
4.1.1.6 Coligação PDT- PTN.....	119
4.1.1.7 Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	120
4.1.2 A variável dominância/não-dominância dos votos	121
4.1.2.1 Partido dos Trabalhadores (PT)	123
4.1.2.2 Partido do Movimento Democrático Brasileiro.....	125
4.1.2.3 Partido Progressista	126
4.1.2.4 Partido da Social Democracia Brasileira	127

4.1.2.5 Partido Democrático Trabalhista	128
4.1.2.6 Partido Trabalhista Brasileiro.....	129
4.1.2.7 Outros Partidos	130
4.1.3 Considerações gerais - Rio Grande do Sul (2010).....	131
4.2 ELEIÇÃO PARA DEPUTADO FEDERAL EM 2010 EM PERNAMBUCO	133
4.2.1 A variável concentração/dispersão.....	136
4.2.1.1 Coligação Frente Popular de Pernambuco para Deputado Federal.....	136
4.2.1.2 Coligação Pernambuco pode mais.....	139
4.2.2 A variável dominância/não-dominância dos votos.....	141
4.2.2.1 Partido dos Trabalhadores (PT)	141
4.2.2.2 Partido Socialista Brasileiro.....	143
4.2.2.3 Partido Democratas.....	144
4.2.2.4 Partido Trabalhista Brasileiro.....	145
4.2.2.5 Partido da Social Democracia Brasileira	146
4.2.2.6 Partido do Movimento Democrático Brasileiro.....	147
4.2.2.7 Partido Democrático Trabalhista	147
4.2.2.8 Outros Partidos	148
4.2.3 Considerações gerais - Pernambuco	149
5 CONCLUSÕES	151
REFERÊNCIAS.....	159

1 INTRODUÇÃO

As grandes discussões referentes à Reforma Política no Brasil, nos últimos anos, ganharam temas de profunda relevância para o futuro da democracia no país. Sem dúvida, os debates tanto nos meios acadêmicos quanto na esfera política acerca do sistema eleitoral adotado para as eleições proporcionais estão no topo dos principais assuntos relacionados à política brasileira.

Vários autores e diferentes vertentes apontam para caminhos opostos para fundamentar o momento político-eleitoral no Brasil. Se por um lado, alguns cientistas políticos sustentam que alguns vícios característicos do sistema proporcional de lista aberta deveriam ser superados a partir da mudança para outro método de seleção dos candidatos, por outro, temos defensores da idéia que qualquer sistema eleitoral possui vícios capazes de ocasionar deturpações na seleção de parlamentares, e com isso, afirmam que a alteração do sistema eleitoral brasileiro não representa a certeza de correção de “problemas” estruturais existentes na democracia do Brasil.

Nesse contexto, várias obras na Ciência Política buscaram explicitar as características do sistema eleitoral do país, relacionando a esfera legislativa, a atividade parlamentar e o momento das eleições. Muitos desses trabalhos, baseados nas teorias criadas pela literatura política dos Estados Unidos, encontraram resultados diversos, dependendo do modelo adotado.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA DA DISSERTAÇÃO

Dentro dessas discussões sobre os elementos caracterizadores do sistema eleitoral brasileiro, principalmente, com ênfase na análise das peculiaridades envolvendo o sistema proporcional de lista aberta para a seleção dos candidatos a deputados e vereadores, o presente trabalho busca responder a seguinte questão: no cenário eleitoral brasileiro atual, existe o predomínio de um padrão específico de votação para os candidatos a deputado federal baseado na concentração de seus votos em determinadas regiões dos Estados, em detrimento de outras áreas?

Como forma de tentar obter resposta a esta e outras questões derivadas, elaboraremos um mapeamento da votação dos candidatos a deputado federal nos Estados do Rio Grande do Sul e de Pernambuco. Desta forma, elaboraremos um perfil médio de como opera a distribuição dos votos desses candidatos e a

existência da relação dos padrões criados pela doutrina política para a análise da geografia do voto e o sucesso eleitoral dos mesmos.

O recorte de pesquisa são os dados referentes aos deputados federais no Estado gaúcho e pernambucano nas Eleições de 2006 e 2010. Para o primeiro pleito, serão analisadas as votações dos candidatos que obtiveram votação superior ao último deputado eleito, já para o processo reeleitoral de 2010, serão pesquisadas as votações de todos os candidatos à reeleição, independentemente de terem obtido sucesso nesse objetivo, bem como os votos dos candidatos eleitos nesse último processo.

A partir da busca pela resposta ao questionamento principal desta pesquisa, outras proposições ganharão forma e contribuirão para uma análise geral do tema.

Assim, ao construirmos padrões característicos para os diferentes candidatos poderemos verificar questões importantes como a estabilidade ou não do padrão eleitoral de distribuição dos votos em processos eleitorais distintos para esses políticos, ou ainda, a repetição das mesmas cidades como principais origens de sufrágios para os deputados e a visualização da dominância do parlamentar sobre a votação dos principais municípios em que obteve êxito eleitoral.

Por outro lado, possibilitaremos a análise de uma correspondência entre os representantes eleitos e a geografia do Estado para apontar regiões com representação parlamentar desproporcional ao seu número de eleitores.

Por fim, buscaremos evidenciar diferenças e semelhanças entre os dois Estados pesquisados, para referendar ou não a expectativa trazida por alguns autores sobre uma dicotomia existente na geografia do voto no Brasil. Para isso, foram escolhidos dois Estados, de regiões distintas, e com pequena variação quantitativa em relação ao tamanho populacional, com o intuito de possibilitar uma comparação direta entre cenários políticos diversos, mas com grande importância para avaliações políticas em escala nacional.

As justificativas principais ou a contribuição da elaboração desta pesquisa podem ser divididas em dois aspectos. O primeiro relacionado ao viés acadêmico e o segundo referente ao debate atual existente na esfera política sobre o sistema eleitoral brasileiro.

Diversos trabalhos científicos foram publicados acerca do comportamento dos eleitores brasileiros, nas eleições ocorridas após 1986. A ênfase desses trabalhos deu-se, principalmente, na averiguação da existência de um padrão de voto do

eleitor baseados na dicotomia voto personalizado/voto partidarizado, ou ainda, na análise dos efeitos do sistema eleitoral proporcional de lista aberta na configuração do mapa político brasileiro. Alguns outros trabalhos também abordaram o grau de responsabilização existente na relação representante/representados, sobretudo, no cenário da Câmara dos Deputados.

Como a maioria dos trabalhos sobre o tema necessita de coleta de dados de sucessivos processos eleitorais para a averiguação de diferentes hipóteses e para a elaboração de um padrão eleitoral no Brasil, apenas trabalhos mais recentes conseguiram estabelecer alguns paradigmas teóricos acerca da conexão eleitoral do voto do eleitor brasileiro, como por exemplo, a construção de quatro formatos de electoral connection (concentrado/dominante; concentrado/compartilhado; disperso/dominante; disperso/compartilhado). (CARVALHO, 2003; MARENCO, 2006; SAUGO, 2007).

Para um melhor entendimento desses novos modelos, torna-se oportuna e necessária a averiguação dos mesmos em processos eleitorais mais recentes, para a elaboração de tendências ou não acerca do comportamento eleitoral no país.

As análises e as pesquisas científicas sobre os sistemas eleitorais e suas consequências sobre uma determinada democracia não devem ser consideradas como exauridas, já que a variabilidade do comportamento do eleitor pode ser elevada e assimétrica, seguindo diferentes contextos históricos, econômicos e sociais. Com isso, a elaboração de estudos cada vez mais atuais auxilia na confiabilidade do tratamento acadêmico do assunto.

Por outro lado, por se tratar de um tema de importante repercussão nacional, principalmente, quando se debatem no Congresso Nacional, alterações do ordenamento jurídico-constitucional sobre a esfera eleitoral, as pesquisas sobre sistemas eleitorais e decisão do voto trazem um caráter teórico para uma matéria de diferentes posicionamentos e de grande variabilidade de opiniões na defesa de qual sistema ou configuração institucional se adapta melhor ao caso brasileiro.

Independente da defesa particular sobre determinadas vertentes ou posicionamentos teóricos pré-existente, a pesquisa buscará, a partir da verificação do comportamento eleitoral através dos dados coletados, identificar a existência de um critério de escolha ou padrão de decisão mais uniforme do voto para Deputado Federal no Brasil.

1.2 HIPÓTESES E CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

A presente pesquisa parte da premissa que a complexidade existente no Sistema Proporcional de Lista Aberta no Brasil suscita discussões acerca de sua aplicabilidade, principalmente, durante os processos de escolha para os representantes à Câmara Baixa nacional.

Nessa perspectiva, diversos estudos feitos nas últimas décadas sobre as características desse sistema, constataram a existência de um viés personalístico como principal critério de escolha dos representantes por parte do eleitor¹. Essas evidências sobre a construção, cada vez maior, de relações políticas baseadas em vínculos pessoais levaram, também, a percepção da diminuição do papel dos Partidos Políticos, como agentes com participação relevante no momento de decisão do voto para os cargos legislativos.

Nesse sentido, podemos afirmar que um dos grandes pontos pacíficos dentro de diferentes pesquisas sobre o sistema político brasileiro está justamente nessa referida preponderância do voto personalizado como a principal característica em se tratando de decisão eleitoral no Brasil.

As variações que encontramos na Ciência Política contemporânea estão apenas relacionadas às causas que levariam a consolidação dessas reputações pessoais como elemento chave da representação política no país.

Alguns autores, dentre eles, Marengo dos Santos (2006) e Nicolau (2006) buscam explicações para esse fator na soma de diferentes aspectos do sistema político brasileiro, como a existência de um sistema proporcional de lista aberta aliado à elevada magnitude das circunscrições eleitorais, e, juntamente a isso, os incentivos criados para uma competição intrapartidária cada vez mais forte, gerando duelos de reputações pessoais em detrimento das ideologias partidárias.

Nesse último aspecto, outros estudiosos concordam que a lista aberta traria tendências de estímulo para a centralização da representação na figura dos candidatos desde a campanha eleitoral. Como justificativa para esse argumento temos uma explicação baseada na regra eleitoral imposta pelo sistema proporcional de lista aberta. Como a diferenciação frente aos outros candidatos da lista do partido/coligação torna-se fundamental para se destacar e atingir o sucesso eleitoral,

¹ Aqui citam-se os trabalhos de Mainwaring (1990), Tavares (1994), Samuels (1997), Nicolau(2002 e 2006) e Marengo dos Santos (2006).

a reputação partidária, comum a todos os candidatos da lista, não teria relevância na obtenção de votos, ocasionando, assim, no enfraquecimento da ideologia partidária.

Desta forma, a presente pesquisa buscará, a partir dos dados eleitorais, demonstrar que a construção de vínculos territoriais, principalmente a partir da dominância sobre a votação de certos municípios, seja pelo nascimento ou por atuação familiar, seja pelo desenvolvimento de carreiras profissional em determinada localidade, contribui para esse personalismo político e garante maior sucesso eleitoral.

Por outro lado, também é possível afirmar que existem outros componentes do sistema eleitoral brasileiro que induzem a constituição de distritos locais vinculados. O custo da campanha e o financiamento legalmente previsto levam o candidato a concentrar sua área de atuação em determinada região em que ele já estabeleça algum tipo de atividade política. A formação dessas redes locais conta com apoio de lideranças locais sem mandato e até mesmo de pequenas e médias empresas existentes em determinada região.

Para um determinado parlamentar, a construção de um vínculo com determinada base local é de profunda importância, pois além de garantir capital político para futuras eleições através de uma solidez do voto dos eleitores dessa região, ou ainda, diminuir a necessidade de um dispêndio maior de recursos de campanha e gera um reconhecimento, dentro do próprio partido, de que aquela região tem um representante político forte capaz de traduzir em votos para a agremiação partidária e não para outros partidos, assegurando, mais uma cadeira no Parlamento.

A partir dessas evidências, mas com o enfoque mais direcionado à análise do comportamento do eleitor, no momento da decisão do voto, diversos artigos, buscaram relacionar os diferentes padrões de escolha utilizados pelo eleitorado brasileiro como definidor de seu representante no ao Parlamento. Nesses estudos, através da coleta de dados em processos eleitorais distintos, esses mecanismos de seleção foram separados em algumas variáveis como o acompanhamento retrospectivo do mandato parlamentar, a importância ou não do partido político do candidato como definidor do voto, as ligações geográficas existentes entre candidatos e eleitores, dentre outros aspectos capazes de gerar entendimento dos métodos utilizados pelos eleitores brasileiros no momento eleitoral.

Nessa linha, a última variável mencionada, referente aos critérios territoriais, ganhou destaque dentro da Ciência Política, principalmente, entre os doutrinários da denominada Geografia Política. Podemos citar, dentre outros, os trabalhos de Magdaleno (2010), Carvalho (2003), Marengo dos Santos (2006), Saugo (2007) como importantes referenciais teóricos com abordagem relativa à distribuição espacial dos votos dos candidatos eleitos no Brasil, sob as regras proporcionais.

Mas, sem dúvida, a principal contribuição metodológica sobre o tema pode ser atribuída à obra de Barry Ames (2001).

A relevância desse trabalho encontra-se na construção, a partir de exemplos retirados de eleições legislativas brasileiras, de uma tipologia teórica, em que são apresentados os quatro padrões principais de distribuição geográfica de votos. Segundo o autor, é possível dividir a votação para cargos legislativos (deputados) nos estados brasileiros em quatro tipos básicos de conexão eleitoral:

- a) voto concentrado/dominante, os denominados redutos eleitorais;
- b) concentrado/compartilhado, caracterizado, dentre outros, por ligações sindicais e profissionais;
- c) disperso/dominante, geralmente composto por políticos em cargos na administração pública;
- d) disperso/ compartilhado, originados por grupos religiosos e étnicos.

De uma forma geral, mesmo que desse referencial de Ames tenham advindas diversas análises recentes no âmbito científico, podemos garantir que o tema não deve ser considerado como exaurido ou sem a necessidade de novos enfoques e aprofundamentos.

As pesquisas envolvendo o sistema político brasileiro, especificamente, no que se refere às características da decisão do voto devem sofrer constantes reavaliações devido ao seu caráter cíclico, ou seja, a partir de processos eleitorais mais recentes, torna-se necessário buscar evidências sobre as modificações nas tendências do comportamento eleitoral, e, com isso, possibilitar a construção de interpretações cada vez mais atualizadas sobre a matéria.

Assim, a presente pesquisa buscará testar as variáveis mencionadas para verificar se existe algum padrão predominante de voto na escolha para os referidos cargos legislativos, principalmente no que se refere ao fenômeno da distritalização do voto, ou a importância do vínculo territorial na relação representante/representados.

1.3 ESTRUTURA DA PESQUISA

Este trabalho será dividido em cinco capítulos incluindo a introdução e conclusões, com os seguintes objetivos:

a) Capítulo 2

O segundo capítulo terá como objetivo principal apresentar os aspectos políticos e institucionais acerca do sistema eleitoral brasileiro, mais especificamente, o sistema proporcional de lista aberta e suas características e implicações.

Nesse primeiro momento, serão apresentados referenciais teóricos existentes na Ciência Política em relação ao caso brasileiro, principalmente no que se refere aos incentivos institucionais ao voto personalizado, dimensão dos distritos eleitorais, a competição intrapartidária das listas eleitorais, a formação das coligações para eleições proporcionais e uma pequena comparação entre os elementos entre o sistema adotado no Brasil e o vigente em outros países que aplicam o mesmo modelo seletivo de representantes.

Na segunda parte do capítulo, ainda na intenção de apresentar os referenciais teóricos sobre o tema, abordaremos os modelos explicativos do comportamento legislativo e a relação entre a esfera de atuação parlamentar e o momento eleitoral. Nesse sentido, apresentaremos os modelos trazidos da Ciência Política norte-americana (distributivista, informacional e partidário) e suas abordagens pelos cientistas políticos brasileiros nas últimas décadas.

Por fim, no fechamento deste segundo capítulo, serão identificadas as tipologias criadas pela Geografia Política contemporânea para analisar os vínculos territoriais para a escolha dos representantes políticos. Nesse intuito, os modelos criados por Barry Ames (2001), com a análise das dimensões horizontais e verticais de influência política e os princípios metodológicos derivados de sua obra, principalmente, a partir do trabalho de Néelson Carvalho (2003), serão explicitados para fundamentar o método aplicado na coleta dos dados nos capítulos seguintes.

b) Capítulo 3

O terceiro capítulo deste trabalho será dividido em dois momentos principais.

Primeiramente, serão trazidos à discussão e os resultados empíricos de pesquisas recentes sobre a Geografia do Voto no Brasil, mais especificamente, os dados retirados das obras de Carvalho (2003). Essa abordagem torna-se importante para traçar uma comparação entre esses resultados, até então, disponíveis e mais atualizados em relação ao tema e as conclusões finais desta pesquisa.

Após essa apresentação, aplicaremos os modelos teóricos da Geografia Política com o objetivo de verificar a denominada dimensão horizontal de influência política (concentração e dispersão da distribuição dos votos). O recorte de análise aqui, conforme já mencionado, serão as eleições para deputado federal nos Estados do Rio Grande do Sul e de Pernambuco, em 2006.

c) Capítulo 4

Na continuação da análise das dimensões referentes à distribuição dos votos no cenário político brasileiro, este quarto capítulo seguirá o mesmo método de análise anteriormente utilizado para investigar os padrões de votação em relação à dimensão horizontal, mas agora com dados relativos ao pleito de 2010.

Além disso, comparativamente, serão analisados os dados relativos à segunda dimensão de influência política, a dominância sobre as votações municipais. Para isso, verificaremos os votos dos candidatos à reeleição, identificando os principais municípios em que os mesmos obtiveram votos, relacionando os que obtiveram êxito no objetivo reeleitoral e a repetição dessas principais cidades em ambos os processos eleitorais.

Ao final, será possível traçar um perfil característico para os candidatos analisados nas duas unidades federativas em relação aos padrões de votação e a influência dos mesmos sobre os municípios, estabelecendo uma correlação importante entre representação e territorialidade.

2 ASPECTOS INSTITUCIONAIS E TEÓRICOS SOBRE O SISTEMA POLÍTICO-ELEITORAL NO BRASIL

Podemos afirmar, sem errar, que a vida das pessoas acontece, principalmente, nos municípios e não nos Estados Federativos ou, muito menos, na União.

A importância dos aspectos locais na configuração do mapa político brasileiro deve ser levada em consideração nos estudos da Ciência Política e principalmente na maneira de interpretar o comportamento de dois importantes atores do cenário político: o eleitor e de seu representante no parlamento.

A presente pesquisa centra-se na interpretação dos dados eleitorais referentes à escolha dos deputados federais nos últimos pleitos em dois importantes Estados da Federação, Rio Grande do Sul e Pernambuco. A partir dessa interpretação empírica poderemos ter como base a importância crescente ou não dos fatores locais como método de escolha do eleitor na hora do voto para deputado federal.

A importância de pesquisas com o tema do comportamento eleitoral torna-se ainda mais evidente pela iniciativa e o andamento no Congresso Nacional de duas Comissões Especiais para apresentação de uma Reforma Política, com um de seus objetivos principais centrados na possível alteração do Sistema Eleitoral (*stricto sensu*) e outros aspectos importantes como o financiamento de campanhas.

Este capítulo será dividido em duas partes principais. A primeira abordará as características principais do sistema proporcional de lista aberta no Brasil e suas implicações na configuração do processo político brasileiro. Serão analisados, sobretudo, os incentivos institucionais para a existência predominante do voto personalizado na escolha dos cargos legislativos e, ainda, a importância das regras eleitorais na configuração político-partidária do país. Nessa primeira etapa, serão trazidos também elementos básicos caracterizadores da chamada *accountability* vertical em listas abertas, que traduzem pontos importantes da relação entre representante/representado no cenário político brasileiro.

Num segundo momento, serão abordadas as divisões teóricas existentes na Ciência Política para o comportamento tanto dos parlamentares quanto dos métodos de escolha pelo eleitor no momento do voto para deputado.

Muitos estudos acerca do comportamento eleitoral e legislativo têm sido feitos com base em modelos teóricos oriundos na ciência política norte-americana na interpretação das atitudes institucionais existentes no Congresso Americano,

principalmente, a partir da década de 1970. Segundos diferentes estudiosos², o comportamento dos deputados estaria dividido em três modelos principais: partidário, informacional e distributivista.

Para uma melhor interpretação dos dados empíricos que virão no decorrer da pesquisa, torna-se necessária uma breve explicação desses modelos teóricos e a sua relação com o sistema político brasileiro. Nesse capítulo, abordaremos, principalmente, a abordagem do modelo distributivista e do modelo partidário como explicação da sistemática de escolha dos deputados federais e o consequente comportamento legislativo dos deputados escolhidos com base em cada modelo.

Quanto ao aspecto da divisão relativa ao comportamento do eleitor serão trazidas as teorias acerca da conexão eleitoral e a tipologia de análise espacial dos votos criada pelo cientista político Barry Ames. Serão explicitadas as características principais do método de Ames baseados no cruzamento de duas variáveis principais: concentração/dispersão de votos e dominância ou não sobre os votos de determinada área geográfica.

A partir desse último ponto, primordial para o restante da pesquisa, serão verificadas outras importantes interligações entre o aspecto territorial e a representação política, sempre vinculando o viés teórico com os estudos existentes que abordam as chamadas bases ou redutos eleitorais.

Ainda, serão levantadas características do sistema eleitoral brasileiro baseadas na denominada “política da geografia”³, que acompanham o parlamentar desde a campanha até a execução do mandato no Congresso Nacional. (Ames, 2003)

2.1 O SISTEMA PROPORCIONAL DE LISTA ABERTA E SUAS DERIVAÇÕES NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

Em 1932, a primeira versão de representação proporcional adotada no Brasil previa o voto preferencial. Com a possibilidade de apresentação de grande número de candidatos, de vários partidos, facultando ao eleitor a escolha até mesmo de candidatos que não estavam inscritos em nenhum partido político, e ainda, com um

² Cita-se os trabalhos de McCubbins e Kiewiet (1991) – modelo partidário; Mayhew (1974) e Fiorina (1989) – modelo distributivo; Khreibel (1991) – modelo informacional.

processo de apuração dos votos que recebia muitas críticas, esse método foi utilizado apenas nas eleições de 1933 e 1934. A adoção do sistema proporcional de lista aberta só foi ocorrer, em eleições, após o período do Estado Novo em 1945. Desde a adoção do Código Eleitoral de 1950, o sistema eleitoral brasileiro permaneceu praticamente intacto, sendo utilizado em 16 eleições para a Câmara dos Deputados.

No sistema em vigor no Brasil temos as seguintes características básicas: um voto por eleitor para cada cargo político, sendo possível optar entre o voto na legenda partidária ou em algum candidato pertencente à circunscrição eleitoral, cujo limite, especificamente para a eleição à Câmara dos Deputados, coincide com os Estados Federativos. Existe, ainda, a possibilidade de formação de coligações entre vários partidos políticos, cuja soma dos votos de todos os seus candidatos será utilizada para o cálculo do quociente partidário ou da coligação e consequente definição do número de cadeiras a serem destinadas ao partido ou grupo de partidos. As coligações, assim, funcionam como uma única lista de candidatos.

Segundo Jairo Nicolau (2006), o processo de escolha e o mecanismo utilizado formalmente para expressar o voto e a própria formatação do sistema eleitoral brasileiro reforçam para o eleitor a percepção que as eleições para a Câmara dos Deputados utilizam o método majoritário em que todos os candidatos concorrem entre si. A principal característica que permite essa constatação encontra-se no fato que diferentemente de outros modelos como o holandês ou o austríaco, por exemplo, que adotam o voto preferencial diante de vários nomes da lista, no sistema brasileiro, o eleitor sempre teve que escrever/digitar o nome de apenas um dos candidatos, sem haver qualquer menção aos outros componentes da lista.

Esse aspecto psicológico que “induz” o eleitor a acreditar que o sistema de eleição para os cargos legislativos é feito pelo sistema proporcional traz importantes reflexões sobre o sistema político em geral. Quando as regras de um determinado jogo são desconhecidas ou induzem o jogador ao erro, temos um primeiro afastamento entre o principal ator do jogo político que é o eleitor e o processo político como um todo.

Outro aspecto importante em que o mecanismo formal utilizado para expressar a escolha através do voto pode induzir o comportamento e os resultados referem-se ao processo que possibilitou o voto em legendas partidárias para os cargos legislativos. Ao longo das décadas, diferentes modelos foram utilizados

pela Justiça Eleitoral, desde a inexistência de cédulas oficiais, com a expressão a partir de impressões feitas pelos próprios partidos e distribuídas aos eleitores (década de 40), passando por cédulas em que era necessário escrever o nome do partido escolhido ou ainda, cédulas em que constavam todos os partidos políticos, dando ao eleitor à facilidade de apenas assinar qual a agremiação de sua preferência. (1986). Nos anos 90, foram retirados os nomes dos partidos, voltando ao mecanismo anterior. A partir de 98, o voto passou a ser expresso através da urna eletrônica. Pode-se afirmar que, num país com sérios problemas de educação da população, a apresentação dos nomes dos partidos nas cédulas amplia a possibilidade do voto partidário, enquanto que o inverso dificulta o mesmo. Essa constatação pode ser interpretada como um dos fatores possíveis para a queda do voto em legendas a partir dos anos 90.

A formatação da lista aberta no Brasil é pré-ordenada pelos partidos políticos. No período de 10 a 30 de junho do ano eleitoral, os diretórios partidários das circunscrições em que ocorrerão as eleições decidem pela formação ou não de coligações com outros partidos e os nomes dos candidatos dentre os seus filiados e seus respectivos números. A legislação eleitoral possibilita o a inscrição do dobro de candidatos em relação ao número de vagas em disputa na circunscrição, caso seja feita alguma coligação entre, no mínimo, dois partidos. Concorrendo, isoladamente, o partido deverá apresentar menos candidatos. Esse aspecto traz uma importante consequência na formatação das bancadas eleitas na Câmara dos Deputados, já que como muitos parlamentares ocupam outros cargos durante o período do mandato, os suplentes, muitas vezes, pertencem a outros partidos, alterando a configuração do número de deputados por partido ou até mesmo a coalizão de sustentação do governo.

Nessa perspectiva, David Samuels (1997) traça uma relação direta aberta a partir da possibilidade de coligações nas eleições proporcionais com o incentivo institucional do sistema político brasileiro ao individualismo político. O autor sustenta que “se alianças pluripartidárias forem permitidas, poderia induzir os candidatos a dar menos atenção à sigla do partido e a privilegiar sua própria imagem no intuito de incrementar suas chances de vitória dentro da aliança”.

Em relação ao processo de escolha dos candidatos pelos partidos políticos e pelas coligações eleitorais, outro aspecto que deve ser destacado e será de fundamental importância para esta pesquisa, principalmente na análise dos dados

eleitorais obtidos através da votação dos candidatos em diferentes regiões são os critérios utilizados para definir as candidaturas efetivamente homologadas. Esses critérios traduzem uma característica importante do sistema de lista aberta do Brasil que é, muitas vezes, uma competição intrapartidária superior à competição existente entre candidatos de diferentes partidos.

Existem, de acordo com a Ciência Política, dois fatores principais utilizados pelas cúpulas partidárias para a configuração da lista e que estão diretamente relacionados à distribuição da votação obtida pelos candidatos e à tipologia elaborada por Barry Ames que será analisada em seguida. O primeiro seria a origem geográfica dos componentes da agremiação partidária e o segundo estaria na posição prévia ocupada pelo filiado em determinados grupos sociais, religiosos, esportivos de destaque.

Sobre esses fatores, Jairo Nicolau (2006, p.4), sustenta que:

Minha hipótese é que tanto a dimensão territorial como a diversidade social dos candidatos são fatores fundamentais para os organizadores da lista. Os responsáveis pela organização da lista procurariam levar em conta critérios geográficos, atraindo nomes de diversas regiões do estado e evitando superposições de candidatos da mesma área, e tenderiam a privilegiar nomes com prestígio junto a setores específicos do eleitorado: líderes sindicais, ativistas de movimentos sociais, líderes religiosos, ou pessoas com destaque em áreas artísticas e esportivas.

Essa importância da territorialidade ou dos aspectos geográficos é o núcleo chave da presente pesquisa. A grande maioria das obras que se referem tanto no aspecto da seleção de candidatos, quanto dos critérios de escolha do eleitor apresenta o critério territorial como integrante do conjunto de opções a serem feitas pelos agentes políticos, sem, contudo, apresentar uma hierarquia entre os mesmos.

Ainda sobre os critérios de recrutamento dos candidatos e a diversidade de biografias dos parlamentares brasileiros, alguns estudos importantes (MARENCO DOS SANTOS 2006; PERISSINOTO; MIRÍADE 2009), buscaram traçar perfis e padrões de escolha nos diferentes segmentos partidários, tomando como base os aspectos profissionais, de representação religiosa ou de determinados grupos étnicos ou sociais, sem negar a importância do aspecto geográfico, que acompanharia os demais critérios de seleção.

Outros estudiosos apontam, ainda, a importância de uma característica da legislação eleitoral referente à formatação da lista dos partidos que geraria

desdobramentos no sistema político em geral. Trata-se da figura do “candidato nato”, ou seja, a garantia de candidatura ao parlamentar que já ocupa o cargo no período das convenções partidárias. Esse elemento, segundo Mainwaring, pode servir como um mecanismo para o deputado não seguir as determinações da bancada, ocasionando fragmentações e enfraquecimento da ideologia partidária. Nas palavras dele (1990, p.9):

A highly unusual characteristic of Brazil's electoral system that has accentuated the autonomy of politicians vis-à-vis their parties is the candidato nato. This is a rule by which federal and states deputies and town council representatives (and until 1986 senators as well) automatically have the right to be on the ballot for the same position in the next election. A politician can violate all of the party's programmatic concerns, consistently vote against the leadership, and still be guaranteed a place on the ballot

Ainda nessa perspectiva, é quase unânime entre os cientistas políticos que abordam os perfis dos candidatos ou dos parlamentares eleitos que independente da ideologia ou segmento social a que o aspirante ao cargo legislativo está vinculado, os aspectos pessoais estariam sobrevalorizados em comparação com a identidade partidária. Ou seja, grosso modo, a regra do jogo ao garantir o quociente partidário (composto pela soma de votos de todos os candidatos da coligação) como o definidor do número de cadeiras a serem ocupadas pelo partido induz aos líderes partidários ao pensamento “melhor um campeão de votos sem vínculo com o estatuto partidário do que um candidato e filiado exemplar sem capacidade de atração eleitoral”.

Esse pensamento, visualizado em diferentes processos eleitorais recentes, traduz um dos pontos mais importantes do sistema político brasileiro: a predominância do voto personalizado em detrimento do voto partidarizado.

David Samuels (1997) afirma que além do Sistema Proporcional de Lista Aberta, outros sistemas eleitorais poderiam ser classificados como centrados no candidato, ou seja, de vínculo personalizado. São eles: SNTV (Sistema de voto único não transferível, STV (sistema de voto único transferível)).

Além dele, outros autores apontam as regras eleitorais como indutoras de uma maior ou menor determinação sobre a personalização do voto. Carey e Shugart (1996), por exemplo, sustenta que, no caso brasileiro, a combinação entre o processo de seleção dos candidatos pelos partidos, a possibilidade oferecida aos

eleitores para votarem em candidatos e a magnitude do distrito eleitoral estariam diretamente ligadas ao personalismo da escolha para os cargos legislativos.

Jairo Nicolau (1996) também contribui para essa análise ao estabelecer elementos do sistema eleitoral que ocasionam a personalização do voto. Para ele, uma campanha eleitoral descentralizada em que os partidos preocupam-se, principalmente, em materiais publicitários dos candidatos aos cargos majoritários, deixando as campanhas para a eleição proporcional quase exclusivamente sob responsabilidade do candidato e ainda sem ingerência sobre os mecanismos de arrecadação e prestação de contas de campanha, acaba separando a estrutura partidária do candidato desde o início do processo eleitoral.

O próprio processo de votação existente no Brasil acaba por reforçar para o cidadão a ideia de uma disputa personalizada. Desde o fato de ter que digitar o número do candidato na urna eletrônica, bem como a intensa propaganda eleitoral baseada quase que exclusivamente em duelos de biografias pessoais, ou ainda, a falta de informações suficientes sobre a composição de coligações, muitas vezes sem critérios ideológicos claros, contribuem para um voto baseado em critérios pessoais.

Pesquisa feita pelo IUPERJ com os eleitores do Rio de Janeiro em 1994 apresentou dados que demonstram o peso da reputação individual nas eleições para o Legislativo. Segundo a pesquisa, 74% dos entrevistados revelaram votar no candidato independentemente do partido; 14% disseram escolher primeiro o partido e depois o candidato deste; 7% revelaram votar somente na legenda. (Nicolau, 2002)

Outros autores também abordam a fragilidade da ligação entre os partidos políticos e eleitores no Brasil, principalmente levando em conta a excessivo número de partidos, causando problemas de identificação para grande parte dos cidadãos. Segundo Singer(1990, p.151) "o eleitor com baixo nível educacional tenderia a se encaminhar para uma escolha eleitoral pautada por um padrão populista, em que haveria uma 'ligação direta entre líder e massas, sem necessidade de canal partidário".

Já Meneguello (1994, p.157), em conclusões semelhantes, aponta que:

[...] com um baixo grau de confiança nos partidos e com pequena importância conferida ao seu papel na dinâmica política, os critérios construídos no universo do eleitor com respeito à representação são liderados pela figura do candidato, indicando que o personalismo político mantém-se predominante no seu conjunto de parâmetros para a escolha política. [...]

Alguns autores como Lavareda e Baquero apontam que mais do que uma característica do sistema político brasileiro, o enfraquecimento da relação entre os eleitores e os partidos políticos seria uma tendência mundial. O primeiro menciona que “[...]com pouquíssimas exceções, as análises convergem ao apontar uma tendência universal ao esmaecimento dos laços psicológicos entre os eleitores e as agências de representação do mundo ocidental”. (1991, p.171).

Na mesma ideia, Baquero (1996, p.5) sustenta que:

[...] a insatisfação dos cidadãos face à incapacidade do sistema partidário em canalizar suas aspirações adequadas e eficazmente tem contribuído decisivamente para o crescente distanciamento do eleitor dos partidos e para a emergência de formas alternativas de representação política à margem dos partidos tradicionais. [...]

Outro aspecto importante refere-se ao incentivo gerado pelo sistema de listas abertas ao voto personalizado e o processo de acompanhamento do mandato do representante.

Segundo grande parte da Ciência Política, dentre eles, Marengo dos Santos (2006), ao analisar a influência das regras eleitorais no cenário político em geral, aponta que o voto preferencial, em que a ordem dos candidatos define o nome dos efetivamente eleitos na lista do partido pela sua cota proporcional traz como consequência diversas estratégias baseadas no incentivo à reputação pessoal. Esse processo geraria, ainda, um chamado ciclo de recompensas com políticas específicas distributivas de vantagens (recursos financeiros, empregos, cargos públicos) garantindo, em muitos casos, ao titular do cargo legislativo o bônus eleitoral retrospectivo e necessário para a manutenção ou ascensão política. Ou seja, uma competição intrapartidária ocasionando duelo entre biografias por reputações pessoais, incentiva a construção de lealdades paroquiais, setoriais e locais, marginalizando o papel dos partidos políticos no cenário eleitoral no Brasil.

Outro ponto levantado por Marengo dos Santos (2006), tomando como base as ideias de Pierson, refere-se à migração interpartidária, tendo em vista a fragilidade e a

pequena participação do partido na obtenção do capital político do candidato. Como o eleitor não utiliza a identificação partidária como parâmetro de busca do seu representante, a rotatividade de filiação entre os partidos políticos acaba gerando prejuízos mínimos para o parlamentar e realimenta o ciclo para a fragilidade dos partidos e da reputação partidária como método de escolha para o eleitor.

Alguns cientistas, como Scott Mainwaring (1990), chegam a afirmar que os políticos tanto no momento da formatação do sistema político quanto na formulação de leis eleitorais recentes manifestaram a preferência de manter um conjunto de características que induzem a um enfraquecimento dos partidos políticos, por se julgarem uma maior eficiência na representação política de suas “clientelas”, se a organização partidária for fraca. Mesmo que essa análise possa parecer um tanto radical, o posicionamento de Mainwaring suscita a uma percepção de que a atividade política pode não estar totalmente relacionada à atividade partidária no Brasil, encontrando em outros mecanismos, como atuação local, setorial, religiosa, etc, como meios tão importantes quanto os partidos no panorama político brasileiro.

Após a análise do processo de escolha do representante tomando como parâmetro os incentivos institucionais dados ao eleitor no momento do voto, principalmente utilizando a dicotomia voto personalizado/voto partidarizado, seria pertinente destacar o ponto de vista do próprio parlamentar sobre a importância e os papéis desempenhados pelos diferentes institutos políticos durante o processo eleitoral, como mecanismo de busca do voto.

Para uma melhor análise dessa perspectiva, trazemos a pesquisa realizada por Néilson Carvalho, em 1999, junto aos deputados federais, em que são os mesmos são suscitados a elencar os fatores mais relevantes para a obtenção do seu sucesso eleitoral.

Tabela 1 - Em uma Escala de 1 (menos importante) a 10 (muito importante), qual a importância dessas atividades para o seu sucesso eleitoral?

	TOTAL	PSDB	PT	PMDB	PFL
1. Ação junto aos municípios-eleitores					
Visita aos municípios em que foi votado	9	9	9	9	9
Obtenção de recursos para os municípios	8	8	3	8,5	8
Encaminhamento de demandas dos prefeitos ou líderes locais	7	8	3	8,5	8
Atendimento de pedidos de eleitores	5	5	2	6	6
2. Atividade na Câmara dos Deputados					
Atividade legislativa (maneira como vota)	7	6	8	7	7
Posições de destaque no Congresso	6	7	5	7	6
Prestígio no Congresso	6	5,5	5	6,5	6
Projetos de Lei apresentados	6	5	7	6	5
3. Presença na mídia					
Presença na mídia estadual	7	7	6,5	8	7
Presença na mídia nacional	5	4	5	4	5
4. Patronagem					
Nomeação de pessoas para cargos estaduais	1	1	1	1	1
Nomeação de pessoas para cargos municipais	1	1	1	1	1
Nomeação de pessoas para cargos federais	1	1	1	1	1
5. Outros					
Defesa de princípios ideológicos	7	7	9	6	5
Organização do partido	6	6	8	7	6
Apoio do governador do estado	3	5	1	1,5	5
Apoio de interesses econômicos	3	3	1	3	3

FONTE: Carvalho (2000)

Mesmo que a observância de dados de pesquisas composta por manifestação voluntária dos entrevistados possa deturpar a análise em questão, já que ao responder, o parlamentar pode utilizar de retórica ou de intenções estritamente políticas, a tabela 1 mostra dois pontos cruciais para a presente pesquisa: a importância central da conexão eleitoral com os aspectos locais e a baixa relevância atribuída aos partidos políticos como mecanismo de aproximação com o eleitor e fundamental para o sucesso eleitoral.

No total das cinco esferas principais abordadas por Carvalho, a ação junto aos municípios eleitores aparece no topo da lista. À exceção do Partido dos Trabalhadores, que, em 2000, ainda não estava no comando do Governo Federal e com isso detinha de pouco espaço para a obtenção da liberação de emendas ou outros recursos para as bases eleitorais, os demais parlamentares apontaram que as atividades relacionadas às políticas locais foram as que mais determinaram o sucesso eleitoral de sua candidatura ao cargo de deputado federal.

Quanto à participação dos partidos políticos como catalisadores de votos para os seus deputados, mesmo que esse item tenha recebido consideração média pelos entrevistados, a importância pode ser atribuída a organização partidária ou a constituição de diretórios municipais ou comissões provisórias dos partidos, cujas

sedes servem, muitas vezes, como comitês de campanha dos deputados da respectiva região. A posição ideológica, também analisada no questionário, recebeu importância média nas respostas apresentadas, ou seja, esse critério tem participação na escolha do eleitor, mas não estaria no topo no momento da decisão.

É oportuno destacar que este trabalho não visa excluir os demais critérios de decisão do voto para levantar a hipótese do vínculo territorial local como único meio de escolha do eleitorado. O objetivo da pesquisa será testar e verificar os dados eleitorais para, dentro de uma hierarquia de critérios de decisão dos votos, identificar onde se situa a vida política municipal como meio de atuação política e obtenção de votos para candidaturas à Câmara dos Deputados.

Retomando a proposta de análise das características existentes no sistema eleitoral brasileiro, bem como os seus incentivos para o voto personalizado, cabe mencionar um elemento importante no processo eleitoral: os mecanismos utilizados pelos candidatos como propaganda durante a campanha em circunscrição/ distrito amplo, como é o caso brasileiro.

Ao analisar as campanhas eleitorais para deputado federal podemos destacar dois pontos que contribuem para a percepção da regionalização das campanhas como característica preponderante neste quesito, o financiamento privado de campanhas e a participação minoritária dos partidos políticos na ingerência das candidaturas proporcionais durante o processo eleitoral.

Ao coincidirem com as eleições majoritárias (Presidente/Governadores), as campanhas para os cargos proporcionais perdem relevância em vários aspectos políticos, dentre eles, os debates ideológicos entre os candidatos e a participação do aparato financeiro das instituições partidárias. Quase todos os recursos financeiros arrecadados pelos partidos políticos, seja em esfera nacional, seja em esfera estadual, destinam-se à organização das campanhas nacionais para presidente (quando o partido lança candidato), ou para as campanhas estaduais para governadores, normalmente com número de candidaturas ou coligações superiores ao do pleito nacional. Os recursos, eventualmente, destinados às campanhas proporcionais ficam diluídos em dezenas de candidaturas, ocasionando, assim, a busca por financiamento privado feito diretamente pelo candidato a deputado.

Nesta linha, Samuels (1997, p.4) afirma que:

Considerando-se os critérios institucionais que diferenciam os sistemas eleitorais centrados nos candidatos, quando há muitos candidatos por partido e por distrito eles não podem depender unicamente da legenda partidária para se eleger. Portanto, justifica-se adotar um certo grau de individualismo como estratégia eleitoral a fim de que cada candidato se diferencie dos demais companheiros de partido.

Neste contexto, ainda, cabe à menção novamente a pesquisa realizada por Carvalho (2000), em 1999, junto aos deputados federais. Na pesquisa, os parlamentares atribuíram um peso de 73% à atuação individual para a realização de sua campanha e 27% à atuação de seu partido. Pequenas variações desses números, com maior participação partidária, foram identificadas em deputados de partidos de esquerda (PT, PCdoB).

A obtenção de financiadores de campanhas proporcionais também passa por grande competição com as candidaturas majoritárias. Com essa dificuldade, o candidato a deputado tende a concentrar sua campanha ou a distribuição de propaganda em locais ou setores da sociedade diretamente relacionados com a sua atuação político, evitando, assim, certos desperdícios e a concorrência com outras candidaturas.

Destaca-se, aqui, as palavras de Jairo Nicolau (1996, p.5), ao analisar o processo de prestação de contas entre representante e representado, baseado em critérios territoriais e a relação desse método desde a campanha eleitoral:

Mas quais seriam as razões da predominância de um tipo de prestação de contas eminentemente geográfico? Já durante a campanha eleitoral, os candidatos escolhem diferentes estratégias de concentração ou dispersão de seus recursos pelo território. A decisão de onde concentrar a campanha (se em um, poucos ou muitos municípios) está, em geral, associada ao perfil político e à disponibilidade de recursos. Uma liderança com fortes vínculos locais tenderá a concentrar sua campanha em uma área circunscrita do estado. Por outro lado, uma liderança com trajetória política mais abrangente (secretários de estado, parlamentares com visibilidade na mídia estadual, lideranças de grupos não concentrados geograficamente) pode dispersar seus recursos por diversas áreas do estado.

Dentre vários estudos sobre a propaganda eleitoral utilizada a partir do Horário Gratuito de Rádio e Televisão, a pesquisa de Albuquerque, Steibel e Carneiro (2008) analisou tanto sob o ponto de vista quantitativo quanto qualitativo a relação entre a divisão do tempo oferecido pelos partidos políticos aos candidatos a cargos legislativos e o sucesso eleitoral desses candidatos. Neste estudo, foi constatado que o Horário Gratuito possui participação relativa sobre a votação dos

candidatos. Conforme os autores apontam “para começar, o perfil de distribuição de votos de candidatos sugere que a maioria deles foi eleita com base em esforço de campanha local, antes de ser como consequências da influência da televisão.”

Scott Mainwaring também apresentou, nos seus estudos sobre o sistema político brasileiro, como uma das consequências do sistema proporcional de lista aberta, a preponderância de um individualismo político desde a campanha eleitoral em detrimento de uma coesão partidária, relacionando o incentivo ao personalismo político aos excessivos gastos de campanha e a corrupção para a obtenção desses recursos financeiros. Pelo autor (1990, p.12):

Because there is a such a premium on individual campaigning and because significant beneficts accrue to winning, Proportional System with a open list has encouraged massive individual spending and financial corruption

Esse personalismo gera, ainda, a formulação de estratégias eleitorais de campanha em que os candidatos procuram oferecer algum tipo de benefício privado aos eleitores, na forma, por exemplo, de projetos públicos financiados pelo governo, de serviços prestados diretamente aos eleitores, ou de “presentes” doados aos mesmos. Corroborando com essa idéia, Samuels (1997, p.5) afirma que “os candidatos que podem levantar contribuições de campanha a partir de uma rede de apoio (em troca de favores políticos, isenções especiais) e que muitas vezes são ligadas ao governo, estão bem situados na disputa pelo voto pessoal”. Nessa mesma ideia, o autor sustenta, em outro trecho, que:

Pelas regras do sistema de representação proporcional com listas abertas, se um político desejar sobressair nessa verdadeira escola de tubarões políticos, terá de dedicar uma boa soma de energia, se não todo o vigor possível, para ressaltar seus atributos pessoais, em vez de privilegiar os do partido.

Portanto, podemos afirmar, com base em vários estudos mencionados, que o sistema eleitoral existente no Brasil incentiva a construção de relações personalísticas entre candidatos e eleitores, prejudicando o debate institucional feito entre os as ideologias partidárias e ocasionando diversas derivações importantes no cenário político, como o excessivo gasto financeiro em campanhas eleitorais, o aumento de casos de corrupção por irregularidades de captação de recursos, além da percepção da diminuição dos debates programáticos no âmbito do Congresso

Nacional, já que as relações pessoais estabelecidas entre representantes e representados desde a campanha eleitoral assume um papel mais decisivo no panorama político do que a defesa de princípios ou programas de abrangência nacional.

É justamente neste último ponto que centra uma importante discussão entre diversos cientistas políticos. A análise do comportamento legislativo no Brasil, principalmente nas últimas duas décadas, tem recebido posições críticas ambíguas quanto ao papel desempenhado dos partidos políticos na agenda do Congresso Nacional e no cenário político como um todo. De um lado, a posição de importantes estudiosos norte-americanos, já mencionados nesta pesquisa, defendendo a percepção do esvaziamento da importância dos partidos políticos tanto em esfera eleitoral quanto na esfera legislativa e de outro, as pesquisas encabeçadas por Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (1999) relativizando as teses daqueles cientistas, para apresentar estudos que demonstram uma importância significativa do viés partidário no que se refere ao comportamento legislativo no Brasil.

Essa dicotomia será apresentada de forma mais elaborada no próximo ponto a ser analisado neste capítulo, referente às teorias explicativas e modelos existentes sobre comportamentos legislativos.

Torna-se oportuno, ainda, acrescentar a esta análise preliminar, uma comparação entre o Sistema Eleitoral brasileiro, mais especificamente, o sistema proporcional de lista aberta com os outros poucos países que adotam o mesmo modelo, como por exemplo, Chile e Finlândia. Essa análise comparativa é pertinente na medida em que se buscam explicações e correlações entre o sistema eleitoral e as derivações políticas decorrentes do mesmo. Essa relação causal pode ser interpretada a partir da visualização dos cenários políticos desses países que possuem o mesmo sistema de eleição para a Câmara dos Deputados.

Nas eleições do Chile e da Finlândia, cada partido apresenta uma lista de candidatos não ordenados, cabendo ao eleitor dar um voto a um dos nomes. Os votos recebidos pelos candidatos das listas são somados e o total é utilizado para definir o número de representantes de cada partido. Os candidatos que conseguirem mais votos de maneira individual, em cada lista, estarão eleitos. Nesses países, o voto preferencial é compulsório para a operação do sistema, assim, para votar em um determinado partido, o eleitor tem necessariamente que votar em um dos candidatos. (NICOLAU, 2001).

No caso chileno, mais especificamente, ocorre a utilização de distritos com dois representantes, em que cada partido ou coalizão apresenta dois nomes e o eleitor pode votar em apenas um. A singularidade é a garantia de uma cláusula favorável aos segundos partidos. Segundo essa cláusula, o partido majoritário só elegerá os dois candidatos caso consiga pelo menos o dobro de votos do segundo colocado. (MAINWARING, 1990)

Embora aparentemente tenhamos diferenças estruturais consideráveis entre as peculiaridades existentes no Chile, na Finlândia e no Brasil, principalmente, com relação à magnitude do distrito eleitoral e o número de candidatos por circunscrição, a comparação entre os sistemas políticos torna-se importante na medida em que podemos traçar paralelos entre os mesmos sistemas eleitorais *stricto sensu* (proporcional de lista aberta) e com isso visualizar se a causa de certas características decorre do sistema adotado ou de outras variáveis políticas locais.

O primeiro elemento de comparação refere-se à dimensão dos partidos políticos. Aqui encontramos um ponto importante, já que tanto no caso chileno quanto no caso finlandês, a solidez e a importância dos partidos políticos é relevante no cenário político como um todo. Como bem aponta Mainwaring (1990, p.15):

Finnish and Chilean parties have been major actors in political life. The two party systems are marked by deep ideological divisions; parties are programmatic; party organizations are strong. Politicians have strong commitments to their parties, which are much more disciplined than the major Brazilian parties.

Segundo o autor, ainda, encontramos nesses países igualmente uma alta competição intrapartidária durante a campanha eleitoral, contudo, diferentemente do que ocorre no cenário brasileiro, a coesão e a integridade ideológica dos partidos são totalmente recuperadas durante as legislaturas no Parlamento.

Outro elemento diferenciador dos sistemas está no poder exercido pelo partido no período de seleção de candidatos. Enquanto no Brasil, diferentes regras aumentam o poder individual do candidato frente às determinações partidárias, como citado anteriormente, nos outros países, o controle partidário sobre a elaboração das listas é muito elevado.

Para explicar essas diferenças alguns estudiosos apontam o contexto histórico no qual o sistema eleitoral proporcional de lista aberta foi instituído nesses países como fundamento principal das consequências políticas desse sistema ter

gerado modelos partidários diversos. No Brasil, por exemplo, ao contrário de Chile e Finlândia, o referido sistema foi introduzido, nos anos 30, antes da formação e consolidação do primeiro partido de massas da história brasileira, ou seja, antes da percepção e incorporação de um viés partidário nos eleitores, os mesmos criaram critérios de seleção baseados no individualismo político, trazendo consequências importantes para o futuro da democracia no país. Nessa perspectiva de análise do contexto histórico no qual o sistema eleitoral foi introduzido no Brasil, Mainwaring (1990, p.19) afirma “in Brazil, the open list was introduced to prevent strong party control from developing in the first place. Also, in general, the major parties have been less ideological than in Chile and Finland.”

Por fim, temos as diferenças entre os sistemas de governo desses países que não podem ser descartadas nessa análise comparativa, para tentar entender as diferenças existentes entre os países com sistema proporcional de lista aberta. De uma maneira geral, é possível afirmar que sistemas parlamentares, o incentivo à coesão e fortalecimento das instâncias partidárias é superior aos sistemas presidenciais. A ligação direta entre os partidos ocupantes do gabinete executivo e os partidos no Parlamento existente no Parlamentarismo solidifica a política ideológica e a atuação dos políticos voltadas para a integração partidária.

Mesmo que possamos identificar, até mesmo na América Latina, exceções a essa regra (sistemas presidenciais – falta de incentivo à coesão partidária), no caso brasileiro, é possível relacionar tanto o presidencialismo de coalizão, em que as ideologias partidárias são relativizadas para a formação de alianças eleitorais e de governo cada vez mais heterodoxas, quanto à manutenção de federações partidárias, onde a existência de inúmeras burocracias partidárias nos Estados Federativos inviabiliza ou dificulta a coesão nacional dos partidos políticos, como elementos que explicam as características do sistema eleitoral proporcional de lista aberta no Brasil possuírem diferenças substanciais frente aos outros países que adotam o mesmo modelo.

Resumidamente, temos na tabela 2, os elementos caracterizadores dos sistemas políticos dos países que adotam o sistema proporcional de lista aberta que ratificam a abordagem apresentada nos parágrafos anteriores.

Tabela 2 - Sistema Proporcional de Lista Aberta no Mundo

	Ano de introdução do Sistema de Lista Aberta	Sistema Governo	Estado Unitário/Federal	Índice de Partidos Ideológicos	Eleitor com identificação partidária
Brasil	1932	presidencialismo	Federal	baixo	Baixo
Chile	1958	presidencialismo	Unitário	alto	Alto
Finlândia	1954	parlamentarismo	Unitário	alto	Alto

Fonte: Mainwaring (1990)

Assim, podemos visualizar que o sistema eleitoral *stricto sensu* propriamente dito é apenas um dos componentes que configuram o sistema político de um país. As características e consequências identificadas não podem ser atribuídas a um desses elementos, mas a um conjunto de caracteres que, por motivação histórica ou não, integram o ordenamento político como um todo.

No caso brasileiro, o sistema proporcional de lista aberta, com o passar das décadas, aliado ao regime presidencialista, sistema federativo forte no que tange aos partidos políticos, a falta de identificação ideológica partidária entre a grande maioria dos eleitores contribuíram para o fortalecimento do personalismo político nas relações políticas entre representantes e representados. Esse viés personalístico, por sua vez, acarretou a construção de mecanismos eleitorais baseados em critérios distributivos cada vez mais enraizados no panorama político brasileiro.

Após essa primeira abordagem referente aos aspectos institucionais do sistema político-eleitoral no Brasil, cabe, no segundo momento deste capítulo, adentrar, ainda que de forma superficial, as teorias explicativas do comportamento político baseadas em critérios distributivos, sem deixar de mencionar os demais critérios existentes e elaborados pela Ciência Política.

2.2 AS TEORIAS EXPLICATIVAS DO COMPORTAMENTO POLÍTICO E SUA RELAÇÃO COM A DECISÃO DO VOTO

Nesse segmento iremos abordar, brevemente, as teorias de análise do funcionamento Congresso Nacional a partir de diferentes modelos de comportamento dos parlamentares trazidos pela Ciência Política norte-americana e adaptadas ao caso brasileiro.

Ainda nesse tópico, iremos relacionar e diferenciar as duas dimensões existentes no panorama político em geral: a atuação eleitoral e a atuação legislativa.

A Ciência Política tem uma longa tradição no estudo das instituições. Vários estudos, ao longo do século XX, principalmente partir da década de 70, com o chamado Novo Institucionalismo buscaram nas instituições as explicações para os estudos sobre comportamento político e social. A agenda da pesquisa dos neo-institucionalistas foi construída em resposta às conclusões radicais que os teóricos da escolha social haviam chegado sobre o sistema democrático baseado na agregação de preferências.

Baseados na concepção que a utilização apenas de estratégias racionais para a tomada de decisões no âmbito do Congresso dos Estados Unidos acarretaria muita instabilidade, os novos institucionalistas traçaram modelos teóricos capazes de explicar a estabilidade existente dentro da Instituição parlamentar americana. Os modelos propostos por eles para essa explicação foram: o Distributivista, o Informacional e o Partidário.

É este referencial teórico metodológico que tem sido amplamente utilizado e também tem conseguido mais satisfatoriamente apresentar respostas nos estudos legislativos. Nos Estados Unidos, sua aplicação é bastante conhecida, tornando-se referencial para o caso brasileiro a partir dos anos 90, com vários estudos com essa abordagem para a explicação e análise do funcionamento e a organização interna do Legislativo brasileiro.

Embora grande parte das pesquisas sobre o comportamento parlamentar brasileiro possua foco nas relações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo (LIMONGI, 1994; FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; SANTOS, 1994; ROCHA, 1997; PEREIRA; MUELLER, 2000), outros estudos importantes que utilizaram subsidiariamente esses modelos teóricos oriundos na Ciência Política norte-americana, mais especificamente, os modelos distributivista, informacional e

partidário para explicar as relações do comportamento dos congressistas e do Legislativo como um todo e o sistema eleitoral vigente no Brasil. (LIMA JUNIOR, 1991; FLEISHER, 1981; NICOLAU, 1996).

De uma maneira geral, esses estudos que abordam o caso brasileiro, confrontam os modelos distributivista e partidário, com o objetivo de explicar o comportamento legislativo no país. Podemos afirmar que existem atualmente entre os cientistas políticos, duas visões diversas sobre o mesmo objeto, sendo a mais tradicional a vertente que aborda e fundamenta o sistema legislativo brasileiro a partir do comportamento distributivo do parlamentar, incentivado por certas características do sistema político do país que contribuiriam para o fortalecimento dessa visão particularista dos nossos legisladores. O viés partidário, foi introduzido, principalmente pelos estudos de Figueiredo e Limongi a partir dos anos 90, em que foram analisadas diversas votações no Congresso Nacional visando estabelecer padrões uniformes de comportamento dos parlamentares relacionados com a influência das bancadas partidárias. (SAUGO, 2007)

2.2.1 Modelo distributivista

O modelo distributivista centra a análise no comportamento individual de cada deputado e na premissa que todo parlamentar eleito foca a sua atuação sempre voltada para o processo reeleitoral. Na raiz desse modelo, ainda com objeto no Congresso Americano, David Mayhew (1974) traçou assertivas preliminares sobre o tema ao estabelecer “como vetor orientador da ação dos representantes a maximização das possibilidades de sua reprodução eleitoral, ou seja, o conjunto das ações dos representantes no Congresso visando a um só fim: a sua reeleição”.

Nesse último aspecto, podemos afirmar que, mesmo com a defesa feita por alguns estudiosos, como Morgenstern (2002) de que os parlamentares brasileiros podem ser classificados como “progressive ambition”, ou seja, com ambição política de trocar a carreira legislativa por cargos no Poder Executivo, em qualquer das esferas federativas, diferentes pesquisas⁴ demonstram que a maioria dos deputados

⁴ Toma-se como referência o trabalho de COSTA, Ivanete de Araújo. **Conexão eleitoral**: a reeleição na câmara dos deputados e o perfil político dos parlamentares com oito ou mais mandatos consecutivos. Brasília: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, 2007. E ainda pesquisa feita pelo DIAP - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR..

busca candidatura à reeleição. Além disso, outros incentivos institucionais, como a figura do candidato nato, já referida anteriormente, e analisada tanto por Mainwaring (1990) quanto por Rennó e Pereira (2001) ajudam a identificar que o desejo pela reeleição é dominante no Legislativo brasileiro.

A partir desse desejo reeleitoral, o modelo distributivista assegura que a execução do mandato do parlamentar está vinculada à busca por conquistas específicas para a sua base eleitoral, seja através de recursos financeiros pela proposição de emendas ao orçamento, seja pela formulação de projetos de leis vinculados a esse eleitorado. Nessa perspectiva, podemos afirmar que como o próprio nome desse modelo nos diz a distribuição de benefícios e mais do isso, a vinculação extrema entre a produção legislativa do deputado e sua base eleitoral norteia o comportamento da maioria dos parlamentares.

Esse vínculo extremo mencionado no parágrafo anterior nos remete a uma percepção clara que a esfera eleitoral tem influência considerável e quase determinante no padrão de comportamento legislativo brasileiro, principalmente na Câmara dos Deputados. Nessa mesma análise, Nelson Carvalho (2003, p.32) afirma:

O ponto de partida *positivo* do modelo consiste na suposição segundo a qual o elemento-chave para a explicação da produção e organização legislativas se localiza em esfera externa ao Congresso, a saber, **no momento eleitoral**: a forma e os procedimentos pelos quais os representantes se elegem estariam na raiz não só do que se produz no Congresso, mas também na moldura institucional ali observada: a lógica da produção das leis, a estrutura das Comissões e subcomissões, os comportamentos dos representantes e das lideranças partidárias estariam a responder a necessidades localizadas no “momento” eleitoral.

Para adequar as estruturas institucionais do Congresso a esse objetivo comum, são criadas comissões e subcomissões capazes de facilitar a ação dos parlamentares em prol dos interesses de suas bases eleitorais. Explicando esse mecanismo institucional, Mayhew (1974) afirma que “a organização do Congresso satisfaz de forma irrepreensível às necessidades eleitorais de seus membros”. Mesmo que esse cientista político tenha levantado essa hipótese com base no Congresso Americano, as semelhanças com o Parlamento brasileiro são claras na medida em que visualizamos a estrutura institucional das nossas Casas Legislativas.

Ainda nessa perspectiva distributivista, temos a divisão de ações dos parlamentares em três categorias, publicização da reputação pessoal (*advertising*), a tomada de posição em relação a temas (*position-taking*) e a reivindicação de crédito pela alocação de benefícios desagregados (*credit-claiming*). (MAYHEW, 1974; CARVALHO, 2003) Nessa análise, esse último tipo estaria na essência do comportamento do representante, segundo a ótica distributiva.

Além desse elemento caracterizador do mandato parlamentar pelo modelo distributivo, outra característica orientadora que norteia a ação do deputado, levantada por Carvalho (2003), está na delimitação geográfica de população alvo das políticas propostas pelo representante. Nessa perspectiva, a ótica do particularismo domina a representação política, ou seja, as estruturas institucionais são voltadas para a construção de alicerces para a promoção dos interesses locais em detrimento do interesse geral ou nacional. Nas palavras de Khrebiel (1991, p.4) “o que conta é que interesses localizados são reconhecidos dentro da estrutura que regula o processo decisório no interior da casa”.

Esse último aspecto é de grande relevância para diversos outros estudos que abordam a produção legislativa para também caracterizar os Congressos em proativo ou reativo. A dinâmica introduzida pelo modelo distributivo contribuiria para a classificação do Congresso em uma perspectiva reativa, com baixa produção legislativa referente aos temas de abrangência e importância nacional. Esses temas, quando tramitam, normalmente são de origem do Poder Executivo. (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; MORGENSTERN; NACIF, 2002; CARVALHO, 2003)

Nesta mesma direção, outro importante autor Fiorina (1989) sustenta que, como estratégia dos próprios parlamentares, foram retiradas e diminuídas as discussões amplas de natureza ideológica e programática que possam dividir o eleitorado que pela coesão imposta pelos interesses geográficos locais estariam teoricamente unidos. A unidade criada pelo viés do interesse geográfico local garante ou favorece, assim, a uniformidade necessária para a concentração do voto e a solidez da representação atribuída ao parlamentar de determinada região.

Desta forma, vemos que as características e as consequências políticas trazidas pelo modelo distributivo são de suma importância para esta pesquisa. Tanto a influência do aspecto eleitoral na atividade parlamentar quanto à delimitação geográfica do público destinatário das políticas dos congressistas, alimentadas por um incentivo do sistema político-eleitoral ao particularismo e a preponderância dos

interesses locais, nos remete a percepção que a perpetuação de determinados nomes no Parlamento, mais especificamente, no caso brasileiro está nitidamente atrelada a esse ciclo político (bases políticas geográficas – voto - representação localista - reeleição).

2.2.2 Modelo informacional

De uma forma menos profunda, pela pouca relação com a abordagem principal desta pesquisa mencionaremos a segunda teoria para estudos do comportamento legislativo trazido pela literatura norte-americana, o denominado modelo informacional.

Esse modelo é apresentado pelos autores como um desdobramento ou uma derivação da corrente distributiva. São características de ambos o individualismo metodológico (estudo caso a caso), a percepção de legisladores voltados para a maximização de dividendos eleitorais e a importância atribuída às comissões existentes no Congresso como principais mecanismos de facilitação dos interesses dos deputados. (CARVALHO, 2003)

A principal diferença entre as correntes está justamente na visão e no objetivo atribuído as comissões existentes na estrutura do Parlamento. O modelo informacional focaliza a dimensão produtiva das comissões, não pelo aspecto de facilitação de trocas e ganhos dos parlamentares, mas pelo seu caráter de especializar as atividades, ou seja, com uma perspectiva mais organizacional.

Fernando Limongi (1994, p.22) analisa bem os objetivos e a dinâmica introduzida por esse modelo ao afirmar que o foco da teoria informacional:

É garantir que as decisões sejam tomadas no maior volume de informação possível, assegurando, assim, que os ganhos advindos da maior especialização de seus membros sejam realizados. Uma organização será eficiente se for capaz de estimular e retribuir a especialização.

Segundo os teóricos desse modelo, a eficiência trazida pela especificidade do tratamento das matérias legislativas contribui para diminuir a incerteza do resultado das decisões congressuais e potencializar a aprovação de demandas de forma mais correta possível ao reduzir o ambiente de análise das matérias. Néilson Carvalho

(2003), ao analisar esse método, coloca que as comissões funcionam como um microcosmo do Plenário.

O principal pesquisador e defensor do modelo informacional, Khreibel, ao testar diferentes votações e deliberações das comissões, identificou na média dessas decisões que as preferências dos legisladores das diversas comissões não eram tão extremadas, conforme estabeleciam as conclusões do modelo distributivista. (KHREIBEL, 1991)

Segundo Saugo (2007), o modelo informacional baseia-se numa heterogeneidade de informações entre os parlamentares e numa desigualdade de acesso ao processo de deliberações no Congresso. Assim, para diminuir os prejuízos ocasionados por esse desnivelamento, as institucionais (neste caso, as comissões) são criadas para que os congressistas compartilhem e aprimorem o acesso às informações de uma forma mais específica.

No Brasil, a perspectiva informacional não é muito utilizada para o estudo do Legislativo. Alguns trabalhos recentes Santos e Almeida (2005) abordaram este modelo para estudar o papel dos relatores nas comissões do Congresso, afirmando que estes possuem uma função estratégica de agentes informacionais dos demais parlamentares, podendo alçar posições de destaque no Parlamento, dependendo da matéria analisada dentro comissões. (SAUGO, 2007).

De forma a contribuir para análise dessas teorias sobre o comportamento legislativo norte-americano, Epstein e O'Halloran (1999) traçaram uma importante percepção complementar entre as duas correntes (distributivista e informacional) ao indicarem que determinadas assuntos ou áreas políticas se caracterizam por preocupações informacionais e outras por preponderância distributiva, ou seja, ambas perspectivas podem ser consideradas válidas, dependendo do objeto de análise em questão. (CARVALHO, 2003)

2.2.3 Modelo partidário e demais considerações sobre o caso brasileiro

O último modelo teórico para análise do comportamento parlamentar no Congresso é o partidário.

Segundo os autores defensores dessa perspectiva qualquer estudo sobre os Parlamentos de forma geral deve se pautar pela atuação dos partidos políticos, através das bancadas e de seus líderes.

A ideia central dos teóricos (COX; MCCUBBINS, 1993) (LIMONGI, 1994) que abordam o modelo partidário não é criar paralelos comparativos do peso e da importância existentes entre os partidos políticos em diferentes países, mas analisar o papel das comissões e das instituições internas dos Parlamentos, sem omitir o papel decisório das agremiações partidárias, atribuindo-lhes função e importância elevada dentro do Legislativo, fator este não levantado pelas outras perspectivas mencionadas. De acordo com Fernando Limongi (1994, p.28) “a principal fonte de poder dos partidos políticos advém de sua capacidade de controlar a agenda decisória, isto é, de determinar quando e o que será objeto de decisão”.

De uma maneira geral, é de fácil interpretação a concepção de que não basta a formulação de um projeto de lei ou de uma emenda orçamentária para a visualização dos resultados políticos que deveriam advir dessas ações parlamentares. É necessária a execução ou a votação efetiva desses projetos para a atribuição do lucro político ao autor da proposta, e é nesse jogo, o de controle sobre a agenda e das pautas congressuais que estaria o peso dos partidos políticos e de seus líderes no Parlamento, segundo esse modelo teórico.

Os teóricos do modelo partidário sustentam que o papel exercido pelos líderes das bancadas no Congresso merece destaque na construção da coesão ideológica partidária e na dinâmica institucional das casas legislativas.

No caso brasileiro, a partir do trabalho de Figueiredo e Limongi (1995), na análise da votação de diferentes matérias no Congresso Nacional no período de 1989-94, a perspectiva partidária ganhou peso na Ciência Política brasileira como principal contraponto ao modelo distributivista, até então, quase unânime no país.

A proposição central apresentada por esses autores foi de derrubar a concepção de que os parlamentares brasileiros não teriam nenhum respeito às orientações partidárias, tomando decisões com base apenas nos interesses individuais. A coesão defendida pelos autores e fundamentada a partir de votações nominais⁵ além de derrubar a ideia de indisciplina partidária constante, possibilitou a identificação de um *continuum* ideológico direita-esquerda no Parlamento brasileiro. (CARVALHO, 2003)

⁵ Conforme Carvalho (2003, p. 46) o índice médio de coesão nos maiores partidos nessas votações se situou acima do patamar de 70%. O índice de Rice médio por partido apresentou os seguintes valores: PDS, 75,70; PFL, 78,39; PTB, 70,74%; PMDB, 73,69; PSDB, 73,01; PDT, 81,58; PT, 95,96.

Nessa mesma perspectiva, Figueiredo e Limongi (1995, p.516) afirmam categoricamente:

A literatura especializada tem insistido em apontar a fragilidade da estrutura partidária brasileira e, de uma forma mais ou menos direta, identificar nessa fragilidade as raízes dos problemas políticos enfrentados pelo país... este artigo mostra que os julgamentos apresentados acima são infundados. A fragilidade dos partidos não se manifesta onde mais se esperava que ela viesse a se expressar: no plenário da Câmara dos Deputados, onde os deputados exercem seu direito individual ao voto... Votações tendem a dividir o plenário de acordo com padrões ideológicos clássicos: há uma direita, um centro e uma esquerda...

Na análise dos autores, a existência de uma fidelidade dos parlamentares em diversas votações garantiria certa previsibilidade nos resultados na atividade legislativa, ou seja, a dinâmica interna aliada aos ordenamentos dispostos no Regimento Interno das Casas e o poder de agenda imposto tanto pela Mesa Diretora quanto pelo Colégio de Líderes contribuiriam para que os partidos políticos e os líderes partidários introduzissem um mecanismo de controle sobre os deputados nas votações. (SAUGO, 2007).

Nessa linha, uma das críticas feitas por Figueiredo e Limongi, ainda, refere-se ao problema da literatura especializada estabelecer análises do comportamento dos parlamentares tomando como base apenas as derivações advindas da arena eleitoral, sem aprofundar os estudos das instituições internas do Poder Legislativo, acarretando, assim, uma parcialidade nas informações apresentadas.

Mesmo que possamos concordar com a posição defendida por esses cientistas políticos brasileiros quanto à crítica estabelecida pela análise do jogo político feita de forma parcial, negando perspectivas que devem ser consideradas complementares, o estudo apresentado pelos autores, para negar a primazia imposta pelos distributivistas, acaba sobrevalorizando o papel dos partidos no cenário político brasileiro.

Contudo, podemos afirmar que a contribuição do trabalho desses autores está na primazia em tentar aplicar do modelo partidário da literatura política norte-americana ao Congresso Brasil seguindo a divisão, já estabelecida, na análise do sistema político em duas esferas, a arena eleitoral e a atividade legislativa. Esse desmembramento não pode ser interpretado como uma afirmação de que ambas as esferas encontram-se separadas, sem conexão. Todos os momentos políticos, seja

no período de eleições, seja durante a execução da representação parlamentar possuem interligações indiscutíveis, mas para possibilitar um melhor estudo do sistema político como um todo, com interpretações mais isentas, essa separação torna-se imprescindível.

Da mesma forma, a análise sobre as consequências advindas de cada uma dessas esferas políticas (eleitoral e legislativa) já recebeu outras observações importantes, como, por exemplo, quando Néelson Carvalho (2003, p. 47), afirma que “a descontinuidade observada entre a arena eleitoral e a arena parlamentar se traduz na convivência de incentivos ao particularismo e ao individualismo, com atuação parlamentar dos deputados individuais em congruência com a orientação partidária de outro”.

Mas, são nas palavras de Figueiredo e Limongi (1999, p.22) que encontramos uma fundamentação clara dessa dicotomia (esfera parlamentar e esfera eleitoral), sempre para sustentar a análise da atividade legislativa com base no modelo partidário. Segundo esses autores:

Pode ser verdade que a legislação eleitoral brasileira contenha fortes incentivos para que os políticos cultivem o voto pessoal em detrimento do voto partidário. Nestes termos, os parlamentares brasileiros, no que tange ao tipo de conexão eleitoral a ser perseguido, estariam muito mais próximos dos parlamentares norte-americanos (CAREY; SHUGART, 1995b). No entanto, a existência dos incentivos derivados da arena eleitoral não garante que esses venham a se tornar efetivos. Na literatura do voto pessoal como estratégia eleitoral requer como complemento um padrão peculiar de organização dos trabalhos legislativos. Como se sabe, o Legislativo norte-americano é altamente descentralizado, uma vez que seus trabalhos são estruturados no interior das comissões, onde os partidos têm pouco poder. O padrão organizacional do legislativo brasileiro é bastante diferente do norte-americano. Os trabalhos legislativos são altamente centralizados e se encontram ancorados nas ações dos partidos.

A aplicação das bases teóricas do modelo partidário para o caso brasileiro deve ser vista com muito cuidado. A fundamentação baseada em votações específicas no Congresso, objeto de análise dos principais autores doutrinários dessa perspectiva, pode indicar um perfil de comportamento dentro da esfera legislativa, mas deve ser relativizada pelo contexto histórico ou pela participação das bancadas e dos deputados na base de sustentação ao Executivo Federal. As principais análises sobre a posição do Poder Legislativo dentro do chamado Presidencialismo de Coalizão refletem mais um perfil pragmático e reativo de comportamento parlamentar do que um caráter baseado em uma estrutura

ideológica partidária sólida. Podemos supor como certa tendência, que esse pragmatismo, baseado em orientação dos líderes nas votações da agenda congressual, seja uma reação ou uma forma encontrada pelos deputados para melhor atingir os seus objetivos particularistas, ou seja, aprender a ceder em determinados pontos ou seguir orientações partidárias para conseguir acesso ao aparato institucional que lhes garanta dividendos políticos individuais futuros.

Assim, mesmo que possamos traçar um perfil de votação coeso ou baseado em orientações partidárias, o interesse final dos parlamentares não necessariamente seja vinculado aos interesses ideológicos dos partidos. O comportamento disciplinado na arena legislativa traduziria uma estratégia de ação para atingir os seus próprios interesses e os de sua base eleitoral, através de favorecimento na ordem de liberação de emendas ou na pauta de projetos de leis. Desta forma, a proposição estabelecida pela literatura distributivista não estaria afastada, e o termo estabelecido por Mayhew (1974), *“two arena model”*, na qual a primeira arena, a eleitoral, condicionaria o comportamento político na arena legislativa, permaneceria válido, mas com adaptações características do quadro institucional político brasileiro.

Nessa mesma linha, um importante estudo de Pereira e Mueller (2003) aborda essa dupla perspectiva antagônica do sistema político brasileiro, ora favorecendo a um sistema descentralizado (sistema de representação proporcional de lista aberta, multipartidarismo e o federalismo), ora com características de um sistema centralizado, principalmente, analisando as regras internas do processo de decisão dentro do Congresso Nacional e as prerrogativas constitucionais que garantem um grande poder de ação à Presidência da República. Essa dualidade trazida pelos autores se encaixa perfeitamente na divisão mencionada entre a esfera eleitoral e a esfera legislativa ou governamental.

Nesse mesmo trabalho, Pereira e Mueller procuram explicar essa combinação aparentemente contraditória entre incentivos à descentralização política (arena eleitoral) e os elementos centralizadores existentes na arena parlamentar ou, de uma forma mais ampla, no governo federal (Executivo e Legislativo). Nessa análise podemos responder ou entender de forma mais razoável a complementaridade entre os modelos teóricos explicativos do comportamento dos políticos no Congresso, mencionados neste capítulo. Segundo os autores (2003, p. 738):

Afirmarmos, assim, que mesmo um sistema político com incentivos a comportamentos tão conflitantes, como é o brasileiro, proporciona um equilíbrio e estabilidade. [...] Precisamente, o equilíbrio dependerá, no fundamental, da capacidade do presidente e dos líderes dos partidos que forma a coalizão do governo no Congresso de utilizarem adequadamente o arsenal de instrumentos institucionais à sua disposição, dentre os quais o de oferecer incentivos – benefícios políticos e financeiros – capazes de proporcionar os melhores retornos eleitorais para os parlamentares. Portanto, a chave para o entendimento da simultaneidade de partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes no espaço congressual e de governo no sistema político brasileiro é a combinação, aparentemente contraditória, de incentivos para o comportamento individual e partidário ao mesmo tempo.

Ainda que possamos concordar com essa referida complementaridade, cabe a esta pesquisa uma abordagem com enfoque mais isolado na arena eleitoral, não só na perspectiva do representante político, neste caso, os deputados federais, mas também na ótica do eleitor, a partir da votação atribuída em dois processos eleitorais distintos. Temos, ainda, a intenção de propiciar um entendimento da importância do aspecto geográfico ou territorial na condução da representação política no cenário brasileiro sob os pontos de vista de ambos os atores políticos.

2.3 O VÍNCULO TERRITORIAL NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E AS TIPOLOGIAS DE DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS

Após a análise dos incentivos do sistema eleitoral ao personalismo político e a abordagem teórica sobre os modelos explicativos do comportamento dos representantes na esfera parlamentar, relacionando as dinâmicas e as estratégias existentes na arena congressual com os interesses eleitorais individuais dos parlamentares, neste terceiro momento deste capítulo buscaremos trabalhar um aspecto fundamental da pesquisa que é a importância do espaço geográfico ou do vínculo territorial na representação política. Ou seja, depois de num primeiro momento relacionarmos as características do ‘macrocosmo’ do sistema político brasileiro, partiremos para um foco no aspecto mais local, onde efetivamente se inter-relacionam os contatos entre eleitor e seu representante. Ainda, serão trazidos os elementos caracterizadores elaborados pela literatura política para explicar a tipologia de distribuição de votos baseados nos aspectos geográficos e territoriais.

2.3.1 Território e a representação política

São claras as relações existentes entre os conceitos de território e de representação política. Alguns estudos importantes da Ciência Política como os de Santos (1996), Castro (2005), Carvalho (2003), denominados como pertencentes à área da Geografia Política, abordam os princípios básicos do sistema político com base na representação territorial, fortalecendo a tese que a gênese da representação política está intimamente ligada ao aspecto geográfico, ou mais especificamente, a busca pelo controle representativo de áreas territoriais, a partir de vínculos políticos locais.

Em estudos que buscam avaliar as conotações sociais variadas de território e da dimensão espacial, como as de Castro (2003, p.139) que entende “o espaço geográfico como estritamente político”, e a idéia de Santos (1996, p.18) ao conceituar o espaço geográfico como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistema de ações” e a partir disso, como sendo alvo de disputas e apropriações de cunho político, ratificam a tese de que o território está intrinsecamente ligado ao poder.

Outra concepção importante sobre a territorialidade é a de R. Sack (1986), que afasta a relação do território como fenômeno natural para ligá-lo à esfera política, ao contexto social e a uma “ação estratégica de controle de determinada porção de espaço”, ou ainda, pode ser entendida como uma estratégia de poder. Nesse mesmo sentido, Magdaleno (2010) sustenta que haveria uma relação entre espaço e sociedade, sendo a territorialidade, o processo responsável por isso. É possível afirmar, ainda na perspectiva do autor, que, como consequência desses conceitos, a interpretação do papel da representação política torna-se fundamental na medida em que a mesma sintetizaria a estratégia geográfica de controle de pessoas e coisas sobre os territórios que se formam a partir da prática política institucionalizada.

Ao aproximar os conceitos teóricos sobre a questão com o cenário político brasileiro Magdaleno (2010, p.80), também, menciona:

A territorialidade da representação política, desta forma, está diretamente relacionada ao conjunto de práticas desenvolvido pelos representantes políticos institucionalizados, no sentido de construir um território, onde o efeito do poder político é identificável. Nos casos dos deputados federais e estaduais brasileiros, a territorialidade é exercida dentre várias formas, por meio principalmente de discursos em plenário e apresentação de proposições que podem objetivar atingir todo conjunto da sociedade, de forma geral e irrestrita, ou podem estar explicitamente voltadas para determinados municípios, conjunto de municípios ou regiões dentro do Estado. Nas duas situações, as ações atuam no sentido de constituição de territórios políticos. Sendo assim, de fato, é pelo território que se encarna a relação simbólica que existe entre política e espaço. (grifo nosso).

Já Morgenstern (1960), ao traçar paralelos entre territorialidade e a representação política, afirma que o território exerce o papel de “agente estruturador da ação do representante político, por meio de um ambiente do qual fazem parte os jogos partidário, eleitoral e sócio espacial”.

Assim, após essas conceituações trazidas pelos autores, constata-se que o território e a representação política realmente estão intimamente ligados. O primeiro tem grande influência na condução do mandato parlamentar e a ação da representação política possui a capacidade de redimensionar as forças estruturadoras advindas do território.

2.3.2 O mandato parlamentar e os interesses locais

Partindo, novamente, para análise da condução do mandato parlamentar, depois do entendimento explicitado a respeito da interligação entre os aspectos geográficos e territoriais com a representação política, encontramos um ponto importante a ser trabalhado: a dicotomia (local/nacional) que pauta o exercício da legislatura, desde a posse até o fim do mandato.

Alguns autores dentro da Ciência Política separam essa dualidade existente na cabeça do Parlamentar em dois diferentes modelos de comportamento. O primeiro, ou a denominada atuação localista, estaria refletido em perfis legislativos voltados, sobretudo, aos interesses dos eleitores pertencentes ao reduto eleitoral do deputado, já o segundo modelo, chamado de universalista, seria personificado por parlamentares voltados para a proposição de projetos e a defesa de princípios ideológicos mais abrangentes, que atingem toda a nação.

Podemos deduzir que já na arena eleitoral se formam os perfis de atuação que irão guiar o deputado eleito. Pode-se, ainda, de uma maneira geral, relacionar o

padrão de distribuição dos votos dos candidatos com a essência norteadora do mandato legislativo. Carvalho (2003), por exemplo, afirma que candidatos com votação dispersa tenderiam a agir de forma mais universalista, e, ao contrário, candidatos com votação concentrada, seriam os representantes com viés puramente localista e com ambição reeleitoral clara.

Nesses mesmos estudos, o autor relaciona, também, a atuação legislativa universalista, com deputados de bases eleitorais localizadas nas regiões metropolitanas e nas Capitais dos Estados, assim como o exercício do mandato de parlamentares de caráter mais individualista (ou de atuação mais distributivista) com bases eleitorais localizadas nos municípios do interior dos Estados.

Nas palavras de Carvalho (2003, ps. 28 e 29):

Desde já antecipamos algumas conclusões centrais que irão se comprovando ao longo do texto... a tradicional clivagem identificada por nossa sociologia eleitoral está na raiz de incentivos antagônicos subjacentes às percepções e ações dos deputados: representantes com base nas capitais se mostram mais voltados ao universalismo; representantes egressos do interior, ao localismo...Verificamos, ainda, a perenidade e diversidade de mercados políticos, no que se refere ao grau de competitividade em eleições proporcionais, diversidade que apresenta como casos polares os mercados da Região Nordeste – de baixa competitividade – e da Região Sudeste – de alta competitividade. Óbvio esperar, portanto, a maior incidência de deputados com votação dominante na primeira região do que na última.

Com a distribuição dos votos dos candidatos e deputados efetivamente eleitos no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, objeto de análise a ser abordada no capítulo seguinte desta pesquisa, poderemos constatar ou afastar essa estratificação mencionada.

É um dos objetivos desta pesquisa, também, a tentativa de responder se a forma de atuação individual ou a vinculação territorial explícita com bases eleitorais distribuídas geograficamente criam maior facilidade na eleição e reeleição dos deputados com esse perfil, comparativamente aos candidatos com votação dispersa em vários pontos da circunscrição eleitoral.

Além disso, podemos nos indagar quais os incentivos existentes no mundo político regional que, somados aos favorecimentos institucionais, já mencionados no início deste capítulo, contribuem para a construção de carreiras políticas de viés localista?

Em uma das tentativas de analisar a representação política baseada em vínculos territoriais, Magdaleno (2010)⁶ é enfático em apresentar determinadas condições que contribuem para explicar o nascimento de políticos voltados para a defesa de interesses regionais. São eles: a origem social e geográfica do representante; a condição de herdeiro de alguma estrutura familiar tradicional com poder político e econômico em localidades estaduais; as características socioeconômicas de territórios políticos específicos criados dentro da Unidade Federativa; a diretriz do seu partido político e as demandas de grupos de interesses dentro e fora dos partidos, que contribuem para a sua carreira.

Segundo essa perspectiva, a principal estratégia dessa espécie de representante está, supostamente, na construção e perpetuação desses vínculos com origem geograficamente definida, já que a consolidação desse apoio contínuo traz mais garantias de sucesso eleitoral num panorama político de grande quantidade de candidatos e partidos, e num sistema eleitoral que incentiva a competição intrapartidária.

O sucesso desse modelo estratégico poderá ser verificado, principalmente no quarto capítulo desta pesquisa, em que serão analisados os perfis de votação dos candidatos em campanha reeleitoral, principalmente, os que utilizam desse mecanismo de ação política.

2.3.3 A accountability e o localismo

Após essa primeira análise referente à relação entre território ou interesses locais e a representação política, torna-se oportuna uma breve menção a um elemento que tem sido tratado em diversas pesquisas e artigos dentro da Ciência Política ainda relacionado à questão territorialidade, mas com um enfoque direcionado ao controle da ação do representante por parte do eleitor, ou a chamada *accountability* vertical.

⁶ Ao caracterizar o comportamento do parlamentar, sob influência de vários aspectos políticos, sejam locais ou nacionais, Magdaleno utiliza o modelo apresentado por Tsebelis (1998), em que a partir de escolhas racionais, o representante político está envolvido numa cadeia, denominada “jogos ocultos”, em que o resultado das políticas proporciona para cada jogador um ganho (payoff) positivo (o pagamento ou prêmio) ou negativo (castigo, em virtude de uma determinada ação).

As discussões e a própria apresentação desse tema na literatura política contemporânea é muito mais ampla do que a abordagem a ser relacionada com esta pesquisa, muito mais voltada à influência e a importância dos aspectos locais e geográficos e os reflexos destes no cenário político brasileiro em geral. Ou seja, nessa pequena menção cabe, apenas, uma referência aos aspectos trazidos pelos autores que trabalham os temas relativos à *accountability*, com os elementos relacionados ao denominado localismo político.

Os trabalhos de Jairo Nicolau e Fabiano Santos abordam com ênfase os empecilhos impostos pelo sistema eleitoral brasileiro a um acompanhamento maior dos eleitores da atuação do representante eleito ao Parlamento. Segundo os autores, o sistema proporcional de lista aberta dificultaria a percepção do eleitor sobre quem efetivamente seria o seu representante parlamentar, a partir da premissa que grande parte dos eleitores não se lembra do candidato a deputado a quem atribuiu o voto nas últimas eleições gerais e que muitos dos votos seriam destinados a candidatos não eleitos. Além disso, é questionado também nas referidas pesquisas, a correta percepção do representante sobre quem são realmente os seus eleitores ou sua base eleitoral.

Ainda que esta tese possa ser considerada válida para uma parcela da sociedade e dos deputados, não é possível estender os seus efeitos para todos os eleitores e parlamentares. Cabe a esta pesquisa, justamente, trazer a perspectiva que uma parte importante da escolha eleitoral referente aos cargos de deputado federal possa ser enquadrada como exemplo de um vínculo sólido de relação entre eleitor e representante, baseado em critérios claros como a territorialidade e o acompanhamento e retribuição direta da ação política do parlamentar escolhido por essa parcela do eleitorado. Nessa linha, grande parte dos cidadãos e conseqüentemente grande número de representantes efetivamente eleitos possuem discernimento claro sobre quem é o seu parlamentar e qual a base eleitoral a que representa, favorecendo, assim, um relacionamento que propicia tanto um comportamento legislativo vinculado e distributivo quanto um controle dessa atuação através da chamada *accountability* vertical.

É de grande discussão na doutrina política esse relacionamento entre representante e representado a partir de diferentes sistemas eleitorais. Enquanto alguns autores relacionam um favorecimento a uma *accountability* vertical eficaz através da adoção do sistema distrital, pela redução do número de candidatos e a

aproximação entre candidatos e eleitores característicos desse modelo, outros cientistas políticos condicionam a existência de um interesse político maior da população e conseqüente controle de atuação parlamentar a outros fatores do sistema político brasileiro que estariam acima da simples troca do sistema eleitoral vigente. (MIGUEL, 2010)

Alguns autores como Luis Felipe Miguel (2010) trazem uma abordagem sobre o tema de uma forma um tanto teórica e utópica se tomarmos como referência o funcionamento do sistema político brasileiro. Segundo o autor, a relação de representação não se dá entre eleitor e seu candidato, mas entre o conjunto de constituintes e seu representante eleito, ou seja, em última análise, não importaria se o voto foi dado ao candidato A ou B, o monitoramento da atuação parlamentar deveria ser realizado por todos os eleitores de uma maneira geral. Nas suas palavras: “do ponto de vista da *accountability*, o importante é que o eleitor tenha noção daquilo que seus representantes fizeram, não a lembrança de quem recebeu seu voto individual”.

É na abordagem de Nicolau (1996) que encontramos um posicionamento mais adequado à relação existente entre *accountability* vertical e o sistema eleitoral de lista aberta existente no Brasil. Segundo o autor (1996, p.60), “o sistema de listas abertas estimula a criação, por parte dos candidatos, de lealdades extrapartidárias, com clientelas específicas do eleitorado (bases territoriais, grupos profissionais, segmentos sociais)”. Defensor do sistema eleitoral misto, Nicolau é enfático ao estabelecer que com a diminuição do número de candidatos por circunscrição, a vinculação entre cada parlamentar e os habitantes de determinada base territorial aumenta, favorecendo o controle de atuação do exercício do mandato.

Nessa perspectiva, os mecanismos de acompanhamento da atuação parlamentar por parte do eleitor e a consolidação da execução do mandato vinculado às demandas territoriais ou regionais, ou seja, voltadas para a base eleitoral, geraria um ciclo de representação que perpetuaria ou solidificaria determinados nomes ou famílias como representantes tanto dentro dos partidos políticos, principalmente no momento da configuração das listas nas convenções, quanto na votação eleitoral e na competição eleitoral com outros candidatos das mesmas regiões. Resumidamente, um deputado ou herdeiro político de localidades geograficamente próximas consolidaria seu nome como vinculado a essa região, primeiramente, dentro do partido, para facilitar a coesão interna na disputa com

outros nomes de outros partidos que possuam algum vínculo político na mesma região.⁷

Não é difícil aproximar essas questões envolvendo a *accountability* vertical e a representação política baseada em aspectos territoriais com os modelos existentes na literatura política brasileira que buscam criar padrões de votação entre os eleitores do país para os cargos legislativos (deputados e vereadores).

Antes de explicitarmos a teoria trazida por Barry Ames e seguida por diversos cientistas vinculados aos estudos da denominada Geografia Política, torna-se pertinente apresentar os quatro padrões estabelecidos por Jairo Nicolau nessa tentativa de padronização do comportamento eleitoral no Brasil, pela sua grande ligação com as ideias mencionadas que dizem respeito ao controle vertical da atividade parlamentar.

O modelo apresentado por Nicolau (2006) é baseado em duas dicotomias existentes no sistema político-eleitoral brasileiro, no entendimento dele. Segundo o autor, o eleitor brasileiro ao definir critérios de escolha de seu candidato ao legislativo utilizaria dois posicionamentos, ora com identificação partidária, ora com identificação pessoal. A esses dois critérios se somariam outros dois, sendo o primeiro baseado em análise retrospectiva sobre a vida política ou acompanhamento de atuação política ou de mandatos parlamentares anteriores do candidato e o segundo baseado apenas em informações trazidas durante a campanha eleitoral, sem levar em conta o histórico político do candidato. É neste último critério, referente ao acompanhamento prévio retrospectivo que podemos encontrar a relação apresentada anteriormente sobre *accountability* vertical.

De acordo com o modelo apresentado por Nicolau (2006, p. 11), os quatro tipos ideais de escolha para a Câmara Municipal, baseados no cruzamento entre os dois critérios referidos, seriam os dispostos no quadro seguinte:

⁷ No capítulo dois, quando forem apresentados os candidatos, cujas votações serão efetivamente analisadas no quesito distribuição espacial, será possível ratificar ou não essa percepção apresentada de que já na configuração da lista final da convenção partidária, os critérios territoriais possuem grande relevância. Será, possível, ainda, na análise dos resultados finais de apuração, perceber se existe um equilíbrio espacial representativo entre as regiões dos dois Estados.

Quadro 1 - Espécies de critérios de votação

<p style="text-align: center;">Voto personalizado e retrospectivo</p> <p>Característica: votos em determinados deputados federais com mandato por conta de seu desempenho na legislatura.</p>	<p style="text-align: center;">Voto partidário e retrospectivo</p> <p>Característica: eleitores com identidade partidária de longo prazo.</p>
<p style="text-align: center;">Voto Personalizado e Não-retrospectivo</p> <p>Característica: votos a partir de identidade com o candidato (territorial, social, grupos de interesse, religião); promessas de atuação futura ou atributos pessoais do candidato.</p>	<p style="text-align: center;">Voto partidário e não-retrospectivo</p> <p>Característica: voto de legenda de curto prazo, dependente de mobilização ocasional de um partido.</p>

FONTE: Nicolau (2006)

Embora o modelo apresentado por Nicolau contribua para estabelecer modelos estratificadores de comportamento eleitoral, a simplificação atribuída pelo autor contraria, em parte, a relação existente entre os representantes e as bases eleitorais, durante o mandato parlamentar, sejam elas de natureza territorial ou a partir de outros vínculos políticos. Ao classificar dentro do segmento (voto personalizado/não-retrospectivo) a escolha baseada em identificação territorial, Nicolau reduz o enquadramento desse tipo de votação, negando o que os outros cientistas políticos entendem como accountability vertical, ou seja, o vínculo geograficamente estabelecido como forte contribuição para a construção de um voto baseado em análise prévia do comportamento político pregresso do candidato, ou voto retrospectivo.

A hipótese central desta pesquisa é justamente estabelecer dentro das tipologias criadas pela doutrina política, a tendência ou uma predominância de algum dos tipos ideais sobre os outros, sem negar a possibilidade da coexistência entre as combinações suscitadas pelos analistas políticos. Na tipologia criada por Nicolau, o que objetivamos é contrapor a mencionada análise do autor referente ao enquadramento da vinculação territorial entre representante e representados como voto não retrospectivo, sem retirar a sua caracterização como voto personalizado.

2.3.4 A tipologia de Barry Ames

Partindo da premissa de três características evidentes do sistema político brasileiro (voto personalizado, comportamento legislativo com forte vinculação com

bases eleitorais geograficamente próximas e contrapartida eleitoral dos eleitores dessas áreas espacialmente dispostas, baseadas numa análise retrospectiva da carreira e atuação do candidato), buscaremos comprovar se a união dessas características trazidas por grande parte da Ciência Política pode ser encarada como tendência do sistema eleitoral brasileiro.

Para trabalhar com essa hipótese, utilizaremos a tipologia criada por Barry Ames (2001) por se tratar da principal teoria a respeito do comportamento eleitoral baseado em estruturas espaciais ou territoriais e ser identificada como uma das principais referências dos estudos da chamada Geografia Política. Os estudos de Ames não buscam negar as demais variantes do sistema eleitoral brasileiro, mas sim relacionar as características existentes no panorama político, identificáveis em processos eleitorais distintos, ou seja, criar e analisar os aspectos teóricos, embasado por fundamentos práticos.

A partir de elementos do sistema político brasileiro tais como, o voto personalizado e a história do federalismo no país, acrescido aos incentivos institucionais a patronagem ou de fisiologismo político, Ames cria quatro padrões básicos de escolha eleitoral a partir do que ele chama de política da geografia, ou seja, os vínculos territoriais como elemento chave das eleições para determinados cargos políticos.

Embora esses elementos do sistema brasileiro sejam importantes para a construção de um entendimento geral de importantes variáveis teóricas do cenário político, como a importância dos partidos políticos, a existência de um número grande de *veto players* e os problemas derivados desse último fator nas relações políticas entre Executivo e Legislativo, nesse momento partiremos direto para o modelo criado por Ames, baseado nos referidos padrões espaciais de votos, para explicar a abordagem que será trazida nos demais capítulos desse trabalho.

Segundo o autor, para se estabelecer os tipos ideais de comportamento eleitoral torna-se necessária a construção de duas dimensões baseadas no desempenho municipal dos candidatos.

A primeira dimensão toma como referência a totalidade dos votos do candidato dentre todos os votos do município para esse mesmo cargo. Ou seja, numa primeira perspectiva deve-se visualizar dentre todos os candidatos ou votos em legenda partidária, a existência de uma dominância na votação desse político no

referido município. Essa primeira perspectiva, assim, pode ser interpretada como a dimensão da *dominância*. (AMES, 2001)

A segunda dimensão é um pouco mais ampla, pois busca, da mesma forma, traçar a preponderância de uma determinada votação, mas agora num conjunto de municípios dentro da circunscrição eleitoral, que no Brasil são equivalentes, nas eleições para o Parlamento Nacional, aos Estados Federativos. Nessa segunda perspectiva, pode-se enquadrar a distribuição espacial dos votos em duas variáveis, sendo a primeira quando a votação não encontra relação com a proximidade geográfica entre as cidades com as maiores votações dos candidatos (*votos dispersos*) e no inverso, a segunda é quando a distribuição dessas maiores votações encontra-se dispostas em municípios espacialmente próximos (*votos concentrados*). (AMES, 2001)

Pelo cruzamento das duas dimensões expostas, encontramos o que Ames (2001) irá denominar *padrões estaduais de distribuição espacial de votos no Brasil*. No quadro abaixo, visualizamos os quadro tipos de votação estabelecidos nesse modelo teórico.

Quadro 2 - Padrões estaduais de distribuição espacial para cargos legislativos (deputados)

% do total de votos nos municípios principais			
Distribuição espacial de municípios principais		Baixa	Alta
	Dispersa	Dispersa-compartilhada	Dispersa-dominante
	Contígua	Concentrada-compartilhada	Concentrada-dominante

FONTE: Ames (2003)

No quadro acima identificamos as duas variáveis utilizadas como referência para a construção teórica de Ames. De um lado a distribuição espacial de municípios dentro de toda a circunscrição (dispersa ou contígua) e de outro a porcentagem de votos obtida nos principais municípios dentre a relação das cidades onde os candidatos obtiveram votação considerável durante o processo eleitoral (baixa ou alta).

A seguir, passaremos a identificar as características trazidas por Ames e pelos demais autores de Geografia Política acerca de cada um desses quatro tipos de padrões de votação.

2.3.5 Votação concentrada e dominante

Esse padrão é caracterizado pela distribuição de votos em cidades com distribuição espacial contígua. Segundo alguns autores (AMES, 2001; CARVALHO, 2003; MAGDALENO, 2010) esse tipo de distribuição pode ser denominado como *reduito eleitoral* típico brasileiro.

De uma maneira técnica, podemos enquadrar uma votação como de alta concentração quando um determinado candidato possui mais de 65% de toda sua votação em um único município, ou ainda, quando encontramos um total de 85% de todos os seus votos em apenas 10 municípios. (CARVALHO, 2003)

Essa metodologia é utilizada por diversos autores que buscam enquadrar os padrões de distribuição espacial de votos em processos eleitorais distintos. Saugo (2007) segue essa mesma referência, por exemplo, para classificar a votação de deputados estaduais no Rio Grande do Sul no período de 1994-2006.

Pela literatura, são várias as causas identificáveis como incentivadoras para a construção desse padrão concentrado e dominante. O primeiro estaria ligado às heranças oriundas de uma tradição política e, muitas vezes, econômica de uma determinada família em regiões específicas do Estado. No Brasil, os casos mais evidentes dessa perpetuação de dominância estão em localidades do Norte e Nordeste Brasileiro, em que o poder político de determinadas famílias não se restringe apenas aos municípios, mas atinge todo o Estado, com a eleição para diferentes cargos públicos dentro do organograma político da Unidade Federativa. Embora nos últimos anos, alguns exemplos tenham sofrido derrotas eleitorais em eleições majoritárias, o poder político dessas famílias permanece sólido com a eleição assegurada de determinados sobrenomes para a Câmara do Deputados ou Assembléias Legislativas.

A segunda causa principal para a concentração e dominância em determinados locais está na construção de carreiras políticas ou na ocupação de cargos públicos de destaque em municípios importantes em uma determinada região. (AMES, 2003) Nessa linha, encontramos um ciclo, em que um determinado

político, primeiramente eleger-se para a Câmara de Vereadores em sua cidade de nascimento, para depois alçar o Executivo Municipal de pequenas localidades, e transferir em seguida o seu domicílio e os objetivos eleitorais para cidades maiores (cidades-pólo) de uma região do Estado. Normalmente, de acordo com a abrangência de poder político de um candidato é que irá se definir a esfera de sua ambição eleitoral (municipal, estadual ou federal).

A terceira causa, diferentemente das outras, não decorre da origem política ou econômica em determinadas localidades, mas sim nos acordos entre o candidato com caciques políticos locais. Nesses acordos, encontramos o início de relações de proteção política, em que a partir de trocas de favores, o candidato, uma vez eleito, retribuirá o apoio dado durante a campanha em ações ou distribuição de recursos para essas regiões. Ames, por exemplo, é categórico ao afirmar que “as distribuições concentradas-dominantes muitas vezes refletem relações tradicionais de empreguismo e clientelismo entre os políticos e os eleitores”. (2003, p.67)

Podemos supor que os parlamentares, após o período eleitoral, a partir de análises da distribuição e da origem dos demais candidatos eleitos, conseguem identificar quais regiões do Estado que eventualmente não tenham representantes diretos no Parlamento, e, assim, possibilitar a construção de novos acordos e vínculos políticos com líderes dessas localidades, objetivando a ampliação de sua base eleitoral e votações futuras.

Outras razões podem ser relacionadas à formação de concentração de votos em determinados Estados, mas ao classificarmos o padrão eleitoral de um candidato (o que será feito nesta pesquisa no âmbito dos Estados do Rio Grande do Sul e de Pernambuco) encontraremos, quase que na totalidade dos casos, alguma das três causas apresentadas acima.

2.3.6 Votação concentrada e não-dominante

Nesse padrão encontramos votações vinculadas, em sua maioria, a um ou poucos municípios, sem representar a maioria dos votos dessa localidade para um só candidato. Ou seja, vários candidatos com grande parte de seus eleitores nas mesmas cidades.

Diferentemente do primeiro padrão, em que a grande maioria dos municípios era de pequeno e médio porte, este tipo de distribuição está localizado nas cidades

com grande número de eleitores, normalmente, nas regiões metropolitanas dos Estados. Segundo Ames, os candidatos caracterizados por votação concentrada e não dominante estão vinculados a setores específicos da sociedade que sozinhos podem ser tão grandes que conseguem eleger deputados.

Embora o vínculo eleitoral desses grupos possa não ser relacionado exclusivamente aos critérios geográficos ou territoriais, como ocorre no primeiro padrão, também nesse tipo podemos identificar na proximidade espacial um grande fator para a construção das relações políticas entre representante e representados. Ou seja, encontramos aqui diferentes motivações para a escolha do eleitor, seja de natureza sindical, ambiental e social, mas com vinculação estrita aos eleitores daquela localidade.

Tecnicamente, segundo o autor, a votação pode ser considerada concentrada e compartilhada quando um candidato recebe mais de 70% de toda sua votação em um determinado município, mas essa votação não representar mais do que 5% da votação válida para o cargo nessa circunscrição.

2.3.7 Votação dispersa – não dominante

De acordo com a tipologia de Ames, nesse padrão de votação não há relação existente entre vínculos geográficos e a obtenção de votos pelos candidatos. Neste caso, determinados políticos buscam eleitores em setores territorialmente espalhados pelo Estado, pouco numerosos se tomarmos como referência a votação de um só município, mas que na soma de diferentes regiões pode representar a eleição para o Parlamento.

Segundo o autor, a distribuição dispersa e compartilhada tem como referência principal a atividade política destinada a setores minoritários específicos da sociedade como os evangélicos, ou grupos étnicos variados, existentes em todo o Estado. Também é possível relacionar esse padrão com os políticos cuja atuação é fortemente caracterizada por princípios ideológicos claros, normalmente conservadores, localizados em quase todas as cidades, sem, entretanto, representar a maioria dos votos desses locais. (AMES, 2003; CARVALHO, 2003)

Mesmo que a hipótese central desta pesquisa aponte pela prevalência do primeiro padrão, ou ainda, pela concentração dos votos se tomarmos como

referência apenas a variável (concentração/dispersão), esse terceiro padrão não deve ser esquecido, merecendo esta referência.

Podemos, ainda, pelo cruzamento das duas variáveis enquadrar nesse padrão, um importante modelo de candidatura que vem crescendo nos últimos anos, a chamada candidatura de artistas, esportistas e pessoas com algum tipo de visibilidade com origem externa à política. Ressalvando eventuais nomes capazes de atrair votações excepcionalmente altas, atingindo maiorias absolutas em uma série de municípios, e, assim, caracterizando um padrão disperso e dominante, a maior parte desses “candidatos-celebridades” tende a receber votação em quase todas as regiões dos Estados, mas compartilhando os sufrágios com vários outros candidatos de diferentes origens políticas. Cabe, aqui, uma referência à relação desse tipo de candidatura ao sistema proporcional de lista aberta brasileiro, em que a intenção das cúpulas dos Partidos Políticos é de elevar, a qualquer custo, o quociente partidário e, assim, aumentar o número de cadeiras atribuídas ao Partido ou à Coligação.

2.3.8 Votação dispersa e dominante

Segundo Ames (2003), esse padrão corresponde, em sua maioria, a dois tipos de candidatos: os que fazem acordo com líderes políticos locais e os que já ocuparam cargos na administração pública com relativo destaque, geralmente relacionados à distribuição de benefícios populares ou aos programas governamentais de cunho clientelista.

Podemos deduzir que o primeiro caso está mais diretamente relacionado à variável dominância, já que, conforme o próprio autor menciona os acordos políticos com esses líderes municipais também podem caracterizar votações concentradas e dominantes. Já a segunda espécie de candidatura estaria mais ligada à variável dispersão, pela amplitude de alcance da figura de políticos com atuação em todo o Estado e, conseqüentemente, a possibilidade de obtenção de votos em cidades de diferentes regiões.

Tecnicamente, segundo exemplos trazidos por Ames, na distribuição de votação dispersa e dominante, os candidatos obtêm cerca de 40 a 50% da votação total do município, em diferentes regiões do Estado, ou seja, sem a correlação geográfica dessas cidades.

Ainda, segundo o autor, a falta de uma identidade natural (como no padrão concentrado e dominante) entre os candidatos e algumas regiões em que o apoio político advém, principalmente, de troca de favores com líderes políticos locais pode acarretar a diminuição de fidelidade do eleitor dessas regiões em processos eleitorais futuros, já que esses acordos podem sofrer alterações em eleições posteriores. (AMES, 2003).

2.3.9 Investigações de padrões de votação no Brasil

Na literatura política brasileira, antes da tipologia criada por Ames, vários cientistas relacionados aos estudos da Geografia Política, criaram métodos próprios de investigação para a averiguação, principalmente, dos padrões de concentração e dispersão do voto, mas sem a observância da segunda variável, qual seja, a dominância ou não-dominância dos candidatos sobre a votação nos municípios.

Com grande relevância para a Ciência Política no Brasil, os estudos de Fleischer (1974,1983), Lamounier (1982) e Martins (1983) pioneiros nessa espécie de estudo e anteriores aos de Ames, contribuíram para a introdução do debate e da abordagem da relação do grau de concentração do voto com o sistema proporcional de lista aberta. Esses autores foram enfáticos ao caracterizar o sistema brasileiro como paradoxal, devido à ambiguidade existente na adoção de um sistema, cujo objetivo principal seria a fragmentação do voto, e a não correspondência desse fim na prática eleitoral, onde a concentração de votação seria a regra, e não a exceção.

Nas palavras de Martins (1983, p. 149):

A constatação de que no Brasil a dispersão espacial dos votos não é a regra e, sim, a exceção precisa ser devidamente encarada; trata-se de um efeito contraditório, uma consequência não esperada da premissa proporcional. Para funcionar como se supõe que deva funcionar, o voto proporcional tem que se mostrar capaz de cumprir sua missão específica, que é a de retratar as correntes de opinião compartilhadas pelos eleitores que votam (tanto concentrada, quanto dispersamente) na totalidade da circunscrição eleitoral.

Na literatura política brasileira atual, mais especificamente nos temas referentes à Geografia Política do Voto, uma das mais importantes contribuições é o

trabalho de Néelson Carvalho (2003)⁸, seja pela utilização de princípios teóricos mais estruturados, a partir do referencial de Ames, seja pela construção de uma metodologia de pesquisa mais clara, que divide as variáveis (concentração/dispersão) e (dominância e não-dominância) em escalas.

Segundo os estudos de Carvalho (2003, pgs. 96 e 97), o vetor concentração e dispersão do voto deve ser dividido nas seguintes modalidades:

Quadro 3 - Modalidade de Concentração e Dispersão do Voto

Concentração alta Candidatos com votação superior a 65% em um único município + votação de 85% nos 10 primeiros municípios.	Concentração média Candidatos com votação, em média, de 40% no primeiro município + 75% dos votos nos primeiras 10 cidades.
Dispersão alta Candidatos com votação, em média, de 15% no primeiro município + índice de 50% dos seus votos nas 10 primeiras cidades.	Dispersão média Candidatos com concentração máxima de 30% em um único município + máximo de 60% dos votos nas 10 primeiras cidades

FONTE: Elaboração própria, com base na obra de Carvalho (2003)

Quanto à outra dimensão (dominância/não-dominância), segundo o autor, a sua utilização necessitaria da análise de dois processos eleitorais distintos, já que é a partir da repetição da votação nos mesmos municípios, ou na maior parte dos mesmos, que podemos atribuir esse tipo de classificação. Assim, de uma forma técnica, pode-se dizer que a dominância de um candidato sobre uma região deve ser identificada quando o mesmo obtém, em média, 85% dos seus votos nas 15 primeiras cidades, em eleições sucessivas.

Assim, a partir da metodologia e das diretrizes teóricas adotadas por Carvalho, mencionadas anteriormente, e seguindo a tipologia introduzida por Barry Ames, que visa configurar os padrões de distribuição de votos estaduais nas eleições legislativas (deputados) utilizando o cruzamento das variáveis (concentração/dispersão) e (dominância/não-dominância), buscaremos no próximo capítulo, traçar as características da votação dos candidatos para o cargo de deputado federal, nas Eleições de 2006, nos Estados do Rio Grande do Sul e de Pernambuco para depois, no quarto capítulo, verificarmos a continuidade das características encontradas nas candidaturas à reeleição, no processo eleitoral de 2010, nas mesmas unidades federativas.

⁸ No trabalho de Carvalho (2003) o autor trabalha com a distribuição dos votos para deputados federais em 1994 e 1998, em diferentes regiões brasileiras, buscando, também, caracterizar os padrões também entre os partidos políticos e as diferenciações existentes entre as variáveis (concentração/dispersão) (dominância/não-dominância) nas regiões metropolitanas e no interior dos Estados.

3 A GEOGRAFIA DO VOTO PARA DEPUTADO FEDERAL NAS ELEIÇÕES 2006

Após a apresentação dos aspectos gerais do sistema eleitoral brasileiro, feitas no capítulo anterior, partiremos para uma análise sobre os dados eleitorais referentes à distribuição espacial dos votos para Deputado Federal nos Estados aqui examinados.

Para este capítulo, adotaremos uma divisão de análise em três partes principais. Primeiramente, serão apresentados os conceitos e resultados obtidos através das pesquisas realizadas pelos cientistas políticos, nas últimas décadas, direcionadas aos estudos sobre Geografia Política ou distribuição geográfica da votação para cargos legislativos. Essa menção torna-se necessária para identificarmos as premissas e abordagens prévias existentes nessa área. Assim, será possível traçar comparações, apontando para a existência ou não de mudanças nos tipos ou padrões espaciais nos processos eleitorais mais recentes frente aos cenários daquelas pesquisas.

Num segundo momento partiremos para a apresentação e análise dos dados eleitorais referentes ao pleito de 2006, na disputa para o cargo de Deputado Federal no Rio Grande do Sul. Além disso, a partir desses quadros de votação, aplicaremos a metodologia classificatória introduzida por Barry Ames (2001), já detalhada no capítulo anterior, para elaborar um perfil geográfico dos votos no Estado na referida Eleição Geral.

Igualmente, sob esses mesmos princípios metodológicos, na terceira parte deste capítulo, são trazidos os dados consolidados referentes à disputa para o cargo de Deputado Federal nas Eleições 2006, em Pernambuco.

Ainda em relação aos dados coletados nesses dois Estados deverão ser criadas subdivisões para análise dos resultados obtidos pelo mapeamento dos votos dos candidatos. Essa metodologia torna-se necessária para clarear os diferentes caracteres advindos do cruzamento desses resultados. Assim, como exemplo, poderemos verificar informações como:

- a) relação dos padrões de votação por partidos ou coligações (predominância ou não de determinado padrão em partidos de esquerda, centro ou direita);
- b) existência de equilíbrio de representação de diferentes regiões dos Estados dentre todos os deputados eleitos;
- c) verificação da relação entre o padrão de votação e a posição do candidato na lista de votos do partido ou coligação; dentre outras.

Após a análise dessas referências empíricas, introduzindo um viés comparativo à pesquisa, relacionaremos os dados deste trabalho com os resultados obtidos por estudos anteriores. Além disso, serão verificadas as semelhanças e diferenças existentes entre os padrões de votação nas duas Unidades da Federação pesquisadas, cujas características políticas e regionais, de antemão, podem ser vistas como bem distintas. Nessa perspectiva, ainda, tornar-se-á possível ratificar ou não as afirmações trazidas tanto por Ames (2001) e Carvalho (2003), referentes à dicotomia Nordeste/Sul no que tange à distribuição espacial dos votos e à variável (concentração/dispersão ou fragmentação) na votação dos candidatos.

Finalizando as análises das características de distribuição da votação nas Eleições de 2006, partiremos no capítulo seguinte para a compilação dos dados referentes ao pleito de 2010 nos mesmos Estados. Assim, teremos a possibilidade de verificar as modificações ou semelhanças entre os dois processos eleitorais no tocante à origem espacial dos votos dos candidatos, e introduziremos o estudo da variável (dominância ou não dominância) sobre os sufrágios em regiões e municípios específicos.

3.1 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE A GEOGRAFIA DO VOTO NO BRASIL: CONCEITOS E RESULTADOS

Podemos afirmar que as discussões ou pesquisas empíricas sobre Geografia do Voto no Brasil tiveram origem na década de 1970 com o estudo de David Fleischer (1974) sobre a distribuição espacial na votação para Deputados Federais em Minas Gerais. Como principal conclusão do seu trabalho, encontramos a forte percepção de que vários parlamentares eram eleitos com base de votos concentrados em determinadas regiões do Estado mineiro.

Mais tarde, durante as décadas de 80 e 90, outros cientistas políticos como Maria Lúcia Indjaian (1981) e José Luciano Dias (1991) corroboraram as conclusões de Fleischer na direção de apontar a concentração espacial de votos como importante elemento político caracterizador da eleição de boa parte dos eleitos à Câmara Baixa em diferentes Estados, como São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro.

Esses importantes estudos tiveram, uma dupla relevância na literatura política brasileira. Se por um lado, o pioneirismo dessas pesquisas acabou por introduzir uma nova temática para os trabalhos acadêmicos sobre dados e resultados

eleitorais no Brasil, por outro serviram como claras referências para a formulação de pesquisas de caráter mais analítico sobre o sistema eleitoral brasileiro de uma forma mais ampla. Os trabalhos de Bolívar Lamounier (1982), Carlos E. Martins (1983) são exemplos claros dessa utilização subsidiária daqueles referidos autores. As discussões advindas pelos estudos de ambos os cientistas giravam em torno, dentre outras coisas, das análises do paradoxo criado pelo sistema proporcional brasileiro, em produzir elementos característicos de um sistema distrital, como a concentração de voto em municípios geograficamente próximos, quando seria de se esperar a reprodução de diferentes correntes de opinião dentro dos Estados.

As palavras de Martins (1983) são claras nesse sentido:

A constatação de que no Brasil a dispersão espacial dos votos não a regra, e, sim, a exceção precisa ser encarada: trata-se de um efeito contraditório, uma consequência não esperada da premissa proporcional... Se, em lugar de fazer isso, o sistema vigente limita-se a conferir mandatos aos representantes de interesses locais (municipais ou microrregionais)...somos forçados a reconhecer que de fato há algo de errado com o método proporcional que estamos praticando.

De certa forma, as ideias trazidas por Martins e Lamounier, com base na premissa introduzida pelos estudos empíricos sobre a Geografia do Voto devem ser contextualizadas ao período analisado. As tradições políticas brasileiras em sua origem sempre favoreceram a construção de vínculos “coronelistas”, baseados em interesses políticos locais no Interior do país. A adoção de um sistema proporcional, nos anos 30, serviria, em seu propósito para diminuir esse viés paroquial e introduzir a possibilidade de enfrentar esses interesses e ampliar a abrangência dos vínculos políticos.

Esse debate, ainda vigente, na literatura política sobre o sistema eleitoral brasileiro ganhou outros contornos e perspectivas com a construção de aparatos teóricos mais complexos sobre a distribuição espacial dos votos, a partir do trabalho de Barry Ames (2001). A introdução da tipologia do autor baseada no cruzamento das dimensões horizontal (concentração/dispersão) e vertical (dominância/não-dominância) inaugurou um novo momento para as discussões dos vínculos políticos existentes no cenário eleitoral, principalmente, por ampliar o enfoque sobre a composição dos votos dos candidatos a deputados federais e que os primeiros estudos sobre Geografia do Voto, com técnica metodológica mais simples, não conseguiam.

Como base para a construção dessa taxonomia, Ames utilizou os dados eleitorais obtidos durante os pleitos gerais após 1980 em diferentes Estados da Federação. Nesse estudo, porém, foram excluídos os Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, face às mudanças ocorridas na configuração dos municípios e o desmembramento desses Estados em outros. (AMES, 2001, p.382)⁹

Sem dúvida, o grande achado do trabalho de Ames foi colocar o desempenho municipal dos candidatos como a principal variável a ser levantada para se obter os padrões de votação dos candidatos a deputado no Brasil. Ou seja, paralelamente aos estudos sobre comportamento legislativo, torna-se importante o estudo da arena eleitoral tendo como base o microcosmo espacial, neste caso, os municípios.

Nas palavras de Ames (2001, p.74): “A campanha por cadeiras legislativas no Brasil é uma competição por espaço. Esse espaço pode ser ideológico, mas frequentemente espaço aqui significa espaço físico”.

Desta forma, torna-se pertinente, nesse estágio da pesquisa, apresentar de forma resumida os procedimentos adotados pelo autor para explicar a sua construção teórica.

Segundo o cientista (2001, p. 65):

Suponhamos que, para cada candidato em cada município, “Vix”, seja calculada a percentagem de votos do candidato “i” em relação à totalidade de votos dados no município “x”. Entende-se por dominância municipal de um candidato a porcentagem que lhe coube do total de votos para membros de todos os partidos. Essa porcentagem representa a dominância do candidato em âmbito municipal.¹⁰ Suponhamos, agora, usar “Vix” para calcular “Di”, a dominância média de cada candidato em todos os municípios do Estado, ponderada pela percentagem da totalidade dos votos do candidato para a qual cada município contribui. Os candidatos com médias ponderadas mais altas tendem a dominar seus municípios mais importantes ou principais; os que têm médias ponderadas mais baixas compartilham os votos desses municípios principais com outros candidatos. Assim, a dominância e compartilhamento formam a primeira dimensão do apoio eleitoral espacial.

⁹ É oportuno acrescentar que segundo Ames, a geografia política como metodologia de pesquisa em Ciência Política é mais comum na Europa do que nos Estados Unidos. O autor utiliza subsidiariamente o trabalho de Key (1949). Para ele, ainda, a análise espacial é provavelmente mais fecunda no caso dos distritos de mais de um representante, sem tirar a eficácia do método para sistemas de um representante por distrito, como o caso dos Estados Unidos.

¹⁰ Para o autor, ainda, a dominância municipal não tem nenhuma relação com a conquista de cadeiras. O estado inteiro, e não o município, é que funciona como distrito eleitoral. Uma forma alternativa seria medir a dominância unicamente em termos dos votos para candidatos do partido a que o deputado em análise pertence.

A segunda dimensão também começa com “Vix”, a porcentagem que coube ao candidato “i”, da totalidade dos votos dados em cada município, mas essa dimensão utiliza uma medida estatística denominada Moran I, que calcula a distribuição espacial dos municípios em que o candidato tem bom desempenho. Esses municípios podem ser concentrados, como localidades vizinhas ou próximas, ou dispersos geograficamente. Combinando as duas dimensões obtêm-se os quatro padrões espaciais de votação estaduais.¹¹

Cabe aqui uma pequena contextualização de toda a obra do autor a fim de tentar interpretar os objetivos do mesmo ao desenvolver esse aparato teórico.

A intenção principal da obra de Barry Ames foi levantar as características principais do sistema político brasileiro, dividindo a sua análise na arena eleitoral e arena legislativa. Assim, criou a possibilidade de gerar entendimentos sobre os obstáculos existentes nas instituições políticas no país que prejudicariam o correto desenvolvimento de sua democracia.

A criação da denominada taxonomia de padrões espaciais de votação estadual serviu como um importante subsídio para entender muitas das motivações políticas existentes no Congresso Nacional que moveriam a atuação dos parlamentares. Ao atrelar o comportamento congressual à arena eleitoral, a partir do estudo da origem geográfica dos votos dos deputados, Ames conseguiu ampliar os objetivos de sua obra para abrigar dentre outras coisas, elementos como a relação entre distribuição de emendas ao Orçamento e a corrupção; a existência de “mini-bancadas” no Congresso, com representação setorial ou regional, levando-se em conta critérios geográficos ou de grupos de interesse em comum; dentre outros aspectos derivados de sua tipologia.¹²

Nessa mesma linha de pesquisa, mas com critérios metodológicos próprios, a obra de Néelson Carvalho contribui de forma significativa para ampliar a análise sobre a distribuição espacial dos votos no Brasil. A partir da observação dos processos eleitorais de 1994 e 1998, Carvalho detalha os padrões de concentração, dispersão e dominância sobre o voto em diferentes regiões do Brasil e pode ser considerado como um dos principais trabalhos realizados sobre Geografia Política na Ciência Política brasileira.

¹¹ Verificar tabela 4.

¹² Posicionamento do autor, que visando construir um entendimento sobre as entranhas da democracia no Brasil, criou a tipologia sobre distribuição dos votos, e aproximou exemplos de casos de corrupção com determinados padrões de votação de políticos específicos. Não há como generalizar os padrões a partir de exemplos isolados.

Como esta pesquisa terá como método principal os critérios utilizados por Carvalho (2003) para a classificação e mapeamento do voto, é oportuno explicitar as características principais dessa metodologia e os resultados obtidos pelo autor, tendo como referência os processos eleitorais dos anos 90.

A primeira premissa de Carvalho é considerar como concentração alta a votação de um candidato deva ter 65% de total de seus votos com origem no primeiro município e um percentual de próximo a 85% nos dez primeiros municípios com maior votação. A partir disso, pode ser considerada como concentração média, a votação de um candidato que possui na ordem de 40% dos votos no primeiro município e aproximadamente 75% do total de sua votação nas dez primeiras cidades.

Por outro lado, a dispersão para Carvalho deve ser dividida em duas escalas: dispersão média, quando em um único município, o candidato soma no máximo 30% de seus votos e nos dez primeiros, percentual não superior a 60; dispersão alta, quando os mesmos índices não ultrapassam, respectivamente, 15% e 50%.

A partir disso, o autor apresentou as seguintes configurações no cenário político brasileiro:

Tabela 3 - Padrões de concentração e fragmentação eleitoral nos municípios brasileiros

Tipos de Concentração	Número de municípios Eleições 1994	%	Número de municípios Eleições 1998	%
Concentração Alta	2493	50	2865	52
Concentração Média	1123	22	1152	21
Dispersão Média	1086	22	1126	21
Dispersão Alta	315	6	351	6
Total	5017	100	5494	100

FONTE: Carvalho (2003)

Pelo detalhamento da pesquisa de Carvalho, podemos perceber dois fenômenos claros referentes aos padrões de votação para deputado federal no Brasil, nos anos 90. Primeiramente, é possível verificar pelos dados coletados que se analisarmos o número total de municípios, sem a divisão por região ou tamanho das cidades, a concentração do voto (alta e média) corresponderia a 72% do total de municípios, caracterizando, assim, um domínio claro dessa variável concentração.

Outro ponto a ser destacado nessa tabela refere-se à estabilidade dos números se compararmos os processos eleitorais de 1994 e 1998. Mesmo com a

criação de quase 500 municípios no período, a proporção do número de cidades caracterizadas por concentração de votação para o cargo de deputado federal permaneceu estável, na ordem de 73% do total de municípios.

Nessa mesma pesquisa, o autor divide posteriormente os dados obtidos em relação aos 100 maiores municípios brasileiros. Nesse segmento, houve um equilíbrio claro entre os quatro padrões de votação, com cada um obtendo um percentual aproximado de 25% dentre a centena de cidades analisadas. (CARVALHO, 2003)

Uma importante constatação do autor, no cruzamento das tabelas referentes aos padrões de votação por regiões e no interior dos Estados Brasileiros, foi a dicotomia existente entre os Estados da Região Nordeste e os Estados da Região Sudeste.

Nas palavras do autor (2003, p.76):

Enquanto em todos os estados nordestinos, com exceção do Sergipe, o percentual de municípios situados na faixa mais alta de concentração alcança valor sensivelmente superior ao do conjunto do país – em média 68% dos municípios dos estados da Região Nordeste estão naquela faixa, em contraste com o valor de 50% referente a todos os municípios do país – os Estados do Sudeste têm seus municípios caracterizados por um padrão espacial de votação mais disperso – 13% dos municípios ali localizados estão na faixa mais alta de dispersão eleitoral, número que cai para 6% quando se tem por unidade de análise o conjunto do país.

Especificamente, quanto aos Estados que são objeto de estudo desta pesquisa (Rio Grande do Sul e Pernambuco), os dados apresentados por Carvalho corroboram para percepção da existência de uma dicotomia Nordeste/Sul referente aos padrões de votação.

Vejamos as tabelas acerca da classificação dos municípios das duas Unidades Federativas nas Eleições de 1994 e 1998.

Tabela 4 - Padrões Espaciais de Votação para Deputado Federal - Pernambuco

Padrões	Nº municípios 1994	%	Nº municípios 1998	%
Concentração Alta	117	66	112	60
Concentração Média	29	16	33	18
Dispersão média	26	15	27	15
Dispersão Alta	5	3	12	7

FONTE: Carvalho (2003)

Tabela 5 - Padrões Espaciais de Votação para Deputado Federal – Rio Grande do Sul

Padrões	Nº municípios 1994	%	Nº municípios 1998	%
Concentração Alta	119	28	99	21
Concentração Média	91	21	115	25
Dispersão média	156	37	199	42
Dispersão Alta	61	14	54	12

FONTE: Carvalho (2003)

A partir das tabelas apresentadas, podemos visualizar que enquanto a concentração espacial da votação nos municípios é predominante no Estado de Pernambuco (82% - 1994) e (78% - 1998), no Rio Grande do Sul encontramos um equilíbrio maior entre os tipos, com uma pequena diferença em favor da dispersão geográfica dos votos (51% - 1994) e (54% - 1998).

Os números relativos às Eleições de 2006 e 2010 em ambos os Estados, que serão apresentados a seguir, mesmo que não sejam calculados município a município, como no método de Carvalho, contribuirão para a análise de uma tendência em relação à classificação dos tipos de votação.

Nas tabelas apresentadas até o momento, os dados coletados pelo autor tiveram como base unicamente a contagem de municípios, seja de forma absoluta, seja através de divisão por região ou Estado Federativo. Embora esse critério traga um viés quantitativo importante para averiguar a configuração espacial de votação no Brasil, ele pode acarretar uma distorção na análise dos dados, já todos os municípios são considerados com um peso político, o que não ocorre na prática.

Levando-se em conta esse fator, Carvalho utilizou também um método para o cálculo da importância de cada padrão de distribuição dos votos no cenário político brasileiro tomando como referência as votações de cada deputado federal eleito. Vale destacar, ainda, que é por esse método que a presente pesquisa buscará fazer o mesmo mapeamento referente aos processos eleitorais de 2006 e 2010 nas Unidades Federativas já mencionadas, ampliando o quadro analisado para os suplentes.

Por esse critério e para os mesmos processos eleitorais pesquisados, o autor dividiu a classificação em dois tipos principais (concentração e dispersão), sem as subdivisões trazidas anteriormente quando abordado o espectro por municípios. Dessa forma, percentualmente, o quadro abaixo relaciona a variação do número de deputados por padrão, de acordo com as regiões brasileiras.

Tabela 6 - Padrões de concentração e dispersão do voto dos deputados eleitos por região - %

	Concentrados 1994	Concentrados 1998	Dispersos 1994	Dispersos 1998
Brasil	46	47	54	53
Sudeste	67	64	33	36
Norte	56	56	44	44
Centro-Oeste	45	45	55	55
Sul	37	44	63	56
Nordeste	25	28	75	72

FONTE: Carvalho (2003)

Paradoxalmente, utilizando o critério de divisão por deputados federais efetivamente eleitos, a Região Nordeste é a que apresenta menor número de deputados eleitos a partir de votações concentradas (25% - 1994 e 28% - 1998). Enquanto isso, na Região Sudeste, encontramos o maior número de parlamentares com votos concentrados em um grupo de municípios. No Sul, embora haja um crescimento de votações concentradas no período 1994-1998, encontramos um equilíbrio maior entre os padrões de votos.

Os dados da tabela 6 contradizem os dados apontados pelo autor quando o parâmetro de análise é a quantidade de municípios. Esse paradoxo analítico a partir das percepções de Carvalho contribui para a necessidade de verificações mais recentes sobre os tipos de votações existentes nos Estados brasileiros, objeto principal desta pesquisa.

Partindo para a variável dominância sobre os votos dos eleitores nos municípios brasileiros, encontramos os seguintes conceitos trazidos por Ames (2001) e Carvalho (2003).

Para Ames (2001, p.65): “Entende-se por dominância municipal de um candidato a porcentagem que lhe coube do total de votos para membros de todos os partidos. Essa porcentagem representa a dominância do candidato em âmbito municipal”.

Utilizando esse parâmetro principal para estabelecer os estudos sobre dominância política, Carvalho (2003, p.100) acrescentou¹³ um método para realizar os seus cálculos a partir dos seguintes critérios:

¹³ Segundo Carvalho (2003), o seu índice de dominância possui uma forte correlação com o proposto por Ames (2001), na ordem de 0,77 – entre os valores de ambos. O autor, contudo, frisa que sua pesquisa é mais abrangente que a do cientista norte-americano, se levarmos em conta as regiões analisadas.

Vale assinalar que construímos o índice de dominância com base nas 15 primeiras cidades que destinaram aos deputados o maior número de votos; ora, se nas duas legislaturas analisadas, nossos representantes tiveram em média 85% de seus votos oriundos dessas 15 primeiras cidades, esse parece ser um ponto de corte suficiente para se captar a variação no grau de dominância da votação dos deputados investigados.

Ainda, para operacionalizar esse método, o autor criou a seguinte fórmula para calcular o esse índice de dominância atribuído ao candidato em um determinado município: $\sum_n (vi/pi) \times (vi/V)$, onde vi = número de votos recebidos pelo deputado federal na cidade i ; pi = número total de votos válidos para deputado federal na cidade; V = total de votos recebidos pelo deputado federal no estado inteiro. (SAUGO, 2007)

Numa divisão mais específica que a introduzida por Ames, Carvalho a partir do cálculo do índice de dominância, somado a um desvio padrão¹⁴ estipulado para combater distorções pelo tamanho da amostra analisada, estabeleceu quatro graus (sem dominância e baixa, média e alta dominância) diferentes de dominância que um determinado candidato possa exercer na votação municipal.

Esses mecanismos serão utilizados para estipular os índices dos candidatos à reeleição em Pernambuco e no Rio Grande do Sul no pleito de 2010.

Assim, a partir dessa metodologia, Carvalho ao analisar todas as regiões brasileiras nos períodos eleitorais de 1994 e 1998 chegou aos seguintes números:

Tabela 7 - Padrões de Dominância dos deputados federais - %

Dominância	SEM	SEM	BAIXA	BAIXA	MÉDIA	MÉDIA	ALTA	ALTA
Região	1994	1998	1994	1998	1994	1998	1994	1998
Brasil	22	24	28	29	35	31	14	16
Centro-Oeste	5	3	45	39	38	39	13	18
Nordeste	7	9	25	23	55	47	14	21
Norte	12	16	54	57	24	18	10	8
Sul	19	17	29	32	32	34	19	17
Sudeste	43	45	22	23	21	18	14	18

FONTE: Carvalho (2003)

Na análise da tabela 7, podemos perceber que dentre as principais características da variável dominância no cenário político brasileiro, durante a

¹⁴ O desvio padrão é calculado com a seguinte fórmula: $D = \sqrt{\sum(Xi - mX)^2 / n}$ (D = desvio padrão; Xi = valor do índice de dominância; Mx = média aritmética do índice de dominância da Legislatura; n= nº de candidatos da amostra).

década de 1990 está a estabilidade dos números relativos à dominação dos deputados federais sobre os votos municipais. Ainda, podemos ressaltar novamente uma dicotomia entre as regiões nordeste e sudeste. Nesse sentido, a dominância dos deputados federais nordestinos sobre a votação municipal fica na ordem de 70%, se somarmos os índices de média e alta dominação ao passo que no Sudeste os mesmos índices ficam na marca de 35%. As outras regiões apresentam um equilíbrio nos índices, não podendo, assim, evidenciar um predomínio de dominação ou não sobre a votação municipal.

Seguindo adiante, e fazendo uma interseção entre as variáveis dominância e concentração dos votos, encontraremos um “raio-x” sobre a Geografia do Voto no Brasil. Segundo a literatura da área, pode ser considerado como deputado “distritável”, o parlamentar que possui uma base eleitoral ao mesmo tempo concentrada e dominante, utilizando aqui, como parâmetro, as características de votação dos deputados norte-americanos, onde o sistema distrital baseia o ordenamento político para a eleição à Câmara Baixa.

Se analisássemos apenas esse critério matemático e utilizássemos os dados apresentados por Carvalho (2003), apenas 17% dos deputados federais brasileiros poderiam ser caracterizados como “distritáveis”, ou com reduto eleitoral claro. O mesmo autor rebate essa ideia, afirmando que a complexidade que envolve a Geografia Política do Voto é muito grande para aduzirmos que apenas um quinto dos parlamentares possui vínculos políticos sólidos com bases municipais.

A conclusão e os argumentos de Carvalho parecem plausíveis, já que reduzir as relações e os vínculos entre parlamentares e políticos de uma forma geral com os líderes locais e os eleitores de determinadas regiões apenas ao substrato de deputados eleitos com bases concentradas e dominantes tornaria o sistema político e eleitoral brasileiro muito menos complexo do que realmente é. As pesquisas e os estudos sobre comportamento legislativo, principalmente os baseados no modelo distributivista, mencionados no capítulo anterior, demonstram que a atuação de grande número de parlamentares, durante o mandato, recebe grande influência e pressão de bases regionais específicas.

Nesse sentido, é mais sensato afirmar que apenas os padrões de votação “disperso e não-dominante” e “concentrado e não-dominante” estariam mais afastados dessa correlação existente entre parlamentares e bases eleitorais com vinculação política. Essa afirmação nos parece factível na medida em que tanto no

padrão “concentrado e dominante” quanto no “disperso dominante” poderiam ser verificados um fenômeno político da repetição do voto, variando apenas o apelo político utilizado pelo candidato/deputado para agregar solidez a essa relação política em processos eleitorais distintos. Alguns deles construiriam a campanha, ou de um âmbito maior, a carreira política baseados em vinculação geográfica específica, outros baseados em atuação setorial ou de grupos de opinião reunidos espacialmente em cidades próximas ou não.

Nas palavras de Carvalho (2003, p.106):

Assim, se é verdade que metade dos nossos representantes se elege a partir de uma configuração eleitoral no espaço geográfico – votações concentradas e dominantes de um lado, e fragmentadas e dominantes, de outro – que estimulam a lógica do particularismo e a ênfase na perseguição de políticas com custos difusos de benefícios concentrados, isso não se estende às duas outras conexões eleitorais descritas.

Abaixo, na tabela 8, visualizamos o cruzamento entre as variáveis dominância e concentração de voto em todas as regiões brasileiras, na década de 1990, apresentados nos estudos de Carvalho.

Tabela 8 - Distribuição dos deputados segundo as dimensões de concentração e dominância
1994 e 1998 - %

	C/D 1994	C/D 1998	C/ND 1994	C/ND 1998	D/D 1994	D/D 1998	D/ND 1994	D/ND 1998
Centro-Oeste	16	27	28	18	25	36	31	18
Nordeste	12	7	13	20	57	64	18	9
Norte	16	6	39	49	27	24	18	20
Sul	22	30	14	14	30	27	34	29
Sudeste	20	31	47	46	15	16	18	20
Brasil	17	16	29	31	32	35	21	18

FONTE: Carvalho (2003)

C/D – concentrado e dominante;

C/ND – concentrado e não dominante;

D/D – disperso e dominante;

D/ND – disperso e não dominante.

Dentre os números apresentados, vale destacar a predominância existente do padrão “Disperso-Dominante” entre os deputados eleitos na Região Nordeste. Quase dois terços do total tiveram esse tipo de votação em 1998 (64%).

No Sudeste, encontramos com maior incidência o padrão “Concentrado-Não Dominante”, com índice perto dos 50% do total de deputados oriundo nessa região.

No Centro-Oeste brasileiro, podemos visualizar a maior instabilidade nos números, se compararmos os dois pleitos consecutivos, com variações beirando os 10% entre um mesmo padrão de votação em 1994 e 1998.

Na Região Sul, ao contrário, os índices apresentaram a maior estabilidade dentre todas as regiões pesquisadas, nos pleitos analisados.

De uma forma geral, o trabalho de Carvalho pode ser considerado como o principal parâmetro de pesquisa sobre os padrões de votação existente no Brasil até então, tanto pelo sua amplitude, ao mensurar todas as regiões brasileiras quanto pelos detalhes e as variáveis analisadas.

Se por um lado, Barry Ames ao introduzir uma tipologia de estudo nessa área, contribui para a construção de aparatos teóricos capazes de fundamentar e explicar as origens eleitorais da chamada “Política da Geografia”, é com a obra de Carvalho que o modelo teórico de Ames ganha maior abrangência empírica.

Contudo, mesmo reconhecendo os trabalhos desses dois importantes cientistas políticos como pilares essenciais nos estudos sobre Geografia Política no Brasil, o dinamismo existente nesse objeto de estudo, face às constantes transformações políticas advindas de processos eleitorais e contextos políticos diferentes torna necessária a construção de análises com outros objetos e a partir de pleitos eleitorais mais recentes.

Dessa forma, partiremos para a análise empírica que é o objeto de estudo principal da presente pesquisa: o mapeamento dos padrões eleitorais de votação dos deputados federais eleitos e suplentes nos processos eleitorais de 2006 e 2010 nos Estados do Rio Grande do Sul e Pernambuco.

3.2 A ELEIÇÃO PARA DEPUTADO FEDERAL EM 2006

Como a eleição legislativa federal no Brasil está atrelada às eleições para cargos executivos (Governadores de Estado e Presidente da República), ou seja, ocorrem concomitantemente e com campanhas eleitorais simultâneas, não é possível analisar os resultados da eleição para deputado federal, sem uma breve menção ao quadro político geral em 2006.

De uma forma direta, a própria legislação eleitoral vigente no país estabelece uma correlação forte entre eleições proporcionais e majoritárias ao proibir os partidos de formarem coligações para as eleições ao cargo de deputado federal ou

estadual com siglas que não compõem a coligação para a eleição ao cargo de governador do Estado. Ou seja, um Partido Político pertencente à coligação majoritária na unidade federativa pode até concorrer isoladamente nas eleições legislativas¹⁵, mas nunca formando alianças com partidos adversários na eleição ao Executivo Estadual.¹⁶

Como mencionado anteriormente, as eleições proporcionais para os cargos legislativos federais e estaduais no Brasil têm como circunscrição os próprios estados federativos, o que acarreta uma influência maior dos aspectos políticos regionais tanto na formação das listas dos candidatos quanto na campanha eleitoral, muito mais voltada ao ambiente estadual do que aos elementos políticos nacionais. Essa característica do sistema brasileiro contribui, de certa forma, para a distribuição das vagas aos candidatos a deputado federal de acordo com o poder político dos partidos nos diferentes Estados. Assim, mesmo um Partido com relevante peso no cenário nacional, pode não eleger deputados ou ter um número reduzido de vagas, caso possua uma pequena importância no cenário político de um determinado Estado.

Assim, passaremos para a análise do contexto político e os resultados eleitorais nos dois Estados pesquisados.

3.2.1 Rio Grande do Sul

Em 2006, as eleições majoritárias no Brasil e no Rio Grande do Sul tiveram duas tentativas de reeleição.

No cenário nacional, o então Presidente Luis Inácio Lula da Silva entrou na disputa pelo segundo mandato com a coligação composta por PT, PRB e PCdoB. Seus principais adversários, no primeiro turno, foram: Geraldo Alckmin (PSDB-PFL), Heloísa Helena (PSOL, PSTU) e Cristóvam Buarque (PDT).

No Estado gaúcho, o governador Germano Rigotto tentou a reeleição com a coligação (PMDB, PTB e PMN). Seus principais oponentes foram: Yeda Crusius (PSDB, PFL, PPS, PSC, PL, PHS, PAN, PTdoB, PTC, Prona e PRTB), Olívio Dutra

¹⁵ Art. 6 da Lei 9504 de 1997 - É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.

¹⁶ É vedado, ainda, que Partido Político que não tenha candidato ao Executivo Estadual forme coligação com alguma sigla que compõe alguma coligação com candidato ao Governo do Estado.

(PT e PCdoB), Alceu Collares (PDT), Francisco Turra (PP), Roberto Robaina (PSOL e PSTU) e Beto Grill (PSB).

A eleição, no cenário gaúcho, foi marcada pelo surgimento de uma terceira força política, representada pela candidatura de Yeda Crusius, já que nas três eleições anteriores (1994, 1998 e 2002) o duelo principal havia ficado entre PMDB e PT. Essa novidade política, em termos de resultados eleitorais, acabou por influenciar substancialmente o quadro final da eleição proporcional para o cargo de deputado federal, com a eleição de 05 (cinco) candidatos da coligação (PSDB-PFL-PPS), corroborando a ideia de que eleições proporcionais recebem grande influência da disputa majoritária.

Em relação às Eleições para Deputado Federal no Rio Grande do Sul, um total de 289 (duzentos e oitenta e nove) candidatos disputaram as 31 (trinta e uma) vagas abertas no Estado. Esses candidatos estavam distribuídos em 05 (cinco) coligações e 10 Partidos Políticos, que concorreram isoladamente no referido pleito. No final, 11 (onze) partidos conseguiram eleger representantes na Câmara Baixa.

Tabela 9 - Quadro Geral da Eleição para deputado federal no Rio Grande do Sul – partidos – 2006

Partido/Coligação	Total de Candidatos	Total de Votos	Deputados Eleitos
PT – Pcdob	31	1.408.207	08 (PT-07;PCdoB – 01)
PMDB	24	1.003.683	05
PSDB-PPS-PFL-PL	48	915.358	05 (PSDB – 02; PFL – 02; PPS -01)
PP	25	868.908	05
PDT	23	562.076	03
PTB-PMN	29	528.135	03 (PTB – 03)
PSB	29	285.355	01
PSOL – PCB	20	228.134	01
PV	24	74.934	00
PSC-PAN-PRTB-PHS-PTC	27	55.580	00
PRONA	01	17.090	00
PSTU	02	3.728	00
PCO	03	2.166	00
PSDC	02	1.738	00
PSL	01	1.729	00
15	289	5.956.821	31

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos pelo site do TRE-RS.

Tabela 10 - Votação para Deputado Federal – RS – 2006

Eleitorado apto	7.750.583	100%
Comparecimento	6.676.828	86,14%
Abstenção	1.073.755	13,86%
Votos válidos	5.956.821	89,21%
Votos brancos	502.785	7,53%
Votos nulos	217.222	3,25%
Quociente Eleitoral ¹⁷	192.155	
Eleitos por quociente partidário ¹⁸	26	
Eleitos por média	05	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos pelo site do TRE-RS.

Pelos dados das tabelas acima que mostram o panorama geral da eleição proporcional para Deputado Federal no Rio Grande do Sul, em 2006, podemos verificar que certos partidos (PT-PMDB) por serem tradicionais postulantes ao Executivo Estadual possuem conseguiram atingir um elevado número de votos, sem a necessidade de formarem grandes coligações para obter um bom número de cadeiras na Câmara dos Deputados. No caso petista, a Eleição de 2006 teve uma peculiaridade com a formação de coligação com o PCdoB, e o surgimento do fenômeno eleitoral Manuela D'Ávila, eleita com quase 280 mil votos, a maior votação para o cargo no Estado. Em 2010, a mesma candidata, mas sem a mesma coligação, quase dobrou o número de votos, atingindo aproximadamente 500 mil votos, garantindo mais duas vagas à sua coligação.

Voltando a 2006, podemos visualizar que Partidos como PP, PDT e PTB, também sem coligação, atingem votações menores, mas capazes de eleger um número razoável de candidatos, 11 no total.

Partidos de tamanho médio no Estado, como PSDB, PFL e PPS necessitam formar coligações para almejavem um maior número de cadeiras.

Já partidos de pequeno porte, como PSB e PSOL, elegem deputados, graças às votações expressivas de um candidato de sua lista, responsáveis por mais de 80% de toda a sua votação.

¹⁷ O Quociente Eleitoral é a divisão entre o total de votos válidos para o cargo e o total de cadeiras em disputa. Pelas regras do sistema proporcional, apenas os partidos e coligações que receberam, no mínimo, um total de votos igual ao quociente elegerão candidatos ao referido cargo.

¹⁸ Quociente Partidário é o número obtido a partir da divisão entre o número total de votos do partido ou coligação e o quociente eleitoral. O número inteiro correspondente ao quociente partidário estabelece as vagas atribuídas diretamente ao partido. As sobras decorrentes do arredondamento são redivididas pelo processo chamado maiores médias.

De uma maneira geral, o número de deputados eleitos no Rio Grande do Sul por partido não vem sofrendo grandes alterações nas últimas eleições. Algumas diferenças podem ser verificadas, quando determinadas nomes com grandes votações se candidatam, o que eleva o quociente partidário das coligações as quais integram. A Eleição de 2010 foi um exemplo disso, como veremos no próximo capítulo.

Essa estabilidade pode servir como base para concluirmos que, embora o personalismo político seja importante na captação dos votos, os Partidos gaúchos possuem uma relevância institucional considerável, em comparação com outros estados do país, gerando um vínculo importante com o eleitorado.

Essa vinculação torna-se mais visível principalmente no Interior do Estado, onde determinados partidos, antes mesmo do lançamento das candidaturas conseguem estimar, com boa precisão, o número de cadeiras que atingirão no processo eleitoral.

Assim, é possível afirmar que a competição intrapartidária, muitas vezes, acaba sendo mais determinante para a definição de quem irá se eleger do que a disputa entre os partidos propriamente ditos. Por outro lado, acabará sendo beneficiado o candidato que aumentar ainda mais o vínculo político com sua base eleitoral, reforçando seus predicados pessoais, já que a disputa entre políticos do mesmo partido torna o viés partidário menos importante durante a campanha.

Para tentar visualizar esses elementos dentro do processo eleitoral gaúcho, partiremos para a análise dos resultados obtidos pelos candidatos ao cargo de deputado federal, dentro de suas coligações, ressaltando aspectos como o padrão de suas votações, município de origem política, domicílio eleitoral em 2006, e posição final na lista partidária ou de sua coligação.

Como mencionado na introdução desta pesquisa, utilizaremos a seguinte metodologia: serão analisadas as votações de todos os candidatos que obtiveram número de votos igual ou superior à votação do último candidato efetivamente eleito. Como o sistema proporcional permite a eleição de candidatos com total de votos menor do que outros, tendo em vista, o cálculo do quociente partidário e a redistribuição por maiores médias, poderão ser alvos de estudo os sufrágios recebidos também por políticos não eleitos e pelos que ficaram na suplência de suas coligações.

3.2.1.1 Frente popular: a força do povo (PT-PCdoB)

Na tabela 11 encontramos a relação dos candidatos da Coligação (PT-PCdoB) com votação superior a 44 mil votos, nas Eleições de 2006. Foram analisados 11 (onze) candidatos que representam 89,8% do total de votos recebidos por todos os candidatos da coligação, sem considerar os votos de legenda.¹⁹

Tabela 11 - Votação dos candidatos da Coligação Frente Popular – A Força do Povo - qualificado

Candidato	Total de Votos	% votos 1º município	% votos 10 primeiros municípios	1ª município Mais votado	Município Natal	Domicílio Eleitoral	Profissão
Manuela D'Ávila (PCdoB)	271.939	24	60	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Jornalista
Pepe Vargas (PT)	124.686	77	88	Caxias do Sul	Nova Petrópolis	Caxias do Sul	Médico
Maria do Rosário (PT)	110.081	40	61	Porto Alegre	Veranópolis	Porto Alegre	Professora
Tarcísio Zimmermann (PT)	106.659	28	75	Novo Hamburgo	Santo Cristo	Novo Hamburgo	Sociólogo
Paulo Pimenta (PT)	104.430	14	48	Santa Maria	Santa Maria	Santa Maria	Jornalista
Henrique Fontana (PT)	90.549	27	64	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Médico
Marco Maia (PT)	70.983	35	62	Canoas	Canoas	Canoas	Metalúrgico
Adão Pretto (PT)	70.491	4	23	Porto Alegre	Redentora	Miraguaí	Agricultor
<i>Fernando Marroni (PT)</i>	70.411	73	92	Pelotas	Pelotas	Pelotas	Servidor Público Federal
<i>Emília Fernandes (PT)</i>	68.828	23	59	Porto Alegre	Dom Pedrito	Santana do Livramento	Professora
<i>Orlando Desconsi (PT)</i>	66.103	12	44	Santa Rosa	Horizontina	Santa Rosa	Bancário
Média da coligação		32,6	61,5				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos no site do TRE-RS.

Total de votos da coligação: 1.408.207;

Total de votos dos candidatos do PT, incluindo votos na legenda: 1.126.732;

Total de votos dos candidatos do PCdoB, incluindo votos na legenda: 281.475;

Quociente da coligação: 7,328 (7 candidatos eleitos pelo quociente e 1 candidato eleito por média).

Fazendo uma análise da distribuição dos votos dos candidatos desta Coligação podemos verificar claramente que é necessário o estudo dos dez primeiros municípios em que o mesmo recebe o maior número de votos para conseguir classificá-lo de acordo com a teoria dos padrões de votação utilizada por

¹⁹ O candidato que ocupa a 12ª posição na Coligação fez apenas 16.258 votos, ou seja, uma votação muito inferior ao candidato Orlando Desconsi (3º Suplente).

Carvalho (2003), em relação à variável Concentração/Dispersão, já que para classificarmos também na variável Dominância ou Não-Dominância torna-se necessário o estudo de dois processos eleitorais consecutivos.

Nesse sentido, a coligação poderia ser enquadrada num patamar entre Dispersão Média e Concentração Média, já que o percentual médio do total da votação dos candidatos nos dez primeiros municípios ficou em 61,5%, ou seja, valor abaixo do necessário para a classificação como concentrado (75%) e superior ao máximo para a classificação como disperso (60%).

Ampliando a classificação para todos os candidatos, verificamos que a votação de 04 deles (Maria do Rosário, Tarcísio Zimmermann, Marco Maia e Henrique Fontana) pode ser enquadrada como de concentração média; 03 (Paulo Pimenta, Adão Pretto e Orlando Desconsi) como de dispersão alta; 02 (Pepe Vargas e Fernando Marroni) como de concentração alta e 02 (Manuela D'Àvila e Emília Fernandes) como de dispersão média.

Ampliando ainda mais o escopo de análise, é possível afirmar, como era de se esperar, que o município em que o candidato obteve o maior número de votos está diretamente relacionado à cidade natal ou ao domicílio eleitoral do mesmo durante o processo eleitoral de 2006. Essa observação torna-se importante para aferir a vinculação existente entre o candidato e sua principal base eleitoral e será fundamental para a classificação quanto à variável dominância ou não-dominância no próximo capítulo.

Por fim, não é possível verificar uma relação direta entre a ocupação do candidato e a concentração ou dispersão de seus votos. Mesmo que possamos deduzir que determinadas profissões ou áreas de atividade profissional estejam mais propensas a um padrão de votação, como Barry Ames indica, na fundamentação de sua tipologia, a afirmação que a concentração ou dispersão está relacionada à ocupação do candidato necessita de uma análise mais profunda sobre o histórico da carreira política do mesmo. Nessa pesquisa, a indicação da ocupação principal dos políticos analisados serve como uma complementação de dados.

3.2.1.2 Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

Na tabela 12 encontramos a relação dos candidatos do PMDB, com votação superior a 44 mil votos, nas Eleições de 2006. Foram analisados 10 (dez) candidatos

que representam 85,6% do total de votos recebidos pela lista, sem considerar os votos de legenda.²⁰

Tabela 12 - Votação dos candidatos do PMDB - qualificado

Candidato	Total de Votos	% votos 1º município	% votos 10 primeiros municípios	1ª município mais votado	Município Natal	Domicílio Eleitoral	Ocupação
Eliseu Padilha	140.494	9	51	Porto Alegre	Canela	Porto Alegre	Advogado
Mendes Ribeiro	115.245	15	44	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Advogado
Osmar Terra	101.695	22	47	Santa Rosa	Porto Alegre	Santa Rosa	Médico
Darcísio Perondi	94.051	26	54	Ijuí	Ijuí	Ijuí	Médico
Ibsen Pinheiro	76.165	49	73	Porto Alegre	São Borja	Porto Alegre	Advogado
<i>César Schirmer</i>	74.691	33	53	Santa Maria	Santa Maria	Santa Maria	Advogado
<i>Oswaldo Biolchi</i>	58.042	14	31	Carazinho	Encantado	Carazinho	Advogado
<i>Odacir Klein</i>	56.639	10	34	Porto Alegre	Getúlio Vargas	Porto Alegre	Advogado
<i>Adroaldo Conzatti</i>	52.253	12	37	Encantado	Encantado	Encantado	Contador
<i>Wilson Cignachi</i>	47.876	35	75	Farroupilha	Farroupilha	Farroupilha	Técnico
Média do Partido		22,5	50,0				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos no site do TRE-RS.

Total de votos do Partido, incluindo votos na legenda: 1.003.683;
Quociente da coligação: 5,223 (5 candidatos eleitos pelo quociente).

Diferentemente da coligação anterior, já pela votação dos candidatos do PMDB no primeiro município mais votado é possível classificá-los dentro da variável concentração e dispersão geográfica de votos.

Nesse sentido, podemos enquadrar a votação do Partido, em 2006, como de Alta Dispersão, já que a média geral dos candidatos no primeiro município mais votado ficou em 22,5% e não superou a marca dos 50% na soma dos votos nos 10 primeiros municípios.

Quanto à análise dos padrões por candidato, da mesma forma, o índice de votação dispersa foi preponderante. Dentre os 10 peemedebistas analisados, 06 (Eliseu Padilha, Mendes Ribeiro Filho, Osmar Terra, Oswaldo Biolchi, Odacir Klein e Adroaldo Conzatti) podem ser enquadrados como de votação altamente dispersa; 02 (Darcísio Perondi e César Schirmer) como de dispersão média e 02 (Ibsen Pinheiro e Wilson Cignachi) como de concentração média.

²⁰ O 11º candidato mais votado da coligação obteve 33.515 votos.

Mesmo que numa análise mais profunda, possamos encontrar uma relação geográfica entre os municípios onde o candidato obteve maior número de votos, no caso do PMDB, ficou evidente que a maioria de seus deputados captou importante número de sufrágios em diferentes regiões do Estado, sem, contudo, contrariar a premissa de que os primeiros municípios estão diretamente relacionados ou ao domicílio eleitoral do candidato na época ou à sua cidade natal.

3.2.1.3 União Rio Grande Afirmativo (PSDB – PFL – PPS – PL)

Na tabela 13 encontramos a relação dos candidatos da Coligação União Rio Grande Afirmativo, com votação superior a 44 mil votos, nas Eleições de 2006. Foram analisados 06 (seis) candidatos que representam 62% dos votos obtidos pela lista, sem considerar os votos de legenda.

Tabela 13 - Votação dos candidatos da Coligação União Rio Grande Afirmativo - qualificado

Candidato	Total de Votos	% votos 1º município	% votos 10 primeiros municípios	1ª município Mais votado	Município Natal	Domicílio Eleitoral	Ocupação
Júlio Redecker (PSDB)	157.745	16	43	Novo Hamburgo	Taquari	Novo Hamburgo	Advogado
Onyx Lorenzoni (PFL)	112.764	29	68	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Médico Veterinário
Germano Bonow (PFL)	73.405	24	50	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Médico
Prof. Ruy Pauletti (PSDB)	57.064	39	70	Caxias do Sul	Caxias do Sul	Caxias do Sul	Professor
Nélson Proença (PPS)	53.689	23	51	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Gerente
Cláudio Díaz (PSDB)	50.131	57	90	Rio Grande	Rio Grande	Rio Grande	Veterinário
Média da coligação		31,5	62,5				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos no site do TRE-RS.

Total de votos da coligação: 915.358;

Total de votos dos candidatos do PSDB, incluindo votos na legenda: 498.870;

Total de votos dos candidatos do PFL, incluindo votos na legenda: 264.453;

Total de votos dos candidatos do PPS, incluindo votos na legenda: 91.321;

Total de votos dos candidatos do PL, incluindo votos na legenda: 60.714;

Quociente da coligação: 4,763 (4 candidatos eleitos pelo quociente e 1 candidato eleito por média).

Mesmo após a análise nos dez primeiros municípios em que os candidatos obtiveram maior votação, somando-se ao critério de observância do porcentual obtido na cidade de maior número de votos, não foi possível traçar um

enquadramento preciso sobre o padrão preponderante para a Coligação. Pela média apontada, da mesma forma da Coligação (PT-PCdoB), podemos indicar que a Coligação estaria mais próxima à uma concentração média de votos, já que o percentual de votação nos 10 primeiros municípios dos políticos analisados ficou em 62,5 e o percentual na primeira cidade com maior número de votos ficou na ordem de 31,5.

Ocorre que ao detalharmos a análise para todos os candidatos pesquisados, 03 (Cláudio Diaz, Onyx Lorenzoni e Ruy Pauletti) foram classificados como concentrados, o primeiro com concentração alta e os demais com concentração média; e os outros 03 (Nélson Proença, Júlio Redecker e Germano Bonow) como dispersos, sendo os dois últimos com alta dispersão.

Esse equilíbrio, portanto, dificulta uma classificação categórica sobre o padrão de votação principal da coligação somente a partir da média numérica descrita anteriormente.

3.2.1.4 Partido Progressista (PP)

Na tabela 14, encontramos a relação dos candidatos do PP, com votação superior a 44 mil votos, nas Eleições de 2006. Foram analisados 05 (cinco) candidatos que representam 83,8% do total de votos recebidos pelo Partido, sem considerar os votos de legenda.²¹

Tabela 14 - Votação dos candidatos do PP - qualificado

Candidato	Total de Votos	% votos 1º município	% votos 10 primeiros Municípios	1ª município Mais votado	Município De Nascimento	Domicílio Eleitoral	Ocupação
Luis Carlos Heinze	205.734	10	42	São Borja	Candelária	São Borja	Engenheiro
José Otávio Germano	195.822	15	36	Cachoeira do Sul	Cachoeira do Sul	Cachoeira do Sul	Advogado
Vilson Covatti	168.320	5	30	Frederico Westphalen	Palmitinho	Frederico Westphalen	Advogado
Renato Molling	69.959	34	71	Sapiranga	Dois Irmãos	Sapiranga	Empresário
Afonso Hamm	65.297	35	62	Bagé	Hulha Negra	Bagé	Engenheiro
Média do Partido		20	48,5				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos no site do TRE-RS.

Total de votos do Partido, incluindo votos na legenda: 868.908;

Quociente da coligação: 4,521 (4 candidatos eleitos pelo quociente e 1 candidato eleito por média).

²¹ O sexto candidato mais votado do PP obteve 33.097 votos, o equivalente a 50% do candidato Afonso Hamm que ficou na quinta posição da lista.

Considerando apenas a média numérica do Partido (20% de votos no primeiro município e 48,5% nas 10 primeiras cidades), é possível classificar o Partido Progressista dentro do padrão de votação altamente disperso.

Um aspecto importante a ser destacado para o PP é a alta predominância de votos oriundos do interior do Estado como principal origem do eleitorado da sigla. Nenhum dos cinco candidatos analisados obteve a maior votação em Porto Alegre ou na Região Metropolitana de Porto Alegre.²² A grande maioria dos sufrágios dados ao Partido vem de regiões específicas do Estado, mas com grande votação em grande número de municípios dessas regiões, o que caracteriza a dispersão como padrão preponderante.

Partindo para uma análise específica dos candidatos, 03 deles (Luis Carlos Heinze, José Otávio Germano e Vilson Covatti) podem ser caracterizados como de dispersão alta como padrão de votação; os outros 02 (Renato Molling e Afonso Hamm) restaram classificados como de concentração média.

Mais uma vez, ainda, é possível verificar uma correlação evidente entre o município em que os candidatos obtiveram maior número de eleitores e o seu respectivo domicílio eleitoral.

3.2.1.5 Partido Democrático Trabalhista (PDT)

Na tabela 15, encontramos a relação dos candidatos do PDT, com votação superior a 44 mil votos, nas Eleições de 2006. Foram analisados 04 (quatro) candidatos que representam 63% do total de votos recebidos pelo Partido, sem considerar os votos de legenda.

²² Considerando como Região Metropolitana a delimitação determinada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Tabela 15 - Votação dos candidatos do PDT - qualificado

Candidato	Total de Votos	% votos 1º município	% votos 10 primeiros municípios	1ª município	Município Natal	Domicílio Eleitoral	Ocupação
Pompeo de Mattos	106.963	5	30	Porto Alegre	Santo Augusto	Porto Alegre	Advogado
Vieira da Cunha	100.057	47	70	Porto Alegre	Cachoeira do Sul	Porto Alegre	Procurador Justiça
Enio Bacci	61.529	18	50	Lajeado	Lajeado	Lajeado	Advogado
<i>Dr. Basegio</i>	52.418	53	75	<i>Passo Fundo</i>	Passo Fundo	Passo Fundo	Advogado
Média do Partido		31	56,5				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos no site do TRE-RS.

Total de votos do Partido, incluindo votos na legenda: 562.076;

Quociente da coligação: 2,925 (2 candidatos eleitos pelo quociente e 1 candidato eleito por média).

Considerando a média do Partido é possível caracterizar o PDT, nas Eleições de 2006, como padrão de votação de Dispersão Média, já que a média de votos recebidos no primeiro município ficou em 31% e nas 10 primeiras cidades na faixa dos 57%.

Embora a referida caracterização tenha ficado clara analisando apenas a média dos candidatos, assim como no Partido Progressista, se observarmos os números de cada um dos quatro políticos, encontramos uma divisão exata entre os padrões. Pela análise apresentada, 02 candidatos (Pompeu de Mattos e Ênio Bacci) podem ser classificados como de votação altamente dispersa; já aos outros dois (Vieira da Cunha e Dr. Basegio) pode ser atribuído o padrão de concentração média dos votos.

A mesma correspondência entre domicílio eleitoral e cidade com maior eleitorado, encontrada nos outros Partidos, pode ser verificada no PDT.

3.2.1.6 Coligação PTB/PMN

Na tabela 16 encontramos a relação dos candidatos da Coligação PTB-PMN, com votação superior a 44 mil votos, nas Eleições de 2006. Foram analisados 03 (três) candidatos que representam 43,0% dos votos recebidos pela Coligação, sem considerar os votos de legenda.²³

²³ O candidato Luis Carlos Busato foi o deputado federal eleito em 2006 com menor número de votos, servindo como referência para o corte metodológico utilizado nesta pesquisa quanto ao Rio Grande do Sul.

Tabela 16 - Votação dos candidatos da Coligação PTB/PMN - qualificado

Candidato	Total de Votos	% votos 1º município	% votos 10 primeiros municípios	1ª município Mais votado	Município De Nascimento	Domicílio Eleitoral	Ocupação
Sérgio Moraes (PTB)	86.229	39	80	Santa Cruz do Sul	Santa Cruz do Sul	Santa Cruz do Sul	Comerciante
Paulo Roberto (PTB)	84.123	22	63	Porto Alegre	São Caetano/SP	Porto Alegre	Pastor Religioso
Luis Carlos Busato (PTB)	44.472	66	86	Canoas	Caçador/SC	Canoas	Arquiteto
Média da coligação		42,3	76,5				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos no site do TRE-RS.

Total de votos da coligação: 528.135;

Total de votos dos candidatos do PTB, incluindo votos na legenda: 524.438;

Total de votos dos candidatos do PMN, incluindo votos na legenda: 3.697;

Quociente da coligação: 2,748 (2 candidatos eleitos pelo quociente e 1 candidato eleito por média).

Considerando a média do PTB não a dúvidas quanto à classificação do Partido como de votação concentrada, nas Eleições 2006. Tanto na análise da média de votação no município com maior eleitorado de cada candidato (42,3%) quanto nas 10 cidades em que foram mais votados (76,5%) o referido padrão pode ser claramente verificado.

Corroborando a análise geral da sigla, a análise por candidato também aponta para um padrão relacionado à concentração de votos. Dentre os políticos pesquisados, 02 (Sérgio Moraes e Luis Carlos Busato) podem ser classificados como de votação altamente concentrada, sendo o primeiro pelo número de votos nos 10 municípios com maior número de sufrágios na ordem de 80%, e o segundo pela votação expressiva na primeira cidade com maior número de eleitores (66%). Já o candidato Paulo Roberto, pelos mesmos índices (22% e 66%) pode ser enquadrado no padrão de concentração média dos votos.

Cabe ainda a destacar que são do PTB os dois únicos deputados federais efetivamente eleitos que não nasceram no Rio Grande do Sul. Nesse aspecto, podemos verificar ainda uma correlação entre a atividade exercida pelo candidato Paulo Roberto (pastor) e a sua eleição, já que no processo eleitoral seguinte, o mesmo não concorreu à reeleição, transferindo seu domicílio eleitoral para Goiás, o que demonstra um baixo vínculo político com o eleitorado gaúcho.²⁴

²⁴ A eleição de deputados naturais de Estados diversos aos quais representam não é incomum, embora o sucesso eleitoral dos mesmos esteja atrelado à construção de uma carreira política sólida na Unidade Federativa de seu domicílio eleitoral ou à atividade profissional exercida pelo político.

3.2.1.7 Partido Socialista Brasileiro (PSB)

Na tabela 17, encontramos a votação do candidato do PSB superior a 44 mil votos, nas Eleições de 2006. A votação do candidato Beto Albuquerque, sozinha, representa quase 62% do total de votos recebidos pelo Partido, sem considerar os votos de legenda.²⁵

Tabela 17 - Votação dos candidato do PSB - qualificado

Candidato	Total de Votos	% votos 1º município	% votos 10 primeiros municípios	1ª município Mais votado	Município De Nascimento	Domicílio Eleitoral	Ocupação
Beto Albuquerque	174.774	19	53	Porto Alegre	Passo Fundo	Porto Alegre	Advogado
<i>Média do Partido</i>		19,0	53,0				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos no site do TRE-RS.

Total de votos do Partido, incluindo votos na legenda: 285.355;
Quociente partidário: 1,485 (1 candidato eleito pelo quociente).

Pelos índices do candidato (19% - em Porto Alegre e 53% nos dez municípios mais votados) podemos verificar que o PSB deveria ser enquadrado pelo padrão de Dispersão Média.

Como apenas um de seus candidatos apresentou votação significativa para análise, não é possível afirmar que esse padrão é característico do Partido em qualquer eleição para deputado federal. É mais provável que o índice que possibilita essa classificação esteja muito mais vinculado ao desempenho do candidato do que do Partido de uma forma em geral.

Pela análise do quadro eleitoral no pleito de 2010, com o estudo relativo ao outro candidato da sigla eleito para o cargo de deputado federal poderemos fazer um enquadramento mais preciso para o PSB.

3.2.1.8 Frente de Esquerda Rio Grande (PSOL – PCB)

Na tabela 18, encontramos a votação da candidata do PSOL superior a 44 mil votos, nas Eleições de 2006. A votação da candidata Luciana Genro, sozinha, representa 88,4% do total de votos recebidos pela Coligação, sem considerar os votos de legenda.

²⁵ O segundo candidato mais votado do PSB obteve menos de 10% do total de votos recebidos por Beto Albuquerque.

Tabela 18 - Votação da candidata do PSOL - qualificado

Candidato	Total de Votos	% votos 1º município	% votos 10 primeiros municípios	1ª município Mais votado	Município De Nascimento	Domicílio Eleitoral	Ocupação
Luciana Genro	185.071	37	66	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Professora
<i>Média da Coligação</i>		37,0	66,0				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos no site do TRE-RS.

Total de votos da Coligação, incluindo votos na legenda: 228.134;

Total de votos do PSOL, incluindo votos na legenda: 226.155

Total de votos do PCB, incluindo votos na legenda: 1.979;

Quociente da coligação: 1,187 (1 candidata eleita pelo quociente)

Pelos índices da candidata (37% - em Porto Alegre²⁶ e 66% nos dez municípios mais votados) podemos verificar que o PSOL deveria ser enquadrado no padrão de Concentração Média.

Como apenas um de seus candidatos apresentou votação significativa para análise, da mesma forma como o Partido Socialista Brasileiro, não é possível afirmar que esse padrão é característico do Partido em qualquer eleição para deputado federal. É mais provável que o índice que possibilita essa classificação esteja muito mais vinculado ao desempenho do candidato do que do Partido de uma forma em geral.

O que pode ser afirmado, contudo, é que pela votação dos candidatos da Coligação Frente de Esquerda e o cálculo do quociente partidário, a eleição de um parlamentar dessa aliança partidária deveu-se quase que exclusivamente pelos votos da candidata Luciana Genro, que sozinha, obteve quase o valor do quociente eleitoral necessário para a obtenção de uma vaga na Câmara, em 2006.

3.2.1.9 Considerações gerais sobre o Rio Grande do Sul

Fazendo uma compilação geral dos dados obtidos a partir da pesquisa entre os candidatos a deputado federal no Rio Grande do Sul em 2006, podemos perceber que há um equilíbrio representativo tanto na perspectiva dos padrões de votação dos candidatos eleitos quanto das regiões do Estado em que os deputados obtiveram suas maiores votações.

²⁶ A candidata Luciana Genro foi a postulante que recebeu o maior número de votos para o cargo de deputado federal na cidade de Porto Alegre, em 2006.

No quadro abaixo, resumimos os principais elementos característicos referentes ao pleito proporcional de 2006 no Estado gaúcho, na eleição à Câmara Baixa Federal.

Tabela 19 - Quadro Resumo – Rio Grande do Sul

Padrão	Candidatos			Base Eleitoral ²⁷	
	Eleitos	Não-Eleitos	Capital	Região Metropolitana	Interior
Concentração Alta	03	02	00	01	04
Concentração Média	12	02	06	04	04
Dispersão Média	04	02	04	00	02
Dispersão Alta	12	04	07	01	08
TOTAL	31	10	17	06	18

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos no site do TRE-RS.

Tomando-se como referência apenas os candidatos efetivamente eleitos, o equilíbrio entre os que obtiveram votações dispersas e concentradas fica claro (16 dispersos e 15 concentrados). Nesse sentido, ainda, não é possível relacionar um determinado padrão a uma maior facilidade em obtenção de cadeiras nas eleições proporcionais.

Em outra perspectiva, podemos verificar, ainda, um novo equilíbrio representativo entre os candidatos com bases eleitorais localizadas na capital e no interior do Estado. Das 41 votações analisadas, 17 tiveram como reduto principal os eleitores porto-alegrenses e 18 tiveram como base eleitoral cidades do interior gaúcho.

De uma forma mais específica, fazendo um cruzamento entre os padrões de votação e a localização das bases eleitorais, podemos perceber uma leve tendência que aponta para votações dispersas relacionadas aos redutos localizados na Capital e no Interior, ao passo que as bases localizadas na Região Metropolitana estão mais vinculadas à concentração dos votos.

²⁷ Localização do Município(s) com maior número de votos

3.2.2 Pernambuco

Em 2006, a Eleição majoritária para Governador em Pernambuco teve características um pouco diferentes das vistas na eleição gaúcha.

Dentre os principais candidatos, o governador Mendonça Filho (PFL) concorreu à reeleição, seis meses após ter assumido o governo do Estado, com a renúncia do governador eleito em 2002, Jarbas Vasconcelos, que postulava uma vaga no Senado Federal. Assim, a união dos partidos da base governista permaneceu inalterada durante o processo eleitoral, com a formação da Coligação entre PMDB-PFL-PSDB-PPS, todos apoiando a candidatura presidencial de Geraldo Alckmin (PSDB).

Por outro lado, dentre os partidos defensores da candidatura à reeleição de Lula (PT), uma divisão acarretou em duas candidaturas diversas ao Governo pernambucano. A Coligação formada por PSB-PDT-PP-PL-PSC lançou o nome de Eduardo Campos (PSB), que viria a ser eleito em segundo turno posteriormente. Já pela Coligação PT-PTB-PCdoB-PRB, o então deputado e ministro Humberto Costa concorria ao mesmo cargo, ficando em terceiro lugar e fora do segundo turno.

Essa divisão da base oposicionista em Pernambuco acarretou numa mudança significativa no quadro de eleitos para a eleição proporcional no mesmo ano, já que, diferentemente do caso gaúcho, as três principais coligações proporcionais repetiram exatamente as composições partidárias existentes para a eleição para o Governo do Estado.

Numa análise quantitativa, um total de 231 (duzentos e trinta e um) candidatos disputaram as 25 (vinte e cinco) vagas abertas no Estado. Esses candidatos estavam distribuídos em 07 (sete) coligações e 05 (cinco) Partidos Políticos, que concorreram isoladamente no referido pleito. No final, 12 (doze) partidos conseguiram eleger representantes na Câmara Baixa.

Tabela 20 - Quadro Geral da Eleição para deputado federal em Pernambuco– partidos - 2006

Partido/Coligação	Nº de candidatos	Total de Votos	Deputados Eleitos
Pernambuco Melhor (PT – PTB- PRB – PCdoB – PMN)	27	1.383.138	9 (PT – 05; PTB – 03 PcdoB - 01)
Frente Popular (PSB-PDT-PP-PL-PSC)	32	1.141.527	7 (PSB – 03; PDT – 01; PL – 01; PP – 01; PSC 01)
União pelo avanço de Pernambuco (PSDB-PMDB-PFL-PPS)	31	1.496.884	9 (PMDB – 03; DEM – 03; PSDB – 02; PPS - 01)
PSL – PTC – PRP - PTdoB	18	34.559	0
PSOL/PCB	8	9.049	0
PTN/PHS	35	39.768	0
PRTB/PV	12	17.276	0
PAN	16	12.427	0
PRONA	4	34.453	0
PSTU	1	3.595	0
PCO	1	713	0
PSDC	7	7.412	0
12	192	4189273	25

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-PE e do TSE.

Tabela 21 - Quadro Geral Eleição para Deputado Federal – PE – 2006

Eleitorado apto	5.834.512	100%
Comparecimento	4.769.970	81,75%
Abstenção	1.064.542	18,25%
Votos válidos	4.189.273	87,82%
Votos Brancos	427.430	8,96%
Votos Nulos	153.267	3,22%
Quociente Eleitoral	167.571	
Eleitos por quociente partidário	22	
Eleitos por média	03	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-PE e do TSE.

De uma forma geral, oito partidos obtiveram votos suficientes para garantirem vagas à Câmara dos Deputados, pelo Estado de Pernambuco. Ocorre que a formação de alianças partidárias nas eleições proporcionais serve como mecanismo de negociação política na formação de coligações mais amplas nas eleições majoritárias ao governo estadual. O caso pernambucano é exemplo claro desse mecanismo.

Caso os partidos que lançaram candidatos a governador (PFL, PSB e PT) tivessem concorrido isoladamente nas eleições proporcionais (deputado federal), os mesmos conseguiriam um número de cadeiras superior ao efetivamente alcançado no final da eleição. A entrada em suas alianças de partidos como PDT, PPS, PCdoB, que isoladamente não atingiriam o quociente eleitoral, explicam a diminuição do número de vagas obtidas pelos maiores partidos. Esse fenômeno, que se repete em

vários Estados, demonstra uma hierarquização existente entre os cargos majoritários e proporcionais no ideário dos partidos políticos no Brasil.

Voltando à análise quantitativa das Eleições proporcionais pernambucanas em 2006, podemos perceber também que as três principais coligações possuíram um equilíbrio nítido no total de votos para o cargo de deputado federal.

Diferentemente do caso gaúcho, mais uma vez, a competição intrapartidária é menos relevante do que a competição interpartidária, no Estado nordestino, já que, por se tratarem de coligações amplas, muitos partidos lançam poucos candidatos para não extrapolar o número permitido pela legislação eleitoral e assim possibilitarem uma composição com nomes de diferentes siglas.

Outro aspecto a ser destacado é uma mudança gradual do número de deputados eleitos por determinados partidos nos últimos processos eleitorais em Pernambuco. O crescimento da participação de Partidos Políticos como PSB, PT em detrimento de outros como PP, PFL é visível se compararmos o número de cadeiras obtidas pelos partidos em diferentes eleições nas últimas décadas. A eleição de candidatos de partidos mais à esquerda nos Executivos federal e estadual foi determinante para essa mudança política. Nesse sentido, o processo eleitoral de 2010, objeto do próximo capítulo, corrobora ainda mais para essa percepção do que o pleito de 2006.

Assim, após essa breve contextualização referente aos aspectos políticos mais gerais do cenário pernambucano, passaremos a verificar dentro das coligações que efetivamente elegeram deputados federais em 2006, as principais características envolvendo a distribuição geográfica dos votos dos candidatos.

3.2.2.1 Coligação Pernambuco Melhor (PT – PTB – PRB – PCdoB)

Na tabela 22 encontramos a relação dos candidatos da Coligação PT-PTB-PRB-PCdoB eleitos e não-eleitos (3 suplentes diplomados), nas Eleições de 2006. Foram analisados 12 (doze) candidatos que representam 94,5% do total de votos recebidos por todos os candidatos da coligação, sem considerar os votos de legenda.²⁸

²⁸ O candidato que ocupa a 13ª posição na Coligação fez apenas 13.895 votos.

Tabela 22 - Votação dos candidatos da Coligação Pernambuco Melhor

Candidato	Total de Votos	% votos 1º município	% votos 10 primeiros municípios	1ª município Mais votado	Município Natal	Domicílio Eleitoral	Ocupação
Armando Monteiro (PTB)	205.212	12	53	Recife	Recife	Recife	Industrial
Maurício Rands (PT)	149.206	31	62	Recife	Recife	Recife	Advogado
Carlos Wilson (PT)	141.203	28	67	Recife	Recife	Recife	Servidor Público
José Múcio Monteiro (PTB)	120.398	13	51	Cabo de Santo Agostinho	Recife	Recife	Engenheiro
Renildo Calheiros (PCdoB)	103.364	23	70	Olinda	Murici/AL	Olinda	Geólogo
Pedro Eugênio (PT)	85.140	25	60	Recife	Recife	Ipojuca	Professor
José Chaves (PTB)	84.143	24	91	Camaçari	Recife	Recife	Engenheiro
Fernando Ferro (PT)	73.009	31	64	Jaboatão dos Guararapes	Bom Conselho	Cabo Sto Agostinho	Engenheiro
Paulo Rubem (PT)	56.247	37	88	Jaboatão dos Guararapes	Rio de Janeiro	Recife	Professor
<i>Silvio Costa (PMN)</i>	<i>47.707</i>	<i>50</i>	<i>90</i>	<i>Recife</i>	<i>Recife</i>	<i>Recife</i>	
<i>Fernando Nascimento (PT)</i>	<i>46.117</i>	<i>59</i>	<i>83</i>	<i>Recife</i>	<i>Glória do Goitá</i>	<i>Recife</i>	<i>Técnico Eletrônica</i>
<i>Charles Lucena (PTB)</i>	<i>21.917</i>	<i>38</i>	<i>81</i>	<i>Recife</i>	<i>Recife</i>	<i>Recife</i>	<i>Médico</i>
Média		31	71,5				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-PE e do TSE.

Total de votos da coligação: 1.383.138;

Total de votos dos candidatos do PT, incluindo votos na legenda:676.507;

Total de votos dos candidatos do PTB, incluindo votos na legenda:511.870;

Total de votos dos candidatos do PCdoB, incluindo votos na legenda: 115.852;

Total de votos dos candidatos do PRB, incluindo votos na legenda:8.296

Quociente da coligação: 8,254 (8 candidatos eleitos pelo quociente e 1 candidato eleito por média).

Foi necessária a análise dos dois parâmetros principais (porcentagem de votação no primeiro município e porcentagem de votação nas 10 primeiras cidades com maior número de votos) para conseguir definir um padrão para esta Coligação. Analisando os dados da tabela 22, podemos verificar uma tendência que leva a classificação da Coligação como de levemente concentrada, já que o índice médio dos candidatos nos 10 primeiros municípios com maior número de votos foi de 70%, mesmo que o índice médio no município mais votado dos candidatos tenha ficado na casa dos 30%. É justamente a análise a partir dos dados de cada candidato que ratifica essa tendência pela concentração mediana dos votos.

Nesse sentido, dos 12 políticos pesquisados, 09 obtiveram índices que representam o padrão concentrado, sendo 04 (José Chaves, Paulo Rubem, Fernando Nascimento e Charles Lucena) como de concentração alta e 05 (Maurício Rands, Fernando Ferro, Carlos Wilson, Renildo Calheiros e Gilvan Costa) como de concentração média. Apenas um dos candidatos (Pedro Eugênio) pode ser classificado como de Dispersão Média, enquanto que 02 (Armando Monteiro e José Múcio Monteiro) tiveram índices que apontam para uma dispersão alta dos votos.

Diferentemente do caso gaúcho, esta Coligação apresentou uma grande representação da capital Recife dentre a relação de candidatos eleitos, município com maior votação e domicílio eleitoral dos candidatos. Dos 12 nomes pesquisados, 06 obtiveram maior votação na referida cidade, todos com o domicílio eleitoral no mesmo município.

Outro aspecto que chama atenção é a não correlação existente entre domicílio eleitoral e o município com maior número de votos para 04 candidatos, fato quase unânime entre os candidatos analisados no outro Estado pesquisado. Uma análise maior da variável dominância, no próximo capítulo, pode contribuir para o entendimento desse aspecto.

3.2.2.2 Coligação União pelo avanço de Pernambuco (PMDB – PSDB – PFL – PPS)

Na tabela 23 encontramos a relação dos candidatos da Coligação PMDB-PSDB-PFL-PPS eleitos e não-eleitos (3 suplentes diplomados), nas Eleições de 2006. Foram analisados 12 (doze) candidatos que representam 87,3% do total de votos recebidos por todos os candidatos da coligação, sem considerar os votos de legenda.²⁹

²⁹ O candidato que ocupa a 13ª posição na Coligação fez apenas 13.895 votos.

Tabela 23 - Votação dos candidatos da Coligação União pelo avanço de Pernambuco

Candidato	Total de Votos	% votos 1º município	% votos 10 primeiros municípios	1ª município Mais votado	Município Natal	Domicílio Eleitoral	Ocupação
Carlos Eduardo Cadoca (PMDB)	157.909	40	82	Recife	Recife	Recife	Advogado
Raul Henry (PMDB)	138.841	26	74	Recife	Recife	Recife	Servidor Público
Bruno Araújo (PSDB)	138.498	9	45	Araripina	Recife	Recife	Advogado
Roberto Magalhães (PFL)	106.150	49	85	Recife	Cangaretama RN	Recife	Advogado
Zé Mendonça (PFL)	96.561	16	57	Belo Jardim	Belo Jardim	Belo Jardim	Servidor Público
André de Paula (PFL)	88.854	22	64	Recife	Recife	Recife	Servidor Público
Raul Jungmann (PPS)	88.757	52	87	Recife	Recife	Recife	Produtor de Espetáculos
Edgar Moury (PMDB)	87.499	10	43	Recife	Recife	Recife	Advogado
Bruno Rodrigues (PSDB)	80.065	17	62	Custódia	Recife	Recife	Empresário
<i>Roberto Liberato (PFL)</i>	<i>76.840</i>	<i>56</i>	<i>84</i>	<i>Caruaru</i>	<i>Caruaru</i>	<i>Caruaru</i>	<i>Empresário</i>
<i>Joaquim Francisco (PFL)</i>	<i>74.799</i>	<i>30</i>	<i>80</i>	<i>Recife</i>	<i>Recife</i>	<i>Recife</i>	<i>Advogado</i>
<i>Oswaldo Coelho (PFL)</i>	<i>72.109</i>	<i>46</i>	<i>88</i>	<i>Petrolina</i>	<i>Juazeiro/BA</i>	<i>Petrolina</i>	<i>Agrônomo</i>
Média		31	71				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-PE e do TSE.

Total de votos da coligação: 1.496.884;

Total de votos dos candidatos do PMDB, incluindo votos na legenda: 419.288;

Total de votos dos candidatos do PSDB, incluindo votos na legenda: 255.416;

Total de votos dos candidatos do PFL, incluindo votos na legenda: 663.806

Total de votos dos candidatos do PPS, incluindo votos na legenda: 158.374;

Quociente da coligação: 8,932 (8 candidatos eleitos pelo quociente e 1 candidato eleito por média).

Com a análise dos dois parâmetros principais (porcentagem de votação no primeiro município e porcentagem de votação nas 10 primeiras cidades com maior número de votos) foi possível definir claramente a Coligação como de votação medianamente concentrada, já que o índice médio dos candidatos nos 10 primeiros municípios com maior número de votos foi de 71%, e o percentual médio no município mais votado ficou na casa dos 31%.

Numa análise detalhada pelos candidatos, a tendência pela concentração dos votos também pode ser verificada. Nesse sentido, dos 12 políticos pesquisados, 08 obtiveram índices que representam o padrão concentrado, sendo 05 (Carlos

Cadoça, Roberto Magalhães, Raul Jungmann, Roberto Liberato e Osvaldo Coelho) como de concentração alta e 03 (Raul Henry, André de Paula e Joaquim Francisco) como de concentração média.

A caracterização por votação dispersa ficou restrita aos outros 04 candidatos pesquisados, sendo 02 (Zé Mendonça e Bruno Rodrigues) como Dispersão Média e 02 (Bruno Araújo e Edgar Moury) como de alta dispersão dos votos.

Da mesma forma como na Coligação anterior, um grande número de candidatos obteve votação concentrada na capital pernambucana. Dos doze políticos analisados, 07 apresentaram essa característica, o que pode ser caracterizado como uma sobrerepresentação da capital, visto que o percentual de eleitores em Recife representava, em 2006, menos de 20% do total do eleitorado pernambucano. Esse fenômeno deve ser investigado em pesquisas futuras.

3.2.2.3 Coligação Frente Popular por Pernambuco (PSB- PL – PP – PDT - PSC)

Na tabela 24 encontramos a relação dos candidatos eleitos e não-eleitos (3 suplentes diplomados) da Coligação PSB- PL- PP – PDT – PSC, nas Eleições de 2006. Foram analisados 10 (dez) candidatos que representam 88,9% do total de votos recebidos por todos os candidatos da coligação, sem considerar os votos de legenda.

Tabela 24 - Votação dos candidatos da Coligação Frente Popular por Pernambuco

Candidato	Total de Votos	% votos 1º município	% votos 10 primeiros municípios	1ª município Mais votado	Município Natal	Domicílio Eleitoral	Ocupação
Inocêncio Oliveira (PL)	181.126	9	36	Serra Talhada	Serra Talhada	Serra Talhada	Médico
Ana Arraes (PSB)	178.467	14	45	Recife	Recife	Recife	Servidora Pública
Fernando Bezerra (PSB)	117.720	26	56	Petrolina	Recife	Petrolina	Estudante
Eduardo da Fonte (PP)	110.061	11	55	Jaboatão	Recife	Recife	Empresário
Gonzaga Patriota (PSB)	92.652	22	72	Petrolina	Sertânia	Petrolina	Advogado
Marcos Antônio (PSC)	62.019	26	68	Recife	São Lourenço	São Lourenço	Cantor
Wolney Queiroz (PDT)	56.645	56	76	Caruaru	Caruaru	Caruaru	Empresário
<i>Severino Cavalcanti (PP)</i>	53.715	13	72	<i>João Alfredo</i>	<i>João Alfredo</i>	<i>João Alfredo</i>	<i>Aposentado</i>
<i>Pastor Francisco Olimpo (PSB)</i>	33.483	13	53	<i>Recife</i>	<i>São Bento do Norte</i>	<i>Recife</i>	<i>Pastor</i>
<i>Aristóteles Silva (PSB)</i>	28.595	50	86	<i>Igarassu</i>	<i>Paulista</i>	<i>Igarassú</i>	<i>Comerciante</i>
Média		24	65,5				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-PE e do TSE.

Total de votos da coligação: 1.141.527

Total de votos dos candidatos do PSB, incluindo votos na legenda: 521.886;

Total de votos dos candidatos do PR, incluindo votos na legenda: 215.316;

Total de votos dos candidatos do PP, incluindo votos na legenda: 198.699;

Total de votos dos candidatos do PDT, incluindo votos na legenda: 130.178;

Total de votos dos candidatos do PSC, incluindo votos na legenda: 75.448;

Quociente da coligação: 6,812 (6 candidatos eleitos pelo quociente e 1 candidato eleito por média).

Diferentemente das outras coligações analisadas, mesmo com a verificação das duas perspectivas (primeiro município e dez cidades mais votadas) não foi possível atribuir um padrão característico para esta Coligação, já que os índices apresentados ora apontam para uma leve concentração, ora para uma leve dispersão dos votos.

A análise por candidato também corrobora esse equilíbrio entre os padrões. Dos 10 políticos analisados, 05 obtiveram índices que caracterizam votação concentrada (Aristóteles Silva, Gonzaga Patriota, Marcos Antônio, Wolney Queiroz e Severino Cavalcanti), onde apenas o primeiro como de votação altamente concentrada. Os outros cinco candidatos apresentaram percentuais característicos de dispersão dos votos, sendo 02 (Fernando Bezerra e Eduardo da Fonte) como de

levemente dispersa e 03 (Inocência Oliveira, Ana Arraes e Pastor Francisco) como de Dispersão Alta.

Outro aspecto importante a ser destacado é que diferentemente das outras coligações, os candidatos desta obtiveram votações importantes em diferentes regiões do Estado pernambucano, configurando um equilíbrio representativo maior do que o visto anteriormente. Uma verificação deste mesmo elemento nas Eleições de 2010 pode ratificar ou não a percepção que os partidos desta Coligação tendem a obter votações em diferentes regiões do Estado.

3.2.2.4 Considerações gerais sobre Pernambuco

Fazendo uma compilação geral dos dados obtidos a partir da pesquisa entre os candidatos a deputado federal em Pernambuco em 2006, podemos perceber que há uma tendência que aponta para um predomínio de padrões de votação mais concentrados. Existe, ainda, um número grande de eleitos com base eleitoral concentrada em Recife, capital do Estado. Esse fenômeno pode ser verificado em todas as coligações, em diferentes escalas.

No quadro abaixo, resumimos os principais elementos característicos referentes ao pleito proporcional de 2006 no Estado pernambucano, na eleição à Câmara Baixa Federal.

Tabela 25 - Quadro Resumo – Pernambuco

Padrão	Candidatos		Base Eleitoral ³⁰		
	Eleitos	Não-Eleitos	Capital	Região Metropolitana	Interior
Concentração Alta	05	05	05	02	03
Concentração Média	10	03	06	03	04
Dispersão Média	04	00	01	01	02
Dispersão Alta	06	01	04	01	02
TOTAL	25	09	16	07	11

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-PE e do TSE.

³⁰ Localização do Município(s) com maior número de votos

Tomando-se como referência apenas os candidatos efetivamente eleitos, 15 obtiveram votação concentrada, seja em grau alto ou médio e aos outros dez pode ser atribuído o padrão disperso. Mesmo que possamos identificar essa tendência, já mencionada por outras pesquisas, em que os candidatos nordestinos estariam mais relacionados à concentração dos votos em redutos específicos, o número de deputados pernambucanos eleitos com votação dispersa não pode ser considerado baixo, o que leva a uma percepção de coexistência entre os dois tipos no cenário político do Estado.

Em outra perspectiva, podemos verificar, ainda, que a predominância de candidatos com votação concentrada na capital leva a um desequilíbrio representativo, já que se somarmos o número de eleitores da Região Metropolitana de Recife aos eleitores do Interior do Estado, o resultado equivaleria a cerca de 75% do eleitorado total e a soma dos deputados analisados com base nessas regiões equivale a 53% do total.

De uma forma mais específica, fazendo um cruzamento entre os padrões de votação e a localização das bases eleitorais, verificamos que todas as regiões possuem um predomínio de candidatos com votação mais concentrada do que dispersa.

Encerrada a análise da dimensão horizontal de influência política (concentração e dispersão) referente ao pleito de 2006, nos dois Estados pesquisados, torna-se necessária a investigação do mesmo elemento, tomando como base o processo eleitoral seguinte em 2010, tanto para fins comparativos quanto para observações acerca das tendências atuais sobre a Geografia do Voto nessas unidades federativas.

Além disso, a partir da comparação entre os pleitos, será possível introduzir a abordagem da variável dominância sobre as votações municipais dos deputados federais que concorreram à reeleição, completando, assim, a verificação dos padrões característicos de votos dos parlamentares gaúchos e pernambucanos nos últimas eleições para a Câmara dos Deputados.

4 GEOGRAFIA DO VOTO PARA DEPUTADO FEDERAL EM 2010 E O PROCESSO REELEITORAL

Na terceira parte desta pesquisa, abordaremos o processo eleitoral de 2010, mais especificamente, a eleição para deputado federal no Rio Grande do Sul e em Pernambuco.

A referida abordagem terá dois momentos principais.

O primeiro, da mesma forma como foi explicitado no capítulo anterior, aplicará a metodologia existente na Ciência Política ou na denominada Geografia Política para traçar as características relativas à distribuição dos votos dos candidatos à Câmara Baixa Federal nos dois Estados, no tocante à dimensão concentração e dispersão dos sufrágios. Dessa maneira, possibilitaremos a construção de uma comparação direta entre os dois pleitos consecutivos para demonstrar a existência ou não de tendências políticas em relação ao tema.

Assim, com esse primeiro momento do segundo capítulo, cumprimos um dos objetivos do trabalho, qual seja, uma atualização referente ao objeto trabalhado dentro da Geografia Política na literatura brasileira, já que as principais pesquisas da área tomam como base processos eleitorais das décadas de 80 e 90.³¹

Serão analisadas, aqui, as votações de todos os candidatos eleitos em 2010 para o cargo de deputado federal, nas duas unidades federativas, bem como os candidatos à reeleição, mesmo que não tenham obtido sucesso em suas candidaturas.

Na segunda parte desse capítulo abordaremos a segunda dimensão aplicada pelos cientistas da área na análise dos padrões de distribuição dos votos, introduzida na literatura a partir do trabalho de Ames (2001): a dominância ou não dos votos dos candidatos em relação aos eleitores de determinados municípios.

Para esta verificação utilizaremos os conceitos principais de Ames, mas invertendo a ótica de análise, já que tanto o autor quanto as principais obras sobre o tema traçam os cálculos de dominância tomando como referência os municípios e não os candidatos. Nesse critério, o foco dos mesmos é justamente classificar as

³¹ Embora as principais obras da chamada Geografia Política tenham sido publicadas na década de 2000, as bases empíricas das mesmas, em cenário federal, foram processos eleitorais das décadas de 1980 e 1990.

idades dentro da referida dimensão, independentemente do político que eventualmente as dominariam ou não.³²

Dessa forma, a partir dessa verificação da dimensão da dominância, com a classificação dos candidatos que buscaram a reeleição ao cargo em 2010 será possível completar o enquadramento proposto, traçando um perfil dos deputados de ambos os Estados.

Ainda, poderão ser trabalhadas derivações advindas dessa classificação para relacionar ou não a existência de facilidade maior ou menor da obtenção da reeleição de candidatos que possuem determinados padrões de votação.

Estima-se que ao final deste capítulo poderemos ter um panorama geral da eleição para deputado federal no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, nos processos eleitorais mais recentes.

4.1 ELEIÇÃO PARA DEPUTADO FEDERAL EM 2010 NO RIO GRANDE DO SUL

Nesse segmento, da mesma forma, do capítulo anterior, serão trazidos os dados referentes às eleições para a Câmara Baixa Federal, nos Estados do Rio Grande do Sul, evidenciando as diferenças existentes entre ambos os processos eleitorais e suas implicações na relação final dos deputados eleitos, principalmente, na configuração das coligações e das mudanças políticas locais e nacionais.

De uma maneira geral, em 2010, as eleições brasileiras foram marcadas por uma dicotomia política entre a candidatura presidencial da aliança governista, representada pela ex-ministra do governo Lula, Dilma Rousseff (PT), formando uma ampla coligação com PMDB, PDT, PSB, PCdoB, PR, PRB, PSC, PTN, PTC e a frente de oposição liderada pelo ex-governador paulista José Serra (PSDB), aliado aos partidos DEM, PPS, PTB, PMN e PTdoB. Paralelamente, a candidatura isolada de Marina Silva (PV) que inicialmente não representava grande ameaça à referida polarização, ao final acabou surpreendendo, alcançando quase 20% dos votos válidos nacionais e forçando a realização de um segundo turno.

A formatação política nacional certamente acabou por influenciar a dinâmica eleitoral nos Estados, principalmente, os Estados onde as coligações para os cargos

³² Nesse mesmo sentido, o trabalho de Saugo (2007) utiliza o mesmo enfoque desta pesquisa para classificar os deputados estaduais gaúchos dentro da dimensão da dominância sobre os municípios, visando a correlação entre a distribuição de emendas ao orçamento do Rio Grande do Sul e a dominação de redutos eleitorais, nas legislaturas entre 1994 e 2006.

majoritários e proporcionais seguiram quase rigorosamente o quadro nacional. Dentre as circunscrições analisadas nesta pesquisa, Pernambuco foi exemplo claro desse alinhamento estadual e federal. A eleição gaúcha, por sua vez, embora tenha refletido a tendência política nacional, não teve uma formatação idêntica à eleição presidencial.

A eleição majoritária para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul teve como candidaturas principais a do ex-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro (PT), aliado às siglas PSB, PCdoB e PR, todos em defesa da candidatura presidencial petista; a candidatura à reeleição da governadora Yeda Crusius (PSDB), coligada ao PP, PSC, PRB PHS e PPS, defendendo a candidatura de José Serra; e a candidatura do ex-prefeito José Fogaça (PMDB), em coligação com PDT e PTN, sem ligação direta com os candidatos presidenciais.³³

As coligações proporcionais para deputado federal tiveram formatações, que embora respeitassem a legislação eleitoral, por não contradizerem formalmente as coligações majoritárias, ganharam contornos próprios, alterando a configuração final dos eleitos no Estado.

No total, 272 (duzentos e setenta e dois) candidatos concorreram as 31 vagas em disputa, através de 05 coligações e 08 partidos isolados. Desse total, 25 deputados empossados³⁴ concorreram à reeleição.

Nas tabelas abaixo, os números detalhados referentes à eleição gaúcha para deputado federal.

³³ Também concorreram ao cargo de governador, os candidatos: Carlos Schneider (PMN), Humberto Carvalho (PCB), Júlio Flores (PSTU), Montserrat Martins (PV) e Pedro Ruas (PSOL).

³⁴ Considerados os suplentes da eleição de 2006 que foram empossados pela Câmara dos Deputados, pela vacância do cargo ou desistência dos titulares.

Tabela 26 - Quadro Geral da Eleição para deputado federal no Rio Grande do Sul – 2010

Partido/Coligação	Total de candidatos	Total de Votos	Deputados Eleitos
PT	20	1.533.623	08
PP/PSDB/PPS/PH S/ PSC/PTdoB	50	1.317.848	07 (PP - 06 / PSDB - 01)
PCdoB/PSB/PR	38	925.554	05 (PCdoB - 02/ PSB - 03)
PTB/DEM	33	807.042	04 (PTB - 03 / DEM - 01)
PMDB/PSDC	27	778.330	04 (PMDB)
PDT/PTN	27	519.667	03 (PDT)
PSOL	30	179.578	00
PV	25	76.732	00
PRP	01	9.812	00
PSTU	03	8.579	00
PMN	12	4.007	00
PTC	05	2.606	00
PCB	01	1.957	00
13	272	6.165.335	31

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-RS e do TSE.

Tabela 27 - Votação para Deputado Federal – RS – 2010

Eleitorado apto	8.107.550	100%
Comparecimento	6.902.902	85,14%
Abstenção	1.204.648	14,86%
Votos válidos	6.165.335	89,32%
Votos brancos	524.822	7,60%
Votos nulos	212.745	3,08%
Quociente Eleitoral	198.882	
Eleitos por quociente partidário	26	
Eleitos por média	05	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-RS e do TSE.

Fazendo-se uma comparação entre os pleitos de 2006 e 2010, verificamos poucas mudanças quantitativas. Houve uma diminuição no número de candidatos (17), mas com um aumento no número de votos válidos já esperando pelo crescimento do eleitorado gaúcho. O aumento da votação fez o quociente eleitoral aumentar em torno de 6 mil votos, mas sem alterar o número de eleitos por quociente partidário e por média, o que pode representar uma tendência para a eleição proporcional para deputado federal no Estado.

Ainda nessa perspectiva comparativa, podemos perceber que determinados partidos como PSB e PCdoB aumentaram consideravelmente suas bancadas, com elevação de 200% e 100%, respectivamente. Esse fato deve-se, principalmente, pela grande votação de dois de seus candidatos (Manuela D'Ávila e Beto Albuquerque), os mais votados do Rio Grande do Sul, cujas votações representam quase 75% de todos os votos da coligação.

O PT, mesmo concorrendo isoladamente, aumentou sua bancada em 1 deputado frente a 2006, fato que deve ser explicado em parte pelo sucesso da candidatura de Tarso Genro ao Governo do Estado, já no primeiro turno. A partir desse fator, podemos deduzir que candidaturas fortes aos cargos majoritários têm grande importância para as eleições proporcionais, o que revela um atrelamento indiscutível entre ambas as eleições, como grande parte da literatura aponta.

O Partido Progressista (PP) também elegeu um deputado a mais, comparativamente a 2006, mas com motivo diverso. A formação de coligação na eleição para deputado federal com outros partidos favoreceu o partido, já que seus candidatos, por possuírem votações mais expressivas, acabaram mais bem colocados na lista da aliança.

Partidos de tamanho médio, como PDT e PTB, mantiveram o mesmo número de eleitos.

Já siglas importantes como PSDB, DEM e PMDB tiveram suas bancadas diminuídas. As causas dessas quedas podem ser encontradas em diferentes motivos. O PSDB acabou sendo levado a formar uma coligação desvantajosa para a eleição proporcional, para ver ampliada sua aliança na eleição ao Executivo estadual. O DEM, antigo PFL, teve uma diminuição significativa de deputados eleitos em todos os Estados, o que pode significar uma motivação atrelada ao cenário político nacional. Para o PMDB, fica difícil encontrar explicações para sua queda no número de eleitos, mas talvez essa explicação esteja relacionada a uma diminuição da candidatura de José Fogaça nas últimas semanas anteriores ao pleito, o que pode ter influenciado as votações dos candidatos a deputado federal do partido.

Cabe, ainda, destacar a não eleição da então deputada Luciana Genro, mesmo obtendo a nona maior votação do Estado. Como o sistema proporcional impõe a necessidade do partido/coligação obterem, no mínimo, número de votos igual ao quociente eleitoral para a eleição de um candidato, mesmo que pelo cálculo

das maiores médias, o PSOL, por não ter obtido esse número mínimo, acabou por não conseguir eleger sua representante mais votada.

Partiremos agora para a análise das votações de todos os candidatos eleitos para o cargo de Deputado Federal no Rio Grande do Sul em 2010, incluindo aqueles que mesmo não-eleitos disputaram a reeleição. Utilizaremos a mesma divisão do capítulo 3, ou seja, pelas coligações formadas em 2010.

Como fora mencionado no início deste capítulo, essa análise será dividida em dois momentos distintos. Na primeira serão verificadas as características da distribuição dos votos dos candidatos quanto à variável concentração/dispersão, com os mesmos critérios³⁵ realizados no capítulo anterior. Após, na segunda parte, realizaremos uma verificação acerca das características relacionadas à variável dominância dos candidatos a reeleição, a fim de elaborar uma comparação entre as votações em ambos os processos eleitorais, poderemos enfatizar a repetição ou não dos municípios com maior número de votos para cada um dos candidatos e a correspondente dominação eleitoral deles sobre essas cidades.

4.1.1 A variável concentração/dispersão

4.1.1.1 Partido dos Trabalhadores

Na tabela 28 encontramos a relação dos candidatos do Partido dos Trabalhadores que foram eleitos no pleito de 2010, bem como os candidatos a reeleição que ficaram na suplência da sigla. Foram analisados 10 (dez) candidatos que representam 80,3% do total de votos recebidos por todos os candidatos pelo partido, sem considerar os votos de legenda.

³⁵ Os municípios de nascimento e domicílio eleitoral não foram mencionados aqui, devido à formatação das tabelas. Assim, optou-se por relacionar comparativamente os padrões de votação nos dois pleitos, já que com o pleito de 2006 foi possível verificar uma grande correspondência entre municípios mais votados e o domicílio eleitoral/cidade natal.

Tabela 28 - Votação dos candidatos do PT - qualificado

Candidato ³⁶	Total de Votos	% votos 1º município	% votos 10 primeiros municípios	1ª município Mais votado	Padrão em 2006	Padrão em 2010	Profissão
Paulo Pimenta	153.052	29	53	Santa Maria	Dispersão Alta	Dispersão Média	Jornalista
Maria do Rosário	143.128	41	65	Porto Alegre	Concentração Média	Concentração Média	Professora
Henrique Fontana	131.510	20	58	Porto Alegre	Concentração Média	Dispersão Média	Médico
Marco Maia	122.134	30	54	Canoas	Concentração Média	Dispersão Média	Metalúrgico
Pepe Vargas	120.707	64	84	Caxias do Sul	Concentração Alta	Concentração Alta	Médico
Dionísio Marcon	100.553	06	29	Porto Alegre	Não concorreu	Dispersão Alta	Agricultor
Ronaldo Zulke	100.082	19	74	São Leopoldo	Não concorreu	Concentração Média	Professor
Elvino Bohn Gass	90.096	07	37	Porto Alegre	Não concorreu	Dispersão Alta	Agricultor
Fernando Marroni	87.103	66	84	Pelotas	Concentração Alta	Concentração Alta	Servidor Público
Emília Fernandes	49.413	17	55	Santana do Livramento	Dispersão Média	Dispersão Média	Professora
Média		30	59,5				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-RS e do TSE.

Total de votos do Partido: 1.533.623;

Quociente da coligação: 7,71 (7 candidatos eleitos pelo quociente e 1 candidato eleito por média).

Comparativamente às eleições de 2006, o PT manteve uma tendência que aponta para um padrão levemente disperso nas votações de seus candidatos, embora os índices estejam próximos ao limite que separa a dispersão da concentração média dos votos.

Fazendo uma análise pelos percentuais de cada candidato, verificamos um pequeno predomínio de petistas com padrão de dispersão dos votos (6) ante os partidários com concentração (4).

Dentre os sete candidatos do Partido que concorreram à reeleição, três tiveram modificação do padrão de suas votações (Paulo Pimenta, Marco Maia e Henrique Fontana). Os demais permaneceram com os mesmos padrões característicos encontrados em 2006 quanto à variável concentração/dispersão.

Quanto à votação nominal dos candidatos petistas à reeleição, apenas dois apresentaram queda no número de votos (Pepe Vargas e Emília Fernandes).

Por fim, de uma maneira geral, podemos afirmar que as principais votações dos candidatos a deputado federal pelo PT encontram-se, principalmente, localizados na capital e na Região Metropolitana, já que dos dez políticos

³⁶ Em negrito são apresentados os candidatos à reeleição.

analisados, 06 tiveram como principal origem, os votos dos eleitores dessas regiões. Os outros 04, sendo que, dois não-eleitos, possuem seus principais municípios no Interior do Estado.

4.1.1.2 Coligação Rio Grande Afirmativo (PP-PSDB-PPS-PSC-PHS-PTdoB-PSL)

Na tabela 29 encontramos a relação dos candidatos da Coligação Rio Grande Afirmativo eleitos no pleito de 2010, bem com os candidatos suplentes da aliança que concorreram à reeleição. considerar os votos de legenda. Foram analisados 09 (nove) candidatos que representam 80,1% dos votos obtidos pela coligação, sem considerar os votos nas legendas.

Tabela 29 - Votação dos candidatos da Coligação União Rio Grande Afirmativo - qualificado

Candidato ³⁷	Total de Votos	% votos 1º município	% votos 10 primeiros municípios	1º município Mais votado	Padrão em 2006	Padrão em 2010	Profissão
Luis Carlos Heinze (PP)	180.403	10	39	Santiago	Dispersão Alta	Dispersão Alta	Engenheiro
Vilson Covatti (PP)	125.051	4	20	Frederico Westphalen	Dispersão Alta	Dispersão Alta	Advogado
José Otávio Germano (PP)	110.788	27	44	Cachoeira do Sul	Dispersão Alta	Dispersão Alta	Advogado
Renato Molling (PP)	104.175	21	54	Sapiranga	Concentração Média	Dispersão Média	Empresário
Alfonso Hamm	98.419	26	52	Bagé	Concentração Média	Dispersão Média	Engenheiro
Marchezan Júnior (PSDB)	92.394	24	54	Porto Alegre	Não concorreu	Dispersão Média	Advogado
Jerônimo Goergen (PP)	85.094	6	26	Santo Augusto	Não concorreu	Dispersão Alta	Advogado
Cláudio Diaz (PSDB)	77.561	37	73	Rio Grande	Concentração Alta	Concentração Média	Veterinário
Ruy Pauletti (PSDB)	33.634	27	57	Caxias do Sul	Concentração Média	Dispersão Média	Professor
Média		21,5	46,5				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-RS e do TSE.

Total de votos da coligação: 1.317.848;

Total de votos dos candidatos do PSDB, incluindo votos na legenda: 318.018;

Total de votos dos candidatos do PP, incluindo votos na legenda: 819.352;

Quociente da coligação³⁸: 4,763 (4 candidatos eleitos pelo quociente e 1 candidato eleito por média).

Como os dois partidos que elegeram deputados, em 2010, pela Coligação Rio Grande Afirmativo (PP e PSDB), não estivessem coligados na eleição proporcional

³⁷ Em negrito são apresentados os candidatos à reeleição.

³⁸ Quantidade total de votos dos partidos da coligação, que não elegeram deputados: PPS (39.009), PSC (67.495), PTdoB (1.182), PHS(2.024), PSL (1.559).

de 2006, torna-se necessária uma análise separada das comparações relativas aos índices dos dois pleitos para essas siglas.

Os candidatos PP, assim como nas eleições anteriores, permaneceram com a votação dispersa. Dos seis pepistas analisados, 04 obtiveram padrão altamente disperso e 02 foram classificados como padrão de Dispersão Média.

Outra característica evidente e que se repetiu no pleito de 2010 foi a origem dos votos dos candidatos do Partido localizada quase totalmente no interior do Estado. Apenas um candidato (Renato Molling) teve como principal base eleitoral, um município da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Ainda em relação ao PP, podemos verificar que 02 dos 05 candidatos que concorreram à reeleição sofreram modificação no padrão característico de seus votos. Renato Molling e Alfonso Hamm passaram de votações medianamente concentradas para de levemente dispersas.

Quanto ao PSDB, os dados de 2010 apontam que os dois candidatos do Partido que concorreram à reeleição, não obtiveram êxito na campanha. Ambos apresentaram modificação no seu padrão de votação, conforme a tabela 29. Apenas um candidato da sigla logrou êxito na candidatura à Câmara Baixa. Nélon Marchezan Júnior, com base principal em Porto Alegre, foi eleito com votação levemente dispersa pelo Estado.

De uma forma geral, as votações dos candidatos desta coligação sofreram quedas em relação ao pleito anterior. É possível deduzir que esse fato pode estar atrelado ao fracasso na tentativa de reeleição da governadora Yeda Crusius, representante desta aliança na eleição majoritária no Rio Grande do Sul em 2010.

4.1.1.3 Coligação Unidade pelo Rio Grande (PSB – PCdoB – PR)

Na tabela 30 encontramos a relação dos candidatos da Coligação Unidade pelo Rio Grande eleitos para o cargo de deputado federal no pleito de 2010. Foram analisados 05 (cinco) candidatos que representam 88,0% dos votos obtidos pela coligação, sem considerar os votos nas legendas.

Tabela 30 - Votação dos candidatos da Coligação Unidade pelo Rio Grande - qualificado

Candidato ³⁹	Total de Votos	% votos 1º município	% votos 10 primeiros municípios	1ª município Mais votado	Padrão em 2006	Padrão em 2010	Profissão
Manuela D'Ávila (PCdoB)	482.590	21	54	Porto Alegre	Dispersão Média	Dispersão Média	Jornalista
Beto Albuquerque (PSB)	200.476	23	57	Passo Fundo	Dispersão Média	Dispersão Média	Advogado
Assis Melo (PCdoB)	47.141	75	92	Caxias do Sul	Não concorreu	Concentração Alta	Metalúrgico
José Luiz Stédile (PSB)	41.401	50	83	Cachoeirinha	Não concorreu	Concentração Alta	Metalúrgico
Alexandre Roso (PSB)	28.236	64	89	São Leopoldo	Não concorreu	Concentração Alta	Médico
Média		46,6	75				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-RS e do TSE.

Total de votos da coligação: 925.554;

Total de votos dos candidatos do PSB, incluindo votos na legenda: 344.335;

Total de votos dos candidatos do PCdoB, incluindo votos na legenda: 561.644;

Quociente da coligação⁴⁰: 4,65 (4 candidatos eleitos pelo quociente e 1 candidato eleito por média).

Numa análise mais profunda referente a esta Coligação, podemos perceber uma grande diferença entre as votações de dois candidatos frente aos demais. É possível afirmar que os três candidatos com menor votação da lista da Tabela 30 foram eleitos, com base nas regras do sistema proporcional, a partir do grande número de votos de Manuela D'Ávila e Beto Albuquerque.

Ressalvando-se esse fato, verificamos que os dois candidatos que concorreram à reeleição não apresentaram modificações quanto aos padrões de suas votações. Ambas permaneceram medianamente dispersas, como era de se esperar para candidatos com grande número de votos. Os demais deputados eleitos pela Coligação podem ser classificados como de votações altamente concentradas.

Ainda em relação a esta aliança, podemos notar um predomínio de bases localizadas no Interior e na Região Metropolitana. Apenas Manuela D'Ávila registrou como município principal a cidade de Porto Alegre.

4.1.1.4 Coligação Aliança Trabalhista Democrática

Na tabela 31 encontramos a relação dos candidatos da Coligação Unidade Aliança Trabalhista Democrática eleitos para o cargo de deputado federal no pleito

³⁹ Em negrito são apresentados os candidatos à reeleição.

⁴⁰ Quantidade total de votos do partido da coligação, que não elegeu deputados: PR (19.575)

de 2010. Foram analisados 04 (quatro) candidatos que representam 88,0% dos votos obtidos pela coligação, sem considerar os votos nas legendas.

Tabela 31 - Votação dos candidatos da Coligação Aliança Trabalhista Democrática - qualificado

Candidato ⁴¹	Total de Votos	% votos 1º município	% votos 10 primeiros municípios	1ª município Mais votado	Padrão em 2006	Padrão em 2010	Profissão
Danrlei de Deus (PTB)	173.787	21	47	Porto Alegre	Não concorreu	Dispersão Alta	Atleta
Sérgio Moraes (PTB)	97.752	33	70	Santa Cruz do Sul	Concentração Alta	Concentração Média	Comerciante
Luis Carlos Busatto (PTB)	85.832	17	45	Canoas	Concentração Alta	Dispersão Alta	Arquiteto
Onyx Lorenzoni (DEM)	84.696	33	62	Porto Alegre	Concentração Média	Concentração Média	Veterinário
Média		26	56				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-RS e do TSE.

Total de votos da coligação: 807.042;

Total de votos dos candidatos do PTB, incluindo votos na legenda: 588.215;

Total de votos dos candidatos do DEM, incluindo votos na legenda: 218.827;

Quociente da coligação: 4,05 (4 candidatos eleitos pelo quociente).

Não foi possível, pelos dados retirados da Eleição de 2010 traçar um perfil único para caracterizar as votações desta Coligação. Metade dos candidatos analisados apresentou votações medianamente concentradas e a outra metade altamente dispersa.

Dos três candidatos à reeleição pela aliança, dois apresentaram modificação no padrão característico dos seus votos. Sérgio Moraes, classificado dentro do padrão altamente concentrado em 2006, passou para o padrão medianamente concentrado. Já Luis Carlos Busatto, mesmo mantendo sua base principal, foi o candidato com maior modificação em todo o Estado. De uma votação altamente concentrada em 2006, foi para o padrão de Dispersão Alta em 2010.

De uma maneira geral, a origem dos votos dos políticos dessa coligação não possui uma uniformidade clara. Dois dos quatro candidatos apresentaram como base eleitoral principal a capital gaúcha, enquanto Sérgio Moraes uma cidade do Interior e Luis Carlos Busatto, um município da Região Metropolitana.

⁴¹ Em negrito são apresentados os candidatos à reeleição.

4.1.1.5 Coligação Juntos pelo Rio Grande (PMDB – PSDC)

Na tabela 32 encontramos a relação dos candidatos da Coligação Juntos pelo Rio Grande (PMDB) eleitos para o cargo de deputado federal no pleito de 2010, bem como os deputados que concorreram à reeleição, mas que figuraram como suplentes. Foram analisados 05 (cinco) candidatos que representaram 66% dos votos obtidos pela coligação, sem considerar os votos nas legendas.

Tabela 32 - Votação dos candidatos do PMDB - qualificado

Candidato ⁴²	Total de Votos	% votos 1º município	% votos 10 primeiros municípios	1ª município Mais votado	Padrão em 2006	Padrão em 2010	Profissão
Osmar Terra	130.669	18	45	Santa Rosa	Dispersão Alta	Dispersão Alta	Médico
Darcísio Perondi	112.214	24	54	Ijuí	Dispersão Média	Dispersão Média	Médico
Mendes Ribeiro Filho	109.775	15	44	Porto Alegre	Dispersão Alta	Dispersão Alta	Advogado
Alceu Moreira	81.071	12	33	Osório	Não concorreu	Dispersão Alta	Comerciante
Eliseu Padilha	80.185	10	46	Porto Alegre	Dispersão Alta	Dispersão Alta	Advogado
Média		16	44,5				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-RS e do TSE.

Total de votos da coligação: 778.330;

Total de votos dos candidatos do PMDB, incluindo votos na legenda: 777.321;

Quociente da coligação⁴³: 3,90 (3 candidatos eleitos pelo quociente e 1 eleito por média).

Comparativamente aos dados apresentados nas Eleições de 2006, dos quatro candidatos que concorreram à reeleição, três obtiveram êxito e um ficou na primeira suplência da Coligação.

Numa análise referente à variável concentração/dispersão dos votos, todos os peemedebistas analisados repetiram o mesmo padrão da eleição anterior, novamente caracterizando o partido como de votação altamente dispersa pelo Estado. Dos cinco candidatos pesquisados, quatro apresentaram esse tipo de votação, enquanto um foi classificado como medianamente disperso.

Embora o Partido tenha diminuído o número de deputados em sua bancada, apenas um dos candidatos (Eliseu Padilha) obteve uma diminuição considerável no

⁴² Em negrito são apresentados os candidatos à reeleição.

⁴³ Total de votos obtidos pela outra sigla integrante da coligação, mas que não elegeu deputados: PSDC (1.009)

número de votos, o que nos leva a conclusão de que a referida redução esteja relacionada a não candidatura de alguns peemedebistas com votações expressivas.⁴⁴

De uma maneira geral, podemos verificar também que as bases eleitorais do PMDB gaúcho estão divididas entre a capital e o interior do Estado. Dos cinco candidatos analisados, três tiveram origem de seus votos principalmente em cidades interioranas e dois em Porto Alegre.

4.1.1.6 Coligação PDT- PTN

Na tabela 33 encontramos a relação dos candidatos da Coligação PDT-PTN eleitos para o cargo de deputado federal no pleito de 2010. Foram analisados 03 (três) candidatos que representaram 57% dos votos obtidos pela coligação, sem considerar os votos nas legendas.

Tabela 33 - Votação dos candidatos do PDT - qualificado

Candidato ⁴⁵	Total de Votos	% votos 1º município	% votos 10 primeiros municípios	1ª município Mais votado	Padrão em 2006	Padrão em 2010	Profissão
Giovani Cherini	111.373	05	31	Soledade	Não concorreu	Dispersão Alta	Tecnólogo
Enio Bacci	92.116	16	55	Lajeado	Dispersão Alta	Dispersão Média	Advogado
Vieira da Cunha	76.818	48	71	Porto Alegre	Concentração Média	Concentração Média	Procurador Justiça
Média		23	52,5				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-RS e do TSE.

Total de votos da coligação: 519.667;

Total de votos dos candidatos do PDT, incluindo votos na legenda: 518.921;

Quociente da coligação⁴⁶: 2,61 (2 candidatos eleitos pelo quociente e 1 eleito por média).

Os dois pedetistas que concorreram à reeleição lograram êxito nessa tentativa. A bancada gaúcha do Partido permaneceu com o mesmo número de deputados com a eleição de Giovani Cherini em substituição a Pompeu de Mattos.

⁴⁴ Alguns analistas políticos apontam que Eliseu Padilha teve que compartilhar base eleitoral no litoral com o candidato Alceu Moreira, e este fato tenha contribuído para diminuição dos seus votos. Essa análise, embora possa ser um elemento a ser considerado, contradiz o padrão de votação de Padilha em 2006 (dispersão alta). A observação aqui levantada, em relação à redução do número de candidatos do PMDB com votações expressivas também pode ser considerada válida, já que candidatos como César Schirmer, Odacir Klein, Osvaldo Biolchi, Adroaldo Conzatti e Wilson Cignachi contribuíram em grande medida para elevar o quociente partidário da sigla em 2006.

⁴⁵ Em negrito são apresentados os candidatos à reeleição.

⁴⁶ Total de votos obtidos pela outra sigla integrante da coligação, mas que não elegeu deputados: PTN (746)

Cada um dos três candidatos analisados apresentou padrão específico na análise de seus votos. Dois deles apontam para votação dispersa, e um para concentração mediana. Nesse sentido, apenas Enio Bacci alterou seu padrão de votos de altamente para medianamente disperso.

Numa análise geográfica, dois candidatos do PDT apresentaram como base principal cidades do interior do Estado, e um deles (Vieira da Cunha) obteve quase metade dos seus votos na cidade de Porto Alegre.

4.1.1.7 Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)

Na tabela 34, encontramos a votação da então deputada Luciana Genro, candidata do PSOL, que concorreu à reeleição, mas sem sucesso. Sua votação, como já mencionado, foi a nona maior na relação entre todos os candidatos ao cargo, mas como o Partido não conseguiu atingir o valor do quociente eleitoral, a candidata acabou não se elegendo.

Tabela 34 - Votação da candidata do PSOL - qualificado

Candidato	Total de Votos	% votos 1º município	% votos 10 primeiros municípios	1ª município Mais votado	Padrão em 2006	Padrão em 2010	Ocupação
Luciana Genro	129.501	47	72	Porto Alegre	Concentração Média	Concentração Média	Professora
<i>Média da Coligação</i>		47	72				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-RS e do TSE.

Total de votos do PSOL, incluindo votos na legenda: 179.578;
Quociente do partido: 0,90 (nenhum candidato eleito pelo quociente)

Fazendo uma breve análise da votação da candidata, percebemos que uma diminuição considerável do total de votos obtidos pela mesma (mais de 50 mil) foi determinante para a sua não reeleição em 2010.

Todas as características relativas à votação de Luciana Genro permaneceram as mesmas em ambos os processos eleitorais. Quase metade de sua votação teve origem na capital gaúcha e o padrão dos seus votos (concentração média) repetiu-se em 2010.

É oportuno destacar que apenas a votação pessoal de Luciana teve redução considerável, já que os votos de legenda do PSOL permaneceram, proporcionalmente, os mesmos nos dois pleitos.

4.1.2 A variável dominância/não-dominância dos votos

Nesse segmento, iremos analisar a segunda dimensão proposta por Barry Ames em sua tipologia de investigação dos padrões de votação dos candidatos a deputados, a variável dominância sobre os votos de determinados municípios por esses políticos.

Como esse estudo não pode ser tratado no capítulo anterior, pela necessidade da verificação dos votos em dois processos eleitorais consecutivos para a sua aplicabilidade, torna-se necessária uma breve explicação sobre a metodologia de análise dessa dimensão.

Conforme referência anterior, tanto a pesquisa de Ames (2001) quanto a de Carvalho (2003) abordam a perspectiva da dominação com a ótica de cada município. Ou seja, mais do que classificação dos candidatos, o objetivo principal dos autores é classificar as cidades ou determinadas regiões brasileiras como dominadas ou não dominadas por determinado político, independente de quem seja e a qual partido pertença.

Mesmo que na obra de Carvalho possamos identificar alguns apontamentos para indicar o quantitativo de deputados que poderiam ser classificados como dominantes de determinadas cidades ou regiões, não existe em seu principal trabalho correlação entre nomes e cidades, o que sugere um objetivo centrado no mapeamento do número de cidades e no número de deputados vinculados aos padrões de distribuição dos votos.

Outro aspecto a ser destacado refere-se à relação entre as escalas de dominação criadas pelos autores essa priorização do enfoque municipal em detrimento do enfoque sobre os candidatos.

Torna-se oportuna, novamente, apontar o a técnica utilizada por Carvalho e que será o subsídio principal para calcular os índices de dominância dos candidatos. Nas palavras do autor (2003, p.100):

[...] operacionalizamos o conceito de dominância por meio do índice que segue a seguinte fórmula: $\sum_{i=1}^{n=15} (v_i/p_i) \times (v_i/V)$, onde $i= 1,2,3,4...15$; v_i =número de votos recebidos pelo deputado na cidade i ; p_i =número de votos válidos para deputado federal na cidade i e V = total de votos recebidos pelo deputado em todo o Estado. Duas observações sobre o índice de dominância parecem aqui necessárias. Por um lado, vale assinalar que construímos o índice de dominância com base nas 15 primeiras cidades que destinaram aos deputados a maior número de votos;

ora, se nas duas legislaturas analisadas, nossos representantes tiveram em média 85% de seus votos oriundos dessas 15 primeiras cidades, esse parece ser um ponto de corte suficiente para se captar a variação no grau de dominância da votação dos deputados investigados. Por outro lado, embora o índice de dominância seja variável contínua, classificamos inicialmente os deputados eleitos em 1994 e 1998 de acordo com quatro faixas de penetração vertical: votações com alta, média, baixa e sem dominância.[...]

Analisando a fórmula criada pelo autor, a partir das idéias de Ames, verificamos que embora haja um viés técnico importante a ser destacado, a operacionalização utilizada pelo autor reduz a pesquisa apenas a um elemento matemático, sem mencionar, por exemplo, quais municípios foram repetidos no ranking das 15 primeiras cidades com maior número de votos para o candidato, nos dois processos eleitorais.

Por entender que os modelos praticados, até então, ainda podem sofrer certas complementações, utilizaremos aqui uma metodologia própria, evidenciando alguns elementos importantes e de maior clareza para uma classificação dos candidatos sob a perspectiva da dominação ou não dos votos sobre determinados municípios.

Primeiramente, será priorizada uma análise de quais cidades ocuparam o denominado ranking de municípios com maior número de votos de cada candidato nos dois processos eleitorais. A partir disso, podemos verificar a existência de uma repetição ou não dessas principais cidades para um determinado político e, assim, significar uma maior influência do mesmo sobre determinada região dos Estados pesquisados.⁴⁷ Aqui serão pesquisadas os 10 principais municípios em número de votos para cada parlamentar, em tentativa de reeleição.⁴⁸

Outro elemento a ser destacado é a dominância sobre a votação das principais cidades desse candidato. Nesse quesito, torna-se necessária uma diferenciação entre candidatos com votação concentrada ou dispersa. Políticos enquadrados na primeira classificação geralmente possuem votação relevante em poucos municípios, o que reduz a necessidade de análise sobre a dominância do

⁴⁷ Grande debate na literatura política refere-se à percepção do deputado sobre a origem dos seus votos. Muitos autores sustentam que num sistema proporcional de lista aberta dificulta essa noção por parte do parlamentar. A repetição das principais cidades em processos eleitorais distintos pode contribuir para refutar esse posicionamento.

⁴⁸ A redução de 15 para 10 cidades nesta análise, diferentemente do conceito de Carvalho, busca uma similitude com o número de municípios pesquisados para o cálculo do índice de concentração e dispersão. Só para efeitos de comparação, foram realizadas algumas medições com o número de 15 cidades, mas sem alterar o coeficiente encontrado no primeiro cálculo.

mesmo sobre cidades que tiveram pouca participação em seu quantitativo total de votos, já que para essas localidades seria clara uma classificação como não-dominante ou de baixa dominação. Nessa linha, foram analisados e evidenciados os índices de dominação de todos os candidatos sobre as três cidades em que os candidatos mais receberam votos no processo eleitoral de 2010. Após, com o cálculo do coeficiente de dominação média nas 10 primeiras cidades com maior número de votos dos deputados, apontaremos o grau médio de dominação dos mesmos sobre suas principais bases eleitorais.

Metodologicamente, para um melhor entendimento, os candidatos à reeleição diferentemente da dimensão concentração/dispersão, serão divididos por partido político.

4.1.2.1 Partido dos Trabalhadores (PT)

Na tabela 35, encontramos os dados relativos à repetição das dez principais cidades em que os candidatos à reeleição do PT receberam seus votos, nos processos eleitorais de 2006 e 2010. Além disso, são apontados os índices de dominação sobre os três municípios em que os deputados mais obtiveram votos em sua tentativa reeleitoral e o grau de dominação dos mesmos sobre suas principais cidades.

Tabela 35 - Padrões de dominância dos candidatos do PT – 2010

	Repetição 2006- 2010	1ª cidade % votos⁴⁹	2ª cidade % votos	3ª cidade % votos	Grau de dominância⁵⁰	Padrão1
Paulo Pimenta	6/10 – 60%	Santa Maria** 30%	Bagé* 17%	Porto Alegre* 1%	baixo	Dispersão Média
Maria do Rosário	8/10 – 80%	Porto Alegre** 7,5%	Viamão** 6%	Canoas** 2,5%	sem	Concentração Média
Henrique Fontana	7/10 – 70%	Porto Alegre** 3,5%	Alvorada** 2,5%	São Lourenço** 41,5%	baixo	Dispersão Média
Marco Maia	6/10 – 60%	Canoas** 21%	Porto Alegre* 1%	Erechim* 12,5%	sem	Dispersão Média
Pepe Vargas	9/10 – 90%	Caxias do Sul** 33%	Bento Gonçalves 9%	Farroupilha** 11%	médio	Concentração Alta
Fernando Marroni	7/10 – 70%	Pelotas** 33%	Canguçu** 12%	Capão do Leão** 18%	baixo	Concentração Alta
Emília Fernandes	08/10 – 80%	S.Livramento** 17%	Porto Alegre* 1%	Gravataí* 1,5%	sem	Dispersão Média

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-RS e do TSE.

Legenda: *cidade entre as três principais do candidato em 2006 e 2010, mas em posição diferente no ranking.
** cidade entre as três principais em 2006 e 2010 e na mesma posição.

Pelos dados da tabela 35, verificamos que a média de repetição das 10 principais cidades para candidatos do PT ficou em 70%.

Outra característica para os candidatos da sigla refere-se ao baixo grau de dominância sobre esses municípios, o que releva um compartilhamento deles com políticos de outros partidos.

A exceção foi a votação do deputado Pepe Vargas, onde foi encontrado um índice médio de dominância sobre seus principais municípios, caracterizando um padrão final altamente concentrado e medianamente dominante.

Em relação às cidades com maiores votações dos candidatos do PT, podemos destacar que embora a grande maioria dos petistas não possua grau médio significativo de dominância sobre suas principais bases, alguns municípios de grande importância eleitoral como Caxias do Sul, Pelotas e Santa Maria atribuem votações expressivas a alguns candidatos (quase um terço dos votos municipais

⁴⁹ Considerando o percentual do candidato dentre os votos para o cargo de deputado federal no município. Em negrito, as cidades com algum tipo de dominação (baixa, média, alta).

⁵⁰ Para o Rio Grande do Sul, a média aritmética dos índices de dominância dos candidatos ficou em 0,1365 e o desvio padrão encontrado foi de 0,069. A partir desses números, os candidatos com índice de concentração abaixo de 0,0675 foram classificados com sem dominância; de 0,0675 à 0,1365 como baixa dominância; 0,1365 à 0,2055 como médio grau e acima de 0,2055 como de alto grau de dominância.

para apenas um candidato), podendo ser consideradas, assim, medianamente dominadas pelos mesmos.

4.1.2.2 Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Na tabela 36, encontramos os dados relativos à variável dominância e da repetição das dez principais cidades em que os candidatos à reeleição do PMDB receberam seus votos, nos processos eleitorais de 2006 e 2010.

Tabela 36 - Padrões de dominância dos candidatos do PMDB – 2010

Candidatos	Repetição 2006- 2010	1ª cidade % votos ⁵¹	2ª cidade % votos	3ª cidade % votos	Grau de dominância	Padrão1
Osmar Terra	08/10 – 80%	Santa Rosa** 56%	Porto Alegre 1,5%*	Santo Ângelo 11%	alto	Dispersão Alta
Darcísio Perondi	09/10 – 90%	Ijuí** 56%	Santo Ângelo 16%	Panambi** 30%	alto	Dispersão Média
Mendes Ribeiro	07/10 – 70%	Porto Alegre 2%	Camaquã 30%	Frederico Westphalen 18%	baixo	Dispersão Alta
Eliseu Padilha	08/10 – 80%	Porto Alegre 1%	Gravataí 3%	Canela 20%	sem	Dispersão Alta

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-RS e do TSE.

Legenda: *cidade entre as três principais do candidato em 2006 e 2010, mas em posição diferente no ranking.

** cidade entre as três principais em 2006 e 2010 e na mesma posição.

A partir dos dados da tabela 36, verificamos que os candidatos do PMDB obtiveram um índice médio de repetição na ordem de 80%.

Quanto ao grau de dominância, não foi possível verificar um padrão uniforme entre os deputados pesquisados. Enquanto dois apresentaram alto grau de dominância (Osmar Terra e Darcísio Perondi), os outros dois foram caracterizados por compartilhamento dos principais municípios com candidatos de outras siglas.

Outro ponto a ser destacado aqui se refere à relação direta entre o alto grau de dominância dos dois candidatos e o fato dos mesmos serem os únicos deputados do partido com aumento no número de votos na comparação entre os dois pleitos.

Em relação às principais bases eleitorais dos candidatos do PMDB, podemos verificar que, diferentemente do caso petista, aqui as cidades com algum índice relevante de dominância são de tamanho médio. (Ijuí, Santa Rosa, Camaquã) Esse elemento é mais comum se levarmos em consideração que quanto maior o

⁵¹ Considerando o percentual do candidato dentre os votos para o cargo de deputado federal no município. Em negrito, as cidades com algum tipo de dominação (baixa, média, alta).

eleitorado de um município, mais difícil é a probabilidade de dominar o mesmo, embora existam exceções claras.

4.1.2.3 Partido Progressista

Na tabela 37, encontramos os dados relativos à variável dominância e à repetição das dez principais cidades em que os candidatos à reeleição do PP receberam seus votos, nos processos eleitorais de 2006 e 2010.

Tabela 37 - Padrões de dominância dos candidatos do PP– 2010

Candidatos	Repetição 2006- 2010	1ª cidade % votos ⁵²	2ª cidade % votos	3ª cidade % votos	Grau de dominância	Padrão1
Luis Carlos Heinze	08/10 – 80%	Santiago* 60%	São Borja 38%*	Itaqui 37%	alta	Dispersão Alta
Vilson Covatti	08/10 – 80%	Frederico Westphalen** 56%	Guaporé** 29%	Sarandi** 22%	alta	Dispersão Alta
José Otávio Germano	05/10 – 50%	Cachoeira do Sul** 58%	Porto Alegre** 0,5%	Marau 11%	média	Dispersão Alta
Renato Molling	08/10 – 80%	Sapiranga** 47%	Novo Hamburgo 8%	Campo Bom* 11%	média	Dispersão Média
Alfonso Hamm	07/10 – 70%	Bagé** 38%	Canguçu** 16%	Pelotas 3%	média	Dispersão Média

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-RS e do TSE.

Legenda: *cidade entre as três principais do candidato em 2006 e 2010, mas em posição diferente no ranking.

** cidade entre as três principais em 2006 e 2010 e na mesma posição.

O percentual médio de repetição dos 10 primeiros municípios mais votados dos candidatos do PP referente aos dois pleitos foi de 70%.

Para os candidatos do partido, ainda, foi possível estabelecer um padrão médio quanto ao grau de dominância sobre suas principais bases. Os deputados do PP possuem uma relevante dominação desses municípios, embora três deles tenham apresentado coeficientes médios nesse quesito.

Novamente ficou evidente um predomínio de cidades do interior do Estado como principais bases do Partido. Apenas um dos candidatos possuiu dentre os três municípios mais votados, a capital gaúcha.

⁵² Considerando o percentual do candidato dentre os votos para o cargo de deputado federal no município. Em negrito, as cidades com algum tipo de dominação (baixa, média, alta).

Vale destacar que dois dos cinco deputados do partido possuem dominância sobre os três principais municípios em que receberam votos. Essa característica é rara, se compararmos com os parlamentares de todos os partidos.

Novamente ficou evidente um predomínio de cidades do interior do Estado como principais bases do Partido. Apenas um dos candidatos possuiu dentre os três municípios mais votados, a capital gaúcha.

Todos os municípios com algum grau de dominância pelos progressistas são de pequeno e médio porte, traduzindo uma importância política da sigla para esse tipo de cidade gaúcha.

4.1.2.4 Partido da Social Democracia Brasileira

Na tabela 38, encontramos os dados relativos à variável dominância e à repetição das dez principais cidades em que os candidatos à reeleição do PSDB receberam seus votos, nos processos eleitorais de 2006 e 2010.

Tabela 38 - Padrões de dominância dos candidatos do PSDB– 2010

Candidatos	Repetição 2006- 2010	1ª cidade % votos ⁵³	2ª cidade % votos	3ª cidade % votos	Grau de dominância	Padrão1
Cláudio Diaz	08/10 – 80%	Rio Grande 27%	Canguçu** 24%*	Porto Alegre 0,5%	baixa	Concentração Média
Ruy Pauletti	07/10 – 70%	Caxias do Sul** 4%	Porto Alegre** 0,5%	Viamão** 1%	sem	Dispersão Média

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-RS e do TSE.

Legenda: *cidade entre as três principais do candidato em 2006 e 2010, mas em posição diferente no ranking.
** cidade entre as três principais em 2006 e 2010 e na mesma posição.

Os dois candidatos do PSDB que buscavam a reeleição não tiveram sucesso nessa tentativa, embora grande parte das cidades com maiores votações para ambos terem sido as mesmas.

Mesmo que tenha obtido importantes votações nos seus dois principais municípios, o deputado Cláudio Diaz atingiu um índice baixo de dominância na média das dez primeiras cidades. Quanto ao deputado Ruy Pauletti, a redução considerável no total de sua votação influenciou para constatar uma ausência de

⁵³ Considerando o percentual do candidato dentre os votos para o cargo de deputado federal no município. Em negrito, as cidades com algum tipo de dominação (baixa, média, alta).

dominância sobre suas principais bases eleitorais, embora os três municípios mais importantes do candidato tenham sido os mesmos da eleição anterior.

Para candidatos com baixas votações, torna-se improvável estabelecer algum tipo de dominância sobre algum município de médio porte, ou até, de pequeno número de eleitores. Nesses casos, o compartilhamento das bases é o resultado mais esperado, como no caso dos candidatos do PSDB em 2010.

4.1.2.5 Partido Democrático Trabalhista

Na tabela 39, encontramos os dados relativos à repetição das dez principais cidades em que os candidatos à reeleição do PDT receberam seus votos, nos processos eleitorais de 2006 e 2010. Além disso, são apontados os índices de dominação sobre os três municípios em que os deputados mais obtiveram votos em sua tentativa reeleitoral e o grau médio de dominância sobre as dez cidades principais.

Tabela 39 - Padrões de dominância dos candidatos do PDT– 2010

Candidatos	Repetição 2006- 2010	1ª cidade % votos ⁵⁴	2ª cidade % votos	3ª cidade % votos	Grau de dominância	Padrão1
Enio Bacci	07/10 – 70%	Lajeado** 36%	Porto Alegre** 2%	Venâncio Aires 11%	média	Dispersão Média
Vieira da Cunha	07/10 – 70%	Porto Alegre** 5%	Taquari 30%	Osório* 16%	sem	Concentração Média

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-RS e do TSE.

Legenda: *cidade entre as três principais do candidato em 2006 e 2010, mas em posição diferente no ranking.
** cidade entre as três principais em 2006 e 2010 e na mesma posição.

Os dois candidatos pedetistas apresentaram índice de 70% na repetição de suas dez principais cidades na comparação entre os pleitos.

Novamente, não foi possível estabelecer uma uniformidade para o Partido quanto ao grau de dominância desses municípios. O deputado Enio Bacci, com dispersão média dos votos possui uma dominância mediana sobre suas principais bases. Já o deputado Vieira da Cunha, embora tenha votações relevantes em suas segunda e terceira principais cidades, não apresentou dominância se considerarmos

⁵⁴ Considerando o percentual do candidato dentre os votos para o cargo de deputado federal no município. Em negrito, as cidades com algum tipo de dominação (baixa, média, alta).

o cálculo dos dez principais municípios do candidato, caracterizando, assim, um padrão compartilhado.

Para o candidato Vieira da Cunha, ainda, podemos identificar uma votação importante no município de Taquari, onde é possível estabelecer uma classificação de dominância média para o deputado, embora no cálculo médio, esse resultado não tenha alterado sua classificação final como base eleitoral compartilhada.

4.1.2.6 Partido Trabalhista Brasileiro

Na tabela 40, encontramos os dados relativos à variável dominância e à repetição das dez principais cidades em que os candidatos à reeleição do PTB receberam seus votos, nos processos eleitorais de 2006 e 2010.

Tabela 40 - Padrões de dominância dos candidatos do PTB– 2010

Candidatos	Repetição 2006- 2010	1ª cidade % votos ⁵⁵	2ª cidade % votos	3ª cidade % votos	Grau de dominância	Padrão1
Sérgio Moraes	09/10 – 90%	Santa Cruz do Sul** 41%	Rio Pardo** 36%	Venâncio Aires 17%	alta	Concentração Média
Luis Carlos Busato	05/10 – 50%	Canoas** 8%	Alvorada** 4%	Porto Alegre 0,5%	sem	Dispersão Alta

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-RS e do TSE.

Legenda: *cidade entre as três principais do candidato em 2006 e 2010, mas em posição diferente no ranking.
** cidade entre as três principais em 2006 e 2010 e na mesma posição.

Os dois deputados que concorreram à reeleição pelo PTB em 2010 apresentaram grandes diferenças em todos os aspectos analisados.

Primeiramente, verifica-se que o percentual de repetição do candidato Sérgio Moraes ficou na faixa dos 90%, enquanto o índice do colega Luis Carlos Busato foi de 50%, o menor dentre todos os candidatos à reeleição no Rio Grande do Sul.

Após, numa análise dos padrões de votação de ambos os candidatos, constatou-se que o deputado Moraes apresentou o maior coeficiente de dominância dentre os deputados federais gaúchos, caracterizando um claro padrão concentrado e dominante. Geograficamente, a grande maioria dos seus votos está localizada na Região de Santa Cruz do Sul, possuindo alta dominância sobre vários municípios pequenos da região. Assim como em outros casos, ao dominar um eleitorado em

⁵⁵ Considerando o percentual do candidato dentre os votos para o cargo de deputado federal no município. Em negrito, as cidades com algum tipo de dominação (baixa, média, alta).

cidade de médio porte localizada no interior do Estado, os pequenos municípios vizinhos acabam sofrendo esse mesmo fenômeno político.

Por outro lado, quanto ao deputado Busato, podemos perceber que o mesmo apresentou uma votação altamente dispersa, com compartilhamento dos votos nas principais cidades com candidatos de outras siglas. Como sua base principal encontra-se localizada em municípios da Região Metropolitana, o compartilhamento dos votos dos mesmos é muito mais comum.

4.1.2.7 Outros Partidos

Na tabela 41, encontramos os dados relativos à repetição das dez principais cidades em que os candidatos à reeleição de alguns partidos (PSB, PCdoB, DEM, PSOL), nos processos eleitorais de 2006 e 2010. Além disso, são apontados os índices de dominação sobre os três municípios em que os deputados mais obtiveram votos em sua tentativa reeleitoral, bem como os graus de dominação sobre as dez principais cidades de cada um. Esses candidatos foram analisados em conjunto, pois foram os únicos que concorreram à reeleição por seus respectivos partidos.

Tabela 41 - Padrões de dominância dos candidatos do PSB, PCdoB, DEM e PSOL – 2010

Candidatos	Repetição 2006- 2010	1ª cidade % votos ⁵⁶	2ª cidade % votos	3ª cidade % votos	Grau de dominância	Padrão1
Manuela D'Avila (PCdoB)	09/10 – 90%	Porto Alegre** 12,5%	Novo Hamburgo 20%*	Canoas 13%	médio	Dispersão Média
Beto Albuquerque (PSB)	06/10 – 60%	Passo Fundo* 43%	Porto Alegre* 4%	Soledade* 33%	médio	Dispersão Média
Onyx Lorenzoni (DEM)	07/10 – 70%	Porto Alegre** 3,5%	Guaíba** 14%	Gravataí** 2,5%	sem	Concentração Média
Luciana Genro (PSOL)	09/10 – 90%	Porto Alegre** 8%	Canoas** 4%	Gravataí 4%	sem	Concentração Média

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-RS e do TSE.

Legenda: *cidade entre as três principais do candidato em 2006 e 2010, mas em posição diferente no ranking.
** cidade entre as três principais em 2006 e 2010 e na mesma posição.

A deputada Manuela D'Avila apresentou importante índice de repetição das dez cidades principais na comparação entre os pleitos (90%). Quanto à análise do seu grau

⁵⁶ Considerando o percentual do candidato dentre os votos para o cargo de deputado federal no município. Em negrito, as cidades com algum tipo de dominação (baixa, média, alta).

de dominância sobre esses municípios é necessária a menção de uma ressalva. A grande votação da candidata (quase 500 mil votos) pode ter provocado uma variação do padrão esperado para a mesma. Ocorre que na grande maioria dos municípios, a votação da deputada foi compartilhada com outros candidatos, mas como o cálculo do grau de dominância refere-se apenas aos dez principais, o seu grande número de votos, gerou uma classificação como medianamente dominante sobre eles.

Ainda, em relação à candidata, podemos verificar uma votação expressiva em cidades de grande número de eleitores. Em Porto Alegre, por exemplo, a deputada recebeu quase 100 mil votos. Possuir algum grau de dominância em municípios de grande porte é muito difícil, só sendo possível em casos cujas votações totais sejam muito altas.

Uma interpretação semelhante pode ser estendida ao deputado Beto Albuquerque, embora no seu caso, índices relevantes de dominância sobre o primeiro e o terceiro município com maior votação corroborem para uma classificação como padrão medianamente dominante.

Os outros dois candidatos, Onyx Lorenzoni e Luciana Genro, apresentaram votações concentradas na Região Metropolitana de Porto Alegre, com compartilhamento dos votos dos municípios da região, como era de se esperar. Para esses deputados, no entanto, podemos identificar uma repetição quase exata dos três principais redutos em ambos os processos eleitorais.

4.1.3 Considerações gerais - Rio Grande do Sul (2010)

Para um entendimento mais claro sobre os padrões de votação dos candidatos a deputado federal pelo Rio Grande do Sul em 2010, na tabela 42, elaboramos um resumo acerca desses aspectos.

Tabela 42 - Quadro Resumo – Rio Grande Do Sul

PARTIDOS			Concentração Alta			Concentração Média			Dispersão Média			Dispersão Alta			REP %
			DA	DM	C	DA	DM	C	DA	DM	C	DA	DM	C	
PT	R	5	-	1	-	-	-	1	-	-	3	-	-	-	72
	NR	2	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	75
PP	R	5	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	1	-	72
	NR	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PMDB	R	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	80
	NR	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	80
PSDB	R	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	NR	2	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	75
PDT	R	2	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	70
	NR	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PTB	R	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	70
	NR	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Partidos	R	3	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	73
	NR	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	90
Total	R	20	00	01	00	01	00	03	00	05	03	03	02	02	73
	NR	06	00	00	01	00	00	02	00	00	02	00	00	01	80

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-RS e do TSE.

Legendas: R = reeleitos;
 NR: não-reeleitos;
 DA = dominância alta;
 DM = dominância média;
 C = compartilhada;
 REP = repetição cidades 2006-2010

Dos 26 deputados analisados em relação à variável de influência vertical sobre os votos municipais, 12 (46%) obtiveram algum grau de dominância sobre os mesmos e 14 (54%) apresentaram bases eleitorais compartilhadas.

Dentre os 20 candidatos reeleitos no pleito de 2010, 12 apresentaram algum grau de dominância sobre seus principais redutos, e 08 compartilharam as bases com outros candidatos. Nessa linha, foi possível verificar que todos os candidatos não reeleitos apresentaram bases compartilhadas como classificação final.

É possível afirmar, assim, para os deputados que possuam algum grau de dominância sobre os seus principais municípios, o sucesso na campanha reeleitoral torna-se mais provável.

Por fim, observamos que para o índice de repetição dos municípios com maiores votações dos candidatos analisados foi superior a 70%. Essa estabilidade das bases eleitorais comparando os dois pleitos indica que para os deputados gaúchos, independentemente do sucesso reeleitoral, é possível identificar claramente a origem geográfica de seus votos

4.2 ELEIÇÃO PARA DEPUTADO FEDERAL EM 2010 EM PERNAMBUCO

Nessa parte serão trazidos os dados referentes às eleições à Câmara Baixa Federal, no Estado de Pernambuco, evidenciando as diferenças existentes entre ambos os processos eleitorais e suas implicações na relação final dos deputados eleitos, principalmente, na configuração das coligações e das mudanças políticas locais e nacionais.

Conforme referência anterior, a eleição pernambucana tanto para os cargos majoritários quanto para os cargos proporcionais repetiu claramente a divisão que marcou a eleição para Presidência da República. Diferentemente do caso gaúcho, no estado nordestino, duas grandes coligações⁵⁷ foram constituídas para dar sustentação aos blocos partidários de âmbito nacional.

Para o governo do Estado, o governador Eduardo Campos (PSB) concorreu à reeleição sustentado por uma grande aliança composta além do seu partido, por PT, PDT, PCdoB, PP, PR, PRB, PTB, PSL, PSC, PSDC, PHS, PTC, PRP e PTdoB. Essa coligação estava atrelada à candidatura de Dilma Rousseff à Presidência e repetiu com as principais siglas a aliança que disputou os cargos legislativos pelo Estado. Ao final, o governador Campos acabou eleito com mais de 82% dos votos, recorde nacional de votação para o cargo.

De outro lado, atrelado à candidatura Serra estava o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB)⁵⁸, que concorreu a governador sustentado pelos partidos PSDB, DEM, PPS e PMN. A mesma coligação foi reproduzida também nas eleições proporcionais do Estado.

Especificamente para o cargo de deputado federal, 176 candidatos concorreram através de 04 (quatro) coligações e 05 partidos isolados. Desse total, 23 deputados concorreram à reeleição no Estado, incluindo os suplentes que assumiram a titularidade do mandato durante a legislatura (2007-2011). Nas tabelas abaixo, apresentamos os principais dados referentes à eleição para deputado federal em Pernambuco.

⁵⁷ Outros partidos como PV, PSOL, PRTB, PSTU e PCB concorreram ao governo do Estado, mas representaram apenas 1% do total de votos para a eleição ao Executivo pernambucano.

⁵⁸ O PMDB pernambucano foi dissidente frente ao Diretório Nacional do Partido que apoiou Dilma Rousseff, indicando-lhe o vice da chapa, Michel Temer.

Tabela 43 - Quadro Geral da Eleição para deputado federal em Pernambuco – 2010

Partido/Coligação	Total de candidatos	Total de Votos	Deputados Eleitos
PT-PSB-PP-PDT-PCdoB-PR-PSC-PTB	39	3.270.447	20 (PSB:05 – PT: 04 - PTB:04 – PP: 02 – PR:02 PDT: 01 – PCdoB: 01 – PSC: 01)
PMDB-PSDB-DEM-PPS- PMN	31	889.371	05 (PSDB: 02 - DEM: 02 – PMDB: 01)
PSL – PSDC- PHS – PRP- PTdoB	33	149.237	00
PTN – PRTB	17	58.264	00
PV	20	43.256	00
PTC	26	24.980	00
PSOL	08	8.131	00
PCB	01	3.432	00
PSTU	01	3.082	00
09	199	4.450.200	25

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-PE e do TSE.

Tabela 44 - Votação para Deputado Federal – PE – 2010

Eleitorado apto	6.256.213	100%
Comparecimento	5.041.936	80,59%
Abstenção	1.214.277	19,41%
Votos válidos	4.450.200	88,26%
Votos brancos	429.748	8,52%
Votos nulos	161.988	3,21%
Quociente Eleitoral	178.008	
Eleitos por quociente partidário	22	
Eleitos por média	03	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-PE e do TSE.

Fazendo-se uma comparação entre os pleitos de 2006 e 2010, assim como no Rio Grande do Sul, verificamos poucas mudanças quantitativas. Houve uma diminuição no número de candidatos (16), mas com um aumento no número de votos válidos já esperando pelo crescimento do eleitorado pernambucano (cerca de 400 mil eleitores). O crescimento do número de eleitores fez o quociente eleitoral aumentar em torno de 11 mil votos, mas sem alterar o número de eleitos por quociente partidário e por média, o que pode representar uma tendência para a eleição proporcional para deputado federal no Estado.

Especificamente no campo partidário, a formação de um grande bloco para a eleição proporcional em questão, foi prejudicial para o PT e para o PMDB, tomando-se como referência a quantidade de candidatos eleitos. O primeiro viu sua bancada de deputados eleitos por Pernambuco diminuir de 05 para 04 e o segundo encolheu de 03 deputados para apenas 01 eleito. Da mesma forma, DEM (ex-PFL) e PPS também reduziram o número de parlamentares eleitos, mas diferentemente dos outros partidos, a explicação para a queda pode ser encontrada muito mais no âmbito federal do que estadual, já que suas bancadas por diferentes Estados também sofreram grandes perdas.

Nessa perspectiva, partidos como o PSB teve um aumento considerável em sua bancada, pulando de 03 para 05 parlamentares eleitos. Essa evolução pode ser relacionada ao crescimento do partido com a eleição do governador do Estado em dois pleitos consecutivos, o que naturalmente eleva o potencial eleitoral de uma sigla.

Outros partidos como PR, PP e PTB também obtiveram êxito no aumento de suas bancadas, através da formação da grande aliança partidária. De um deputado eleito em 2006, passaram a dois em 2010.

Para finalizar esta análise, podemos perceber que algumas siglas como PCdoB, PDT, PSC e PSDB não registraram modificações no quantitativo de deputados eleitos na comparação entre as duas eleições, o que pode representar uma consolidação do tamanho de suas bancadas e da “musculatura” eleitoral desses partidos em Pernambuco, independentemente do contexto político.

De uma forma geral, boa parte dos deputados que se lançaram à reeleição em 2010 tiveram êxito em suas campanhas. Dos 23 que detinham mandato no início do processo eleitoral de 2010 e que concorreram à reeleição, 15 permaneceram nos cargos para a legislatura (2011-2015). Dos oito que não tiveram sucesso, a maioria havia conquistado o mandato através de substituições dos titulares. Essa análise referente às candidaturas à reeleição ganhará discussões mais profundas quando da verificação da variável dominância.

Partiremos agora para a análise das votações de todos os candidatos eleitos para o cargo de Deputado Federal em Pernambuco em 2010, incluindo aqueles que mesmo não-eleitos disputaram a reeleição. Utilizaremos a mesma divisão do capítulo 3, ou seja, pelas coligações formadas em 2010, assim como foi relacionado no outro Estado objeto desta pesquisa.

4.2.1 A variável concentração/dispersão

4.2.1.1 Coligação Frente Popular de Pernambuco para Deputado Federal

Na tabela 45 encontramos a relação dos candidatos da Coligação Unidade pelo Rio Grande eleitos para o cargo de deputado federal no pleito de 2010 e dos deputados que concorreram à reeleição pela Coligação, mas não tiveram êxito na campanha. Foram analisados 24 (vinte e quatro) candidatos que representam 85,1% dos votos obtidos pela coligação, sem considerar os votos nas legendas.

Tabela 45 - Votação dos candidatos da Coligação Frente Popular de Pernambuco - qualificado

Candidato ⁵⁹	Total de Votos	% votos 1º município	% votos 10 primeiros municípios	1ª município Mais votado	Padrão em 2006	Padrão em 2010	Profissão
Ana Arraes (PSB)	387.581	09	38	Recife	Dispersão Alta	Dispersão Alta	Servidora Pública
Eduardo Fonte (PP)	330.520	20	64	Recife	Dispersão Média	Concent. Média	Empresário
João Paulo Lima (PT)	264.250	59	90	Recife	Não concorreu	Concent. Alta	Técnico Edificações
Inocêncio Oliveira (PR)	198.407	09	33	Serra Talhada	Dispersão Alta	Dispersão Alta	Médico
Pastor Eurico (PSB)	185.870	21	62	Recife	Não concorreu	Concent. Média	Pastor
Fernando Bezerra (PSB)	166.493	18	52	Petrolina	Dispersão Média	Dispersão Média	Administrador
Maurício Rands (PT)	126.812	30	68	Recife	Concent. Média	Concent. Média	Advogado
Danilo Cabral (PSB)	120.871	10	59	Surubim	Não concorreu	Dispersão Média	Advogado
Gonzaga Patriota (PSB)	118.999	26	72	Petrolina	Concent. Média	Concent. Média	Advogado
Wolney Queiroz (PDT)	113.885	53	83	Caruaru	Concent. Média	Concent. Alta	Empresário
Luciana Santos (PCdoB)	105.253	38	82	Olinda	Não concorreu	Concent. Alta	Engenheira
Pedro Eugênio (PT)	80.657	18	54	Recife	Dispersão Média	Dispersão Média	Professor
Silvio Costa (PTB)	78.984	19	58	Recife	Concent. Alta	Dispersão Média	Advogado
Carlos Cadoca (PSC)	72.363	31	81	Recife	Concent. Alta	Concent. Alta	Advogado
José Chaves (PTB)	66.671	25	87	Recife	Concent. Alta	Concent. Alta	Engenheiro
Jorge Corte Real (PTB)	60.643	19	68	Recife Buique	Não concorreu	Concent. Média	Engenheiro
Fernando Ferro (PT)	58.121	34	70	Recife	Concent. Média	Concent. Média	Engenheiro
Roberto Teixeira (PP)	55.450	18	57	Recife	Não concorreu	Dispersão Média	Dentista
Anderson Ferreira (PR)	48.435	37	79	Recife	Não concorreu	Concent. Média	Administrador
Zé Augusto (PTB)	46.267	41	84	Capibaribe	Não concorreu	Concent. Alta	Radialista
Paulo Rubem (PDT)	41.728	40	86	Jaboatão Guararapes	Concent. Alta	Concent. Alta	Professor
Marcos Antônio (PRB)	32.488	17	59	Recife	Concent. Média	Dispersão Média	Cantor
Fernando Nascimento (PT)	13.473	33	77	Recife	Concent. Alta	Concent. Média	Técnico em Eletrônica
Charles Lucena (PTB)	9.592	33	76	Recife	Concent. Alta	Concent. Média	Médico
Média							

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-PE e do TSE.

Na tabela 46 encontramos os dados quantitativos referentes aos partidos da mesma Coligação.

⁵⁹ Em negrito são apresentados os candidatos à reeleição.

Tabela 46 - Quantidade de votos por partido da Coligação Frente Popular de PE

Partido	Votação nominal + legenda
PSB	1.092.786
PT	679.581
PP	396.399
PTB	353.540
PR	285.047
PDT	174.191
PCdoB	134.275
PSC	77.335
Quociente Eleitoral	18,37 (18 candidatos eleitos pelo quociente e 02 por média)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-PE e do TSE.

Numa análise comparativa, podemos perceber que dos 24 candidatos analisados, 16 apresentaram padrão concentrado de seus votos em 2010 (07 em grau alto e 09 em grau médio), enquanto os demais tiveram votações dispersas (06 medianos e 02 em nível alto).

Ainda nessa perspectiva, dos 16 candidatos dessa coligação que concorreram à reeleição, 12 tiveram êxito nesse objetivo. Não foi possível, contudo, relacionar dentre os padrões concentrado e disperso, a predominância de algum deles para esses candidatos.

Seguindo essa análise, verificamos também que dentre os 16 candidatos à reeleição, 10 mantiveram o mesmo padrão relativo à variável concentração/dominância nos dois pleitos. Quanto aos demais, 02 passaram de votações altamente para medianamente concentradas. Esses candidatos, aliás, não conseguiram se reeleger. Outro candidato (Wolney Queiroz) variou no sentido inverso, de medianamente para altamente concentrado em 2010. Já Silvio Costa modificou sua votação de um extremo (concentração alta) para uma dispersão média dos votos. Marcos Antônio foi de votos medianamente concentrados para medianamente dispersos, enquanto Eduardo da Fonte obteve variação exatamente oposta.

Ainda numa verificação da Coligação Frente Popular para Pernambuco, tornou-se ainda mais evidente um predomínio da capital Recife como principal base eleitoral dos candidatos dessa aliança. Dos 24 políticos analisados, 16 apresentaram a capital pernambucana como primeiro município mais votado, enquanto apenas 02

obtiveram mais votos em cidade da Região Metropolitana. Os demais apresentaram maiores votações em cidades do Interior.

Embora essa última análise refira-se à primeira cidade com maior número de votos para o candidato, podemos perceber que diferentemente do Estado gaúcho, em Pernambuco, existe uma sobre-representação de deputados com vínculos diretos com a capital em detrimento de outras regiões, já que Recife, em 2010, representava cerca de 20% do total de eleitores do Estado. A pesquisa quanto à variável dominância pode auxiliar para a verificação dessa conclusão.

É oportuno destacar também que todos os candidatos do PT que disputavam à reeleição diminuíram suas votações comparativamente ao pleito de 2006. Os outros candidatos à reeleição que não tiveram sucesso nessa tentativa também apresentaram quedas no número de votos. Enquanto isso, todos os candidatos do PSB, PP, PR, PDT que estavam nos dois processos eleitorais aumentaram significativamente o número de eleitores.

Vale mencionar que, assim como no caso gaúcho, em que Manuela D'Ávila alcançou percentual elevado de votação na capital (100 mil votos), em Pernambuco, essa característica foi atingida pelo candidato João Paulo Lima e Silva. O ex-prefeito de Recife somou mais de 155 mil votos apenas na capital, representando 59% do total de sua votação.

4.2.1.2 Coligação Pernambuco pode mais

Na tabela 47 encontramos a relação dos candidatos da Coligação Pernambuco pode mais eleitos para o cargo de deputado federal no pleito de 2010 e dos deputados que concorreram à reeleição pela Coligação, mas não tiveram êxito na campanha. Foram analisados 09 (nove) candidatos que representam % dos votos obtidos pela coligação, sem considerar os votos nas legendas.

Tabela 47 - Votação dos candidatos da Coligação Pernambuco pode mais - qualificado

Candidato	Total de Votos	% votos 1º município	% votos 10 primeiros municípios	1ª município Mais votado	Padrão em 2006	Padrão em 2010	Profissão
Sérgio Guerra (PSDB)	167.117	08	45	Carpina	Não concorreu	Dispersão Alta	Economista
Zé Mendonça (DEM)	142.699	34	74	Recife	Dispersão Média	Concentração Média	Servidor Público
Bruno Araújo (PSDB)	121.383	07	47	Pesqueiro	Dispersão Alta	Dispersão Alta	Advogado
Raul Henry (PMDB)	90.106	44	82	Recife	Concentração Média	Concentração Alta	Servidor Público
Augusto Coutinho (DEM)	70.096	21	64	Caruaru	Não concorreu	Concentração Média	Engenheiro
André de Paula (DEM)	63.055	20	68	Recife	Concentração Média	Concentração Média	Servidor Público
Edgar Moore (PMDB)	56.845	10	57	Bonito	Dispersão Alta	Dispersão Média	Advogado
Oswaldo Coelho (DEM)	35.147	69	90	Petrolina	Concentração Alta	Concentração Alta	Agrônomo
Bruno Rodrigues (PSDB)	30.182	32	73	Recife	Concentração Média	Concentração Média	Empresário
Média		27,5	67				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-PE e do TSE.

Na tabela 48 encontramos os dados quantitativos referentes aos partidos da mesma Coligação.

Tabela 48 - Quantidade de votos por partido da Coligação Pernambuco pode mais

Partido	Votação nominal + legenda
PSDB	360.707
DEM	334.381
PMDB	162.575
Quociente Eleitoral	4,99 (04 candidatos eleitos pelo quociente e 01 por média)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-PE e do TSE.

Ao contrário da coligação anterior, quase todos os candidatos desta aliança partidária que concorriam à reeleição apresentaram diminuição de suas votações. Apenas o candidato Zé Mendonça ampliou o seu eleitorado em 2010.

Quanto à análise sobre seus padrões de votos, podemos perceber nos dados da tabela 47 que dos 09 candidatos pesquisados, 06 apresentaram votações concentradas (02 em grau alto e 04 em grau médio) e 03 com votos dispersos (01 em nível médio e 02 em nível alto).

Ainda nessa perspectiva analítica, verificou-se que dos sete candidatos à reeleição por esta coligação, 04 repetiram os mesmos padrões nos dois pleitos. Um deles (Raul Henry) passou de concentração média para alta de seus votos, enquanto Zé Mendonça variou de votação medianamente dispersa para medianamente concentrada. O outro candidato, Edgar Moury, passou de votos com dispersão alta para dispersão média.

Outro aspecto divergente em relação à outra coligação referente à localização da região do Estado em que se encontra o primeiro município com maior número de eleitores de cada candidato. Dos nove candidatos desta aliança, 05 apresentaram maiores votações em cidade do interior do Estado e 04 tiveram Recife como primeira cidade em número de votos.

Passaremos agora para uma verificação quanto à variável dominância para os candidatos à reeleição no processo eleitoral de 2010, em Pernambuco.

4.2.2 A variável dominância/não-dominância dos votos

Para a análise da dimensão dominância ou compartilhamento dos votos em Pernambuco utilizaremos a mesma metodologia aplicada para o Rio Grande do Sul.

4.2.2.1 Partido dos Trabalhadores (PT)

Na tabela 49, encontramos os dados relativos à repetição das dez principais cidades em que os candidatos à reeleição do PT receberam seus votos, nos processos eleitorais de 2006 e 2010. Além disso, são apontados os índices de dominação sobre os três municípios em que os deputados mais obtiveram votos em sua tentativa reeleitoral e o grau de dominação dos mesmos sobre suas principais cidades.

Tabela 49 - Padrões de dominância dos candidatos do PT – 2010

	Repetição 2006- 2010	1ª cidade % votos ⁶⁰	2ª cidade % votos	3ª cidade % votos	Grau de dominância ⁶¹	Padrão1
Maurício Rands	08/10 – 80%	Recife** 5%	Surubim* 33%	Olinda* 4%	média	Concentração Média
Pedro Eugênio	06/10 – 60%	Recife** 2%	Águas Belas* 37%	Bezerros* 14*	baixa	Dispersão Média
Fernando Ferro	07/10 – 70%	Recife** 2%	Garanhuns 8%	Jaboatão** 1%	sem	Concentração Média
Fernando Nascimento	07/10 – 70%	Recife 0,5%**	Paulista 1%	Olinda* 0,5%	sem	Concentração Media

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-PE e do TSE.

Legenda: *cidade entre as três principais do candidato em 2006 e 2010, mas em posição diferente no ranking.

** cidade entre as três principais em 2006 e 2010 e na mesma posição.

Dos quatro deputados do PT que disputavam a reeleição, dois obtiveram êxito nesse objetivo.

A média de repetição dos dez principais municípios foi de 70%. Coincidentemente, para os quatro candidatos, a principal base eleitoral foi na capital pernambucana e a maioria das cidades com maiores votações na Região Metropolitana de Recife.

Considerando os graus de dominância sobre os dez principais municípios, três candidatos obtiveram índices quase irrelevantes, o que configura uma votação compartilhada com políticos de outras siglas. Apenas Maurício Rands obteve um grau de dominância mediano sobre suas principais bases.

Geograficamente, como esperado, os poucos índices de dominância para os candidatos do PT foram em cidades de médio porte localizadas no Agreste Pernambucano. Para as cidades da Região Metropolitana de Recife, principais bases dos candidatos petistas, o índice de compartilhamento dos votos com outros candidatos foi elevado. Numa análise geral, podemos verificar que o partido apresenta maiores votações nessa região.

⁶⁰ Considerando o percentual do candidato dentre os votos para o cargo de deputado federal no município. Em negrito, as cidades com algum tipo de dominação (baixa, média, alta).

⁶¹ Para Pernambuco, a média aritmética dos índices de dominância dos candidatos ficou em 0,1535 e o desvio padrão encontrado foi de 0,074. A partir desses números, os candidatos com índice de concentração abaixo de 0,0795 foram classificados com sem dominância; de 0,0795 à 0,1535 como baixa dominância; 0,1535 à 0,2275 como médio grau e acima de 0,2275 como de alto grau de dominância.

4.2.2.2 Partido Socialista Brasileiro

Na tabela 50, encontramos os dados relativos à variável dominância e da repetição das dez principais cidades em que os candidatos à reeleição do PSB receberam seus votos, nos processos eleitorais de 2006 e 2010.

Tabela 50 - Padrões de dominância dos candidatos do PSB – 2010

	Repetição 2006- 2010	1ª cidade % votos	2ª cidade % votos	3ª cidade % votos	Grau de dominância	Padrão1
Ana Arraes	06/10	Recife** 4%	Vitória Sto Antão** 30%	Timbaúba 53%	médio	Dispersão Alta
Fernando Bezerra	06/10	Petrolina** 24%	Santa Maria da Boa Vista* 33,5%	Ouricuri* 23,5%	alto	Dispersão Média
Gonzaga Patriota	07/10	Petrolina** 25%	Salgueiro* 35%	Sertânia* 46%	alto	Concentração Média

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-PE e do TSE.

Legenda: *cidade entre as três principais do candidato em 2006 e 2010, mas em posição diferente no ranking.

** cidade entre as três principais em 2006 e 2010 e na mesma posição.

Embora a média de repetição das cidades com maiores votações em 2006 e 2010 para os candidatos do PSB não tenha sido tão alta (63%), a dominância sobre as principais cidades em 2010 ficou evidente, se observarmos os percentuais de seus votos sobre os três principais municípios de cada um.

Nesse sentido, ao verificarmos o grau de dominância, os três deputados obtiveram índices relevantes, sendo dois de alto nível e um de médio grau, o que pode significar uma padronização dessa dimensão para o Partido.

Ficou evidente, ainda, que as principais votações dos deputados do PSB foram em cidades do interior do Estado, diferentemente do partido anterior. Apenas a deputada Ana Arraes apresentou a capital pernambucana no *ranking* de principais bases eleitorais. Essa característica é importante para relacionarmos o predomínio do padrão dominante com a geografia dos votos do Partido. Assim como outros casos, são nas cidades de pequeno e médio porte, normalmente localizadas no interior dos Estados, que encontramos os maiores índices de dominância sobre votações municipais e o PSB de Pernambuco, assim como o PP gaúcho, é exemplo claro desse padrão.

4.2.2.3 Partido Democratas

Na tabela 51, encontramos os dados relativos à repetição das dez principais cidades em que os candidatos à reeleição do DEM receberam seus votos, nos processos eleitorais de 2006 e 2010. Além disso, são apontados os índices de dominação sobre os três municípios em que os deputados mais obtiveram votos em sua tentativa reeleitoral e o grau de dominação dos mesmos sobre suas principais cidades.

Tabela 51 - Padrões de dominância dos candidatos do DEM – 2010

	Repetição 2006- 2010	1ª cidade % votos ⁶²	2ª cidade % votos	3ª cidade % votos	Grau de dominância	Padrão1
Zé Mendonça	05/10 – 50%	Recife** 6%	Belo Jardim* 42%	Jaboatão 3%	baixo	Concentração Média
André de Paula	06/10 – 60%	Recife** 1,5%	Vitória de Sto Antão** 11%	Macaparana 29%	baixo	Concentração Média
Oswaldo Coelho	07/10 – 70%	Petrolina** 19,5%**	Santa Maria da Boa Vista* 9%	Recife 0,5%	sem	Concentração Alta

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-PE e do TSE.

Legenda: *cidade entre as três principais do candidato em 2006 e 2010, mas em posição diferente no ranking.
** cidade entre as três principais em 2006 e 2010 e na mesma posição.

Dos três deputados que concorriam à reeleição pelo DEM, apenas Zé Mendonça conseguiu atingir essa meta, embora seu índice de repetição das principais cidades tenha sido relativamente baixo (50%). Além disso, apenas esse candidato conseguiu ampliar o número de votos comparativamente ao pleito de 2006. Nesse sentido, parece claro que a redução da votação dos demais ocasionou tanto a perda de mandato quanto à classificação do grau de dominância sobre os seus principais municípios.

Nessa perspectiva, os três candidatos apresentaram votações classificadas como compartilhadas com membros de outros partidos políticos, perfazendo um padrão final “concentrado e compartilhado”. Nesse sentido, vale destacar que o deputado reeleito pelo partido apresentou relevante participação nos votos de uma cidade de médio porte do agreste pernambucano.(Belo Jardim),

⁶² Considerando o percentual do candidato dentre os votos para o cargo de deputado federal no município. Em negrito, as cidades com algum tipo de dominação (baixa, média, alta).

embora esse índice não tenha contribuído para elevar o grau de dominância geral para o parlamentar.

Geograficamente, os deputados do Democratas apresentaram redutos de origem mista, ou seja, receberam suas maiores votações em cidades localizadas em todas as regiões do Estado.

4.2.2.4 Partido Trabalhista Brasileiro

Na tabela 52, encontramos os dados relativos à variável dominância e da repetição das dez principais cidades em que os candidatos a reeleição do PTB receberam seus votos, nos processos eleitorais de 2006 e 2010.

Tabela 52 - Padrões de dominância dos candidatos do PTB – 2010

	Repetição 2006- 2010	1ª cidade % votos	2ª cidade % votos	3ª cidade % votos	Grau de dominância	Padrão1
Silvio Costa	05/10 – 50%	Recife** 2%	Afrânio 47%	Camocim 43%	alto	Dispersão Média
José Chaves	07/10 – 70%	Recife** 2%	Camaragibe** 9%	Olinda** 3%	baixo	Concentração Alta
Charles Lucena	08/10 – 80%	Recife** 0,5%	Jaboatão* 0,5%	Olinda 0,5%*	sem	Concentração Média

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-PE e do TSE.

Legenda: *cidade entre as três principais do candidato em 2006 e 2010, mas em posição diferente no ranking.
** cidade entre as três principais em 2006 e 2010 e na mesma posição.

Assim como no Rio Grande do Sul, os candidatos à reeleição pelo PTB apresentaram índices diferentes tanto em relação ao grau de dominância quanto ao de repetição das cidades de um pleito para o outro.

De um lado, Silvio Costa além de ampliar sua votação, modificou seu padrão de votação de concentrado para medianamente disperso, com alto grau de dominância sobre seus principais redutos. Essa classificação deu-se, principalmente, pelo grande eleitorado em municípios de pequeno porte, localizados no interior do Estado, embora essas cidades não tenham atribuído grandes votações no pleito anterior. Essa falta de correlação é rara para candidatos com votação dominante.

Já José Chaves e Charles Lucena apresentaram quedas consideráveis em seus votos, embora apenas o segundo não tenha conseguido se reeleger. Ambos

foram classificados, ao final, com votações concentradas e compartilhadas e com votos geograficamente localizados na Região Metropolitana de Recife.

4.2.2.5 Partido da Social Democracia Brasileira

Na tabela 53, encontramos os dados relativos à repetição das dez principais cidades em que os candidatos a reeleição do PSDB receberam seus votos, nos processos eleitorais de 2006 e 2010. Além disso, são apontados os índices de dominação sobre os três municípios em que os deputados mais obtiveram votos em sua tentativa reeleitoral e o grau de dominação dos mesmos sobre suas principais cidades.

Tabela 53 - Padrões de dominância dos candidatos do PSDB – 2010

	Repetição 2006- 2010	1ª cidade % votos⁶³	2ª cidade % votos	3ª cidade % votos	Grau de dominância	Padrão¹
Bruno Araújo	05/10 – 50%	Pesqueiro 27%	Recife 1%	Camaragibe 7%	alto	Dispersão Alta
Bruno Rodrigues	04/10 – 40%	Recife* 1%	Jaboatão 1,5%	Glória do Goitá 25%	sem	Concentração Média

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-PE e do TSE.

Legenda: *cidade entre as três principais do candidato em 2006 e 2010, mas em posição diferente no ranking.

** cidade entre as três principais em 2006 e 2010 e na mesma posição.

Os dois candidatos à reeleição pelo PSDB em 2010 obtiveram índices baixos de repetição de suas principais cidades frente ao pleito de 2006. (50% e 40%). Embora ambos tenham reduzido sua votação, apenas Bruno Rodrigues não conseguiu se reeleger. Já Bruno Araújo, manteve um patamar elevado de dominância sobre suas principais bases, o que pode ter favorecido à sua reeleição, mesmo num contexto político diverso ao de 2006.

Ao final, Bruno Araújo foi classificado dentro do padrão disperso e dominante e Bruno Rodrigues como votação concentrada e compartilhada.

⁶³ Considerando o percentual do candidato dentre os votos para o cargo de deputado federal no município. Em negrito, as cidades com algum tipo de dominação (baixa, média, alta).

4.2.2.6 Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Na tabela 54, encontramos os dados relativos à variável dominância e da repetição das dez principais cidades em que os candidatos a reeleição do PTB receberam seus votos, nos processos eleitorais de 2006 e 2010.

Tabela 54 - Padrões de dominância dos candidatos do PMDB – 2010

	Repetição 2006- 2010	1ª cidade % votos	2ª cidade % votos	3ª cidade % votos	Grau de dominância	Padrão1
Raul Henry	08/10 – 80%	Recife** 5%	Abreu e Lima* 13%	Panelas 50%	baixa	Concentração Alta
Edgar Moury	06/10 – 60%	Bonito* 27%	Gravatá* 12%	Recife* 0,5%	baixa	Dispersão Média

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-PE e do TSE.

Legenda: *cidade entre as três principais do candidato em 2006 e 2010, mas em posição diferente no ranking.

** cidade entre as três principais em 2006 e 2010 e na mesma posição.

Para os candidatos do PMDB, o índice médio de repetição das principais cidades foi de 70%. Novamente, apenas um dos candidatos obteve êxito em sua tentativa de reeleição.

Ao analisarmos os padrões de votação de ambos os candidatos encontramos uma semelhança quando se trata do grau de dominância (ambos baixos) e uma divergência quanto á variável concentração.

Por fim, quando verificamos as regiões do Estado em que os deputados do PMDB obtiveram maior número de votos, não percebemos uma regionalização de suas votações, ou seja, suas principais bases estavam espalhadas por várias as regiões pernambucanas.

4.2.2.7 Partido Democrático Trabalhista

Na tabela 55, encontramos os dados relativos à variável dominância e da repetição das dez principais cidades em que os candidatos a reeleição do PDT receberam seus votos, nos processos eleitorais de 2006 e 2010.

Tabela 55 - Padrões de dominância dos candidatos do PDT – 2010

	Repetição 2006- 2010	1ª cidade % votos⁶⁴	2ª cidade % votos	3ª cidade % votos	Grau de dominância	Padrão1
Wolney Queiroz	05/10 – 50%	Caruaru** 46%	Araripina 21%	Recife* 1%	médio	Concentração Alta
Paulo Rubem	08/10 – 80%	Recife** 2%	Jaboatão** 4%	Olinda 1,5%	sem	Concentração Alta

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-PE e do TSE.

Legenda: *cidade entre as três principais do candidato em 2006 e 2010, mas em posição diferente no ranking.

** cidade entre as três principais em 2006 e 2010 e na mesma posição.

Numa análise detalhada sobre as votações dos candidatos do PDT, verificamos que ambos tiveram índices diferentes de repetição dos principais municípios. Enquanto Wolney Queiroz que conseguiu se reeleger, obteve um índice de 50% nesse quesito, Paulo Rubem, atingiu um percentual na casa de 80.

Outra característica importante e que ajuda a explicar a diferença de ambos em suas classificações quanto à variável dominância, está na localização geográfica de seus principais municípios. Enquanto Wolney Queiroz obteve mais votos em cidades do interior do Estado, atingindo um médio grau de dominância sobre as mesmas, Paulo Rubem obteve maiores votações em cidades da Região Metropolitana de Recife, o que gerou uma classificação final como padrão concentrado e compartilhado.

4.2.2.8 Outros Partidos

Na tabela 56, encontramos os dados relativos à repetição das dez principais cidades em que os candidatos a reeleição de alguns partidos (PP, PR, PSC, PRB), nos processos eleitorais de 2006 e 2010. Além disso, são apontados os índices de dominação sobre os três municípios em que os deputados mais obtiveram votos em sua tentativa reeleitoral, bem como os graus de dominação sobre as dez principais cidades de cada um. Esses candidatos foram analisados em conjunto, pois foram os únicos que concorreram à reeleição por seus respectivos partidos.

⁶⁴ Considerando o percentual do candidato dentre os votos para o cargo de deputado federal no município. Em negrito, as cidades com algum tipo de dominação (baixa, média, alta).

Tabela 56 - Padrões de dominância dos candidatos do PP, PR, PSC e PRB – 2010

Candidatos	Repetição 2006- 2010	1ª cidade % votos	2ª cidade % votos	3ª cidade % votos	Grau de dominância ⁶⁵	Padrão1
Eduardo da Fonte	06/10 – 60%	Recife** 7%	Jaboatão** 15%	Cabo Sto Agostinho 25%	médio	Concentração Média
Inocêncio Oliveira	07/10 – 70%	Serra Talhada** 46%	Bezerros** 25%	Belmonte** 36%	alta	Dispersão Alta
Marcos Antônio	08/10 – 80%	Recife** 0,5%	Jaboatão** 1%	Caruaru 2%	sem	Dispersão Média
Carlos Cadoca	06/10 – 60%	Recife** 3%	Arcoverde 24%	Jaboatão* 2%	baixo	Concentração Alta

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-PE e do TSE.

Legenda: *cidade entre as três principais do candidato em 2006 e 2010, mas em posição diferente no ranking.

** cidade entre as três principais em 2006 e 2010 e na mesma posição.

Analisando a tabela 56, verificamos que os referidos candidatos obtiveram índices bem diferentes quanto à classificação dos seus graus de dominância sobre seus principais municípios e da localização geográficas das mesmas.

Inocêncio Oliveira (PR), com votação altamente dominante e altamente dispersa, recebeu grande número de votos em diferentes regiões do Estado, mas principalmente no interior pernambucano.

Eduardo da Fonte (PP), com redutos localizados na Região Metropolitana, obteve graus medianos tanto na dimensão concentração quanto na dominância de suas bases.

Carlos Cadoca (PSC), também obteve maior concentração de votos na Região Metropolitana de Recife, mas com compartilhamento maior dessas bases com candidatos de outras siglas.

Por fim, o único não reeleito da lista, Marcos Antônio (PRB), recebeu votos em diferentes regiões do Estado, sem nenhuma dominância sobre suas principais cidades, configurando, assim, uma classificação dispersa e compartilhada.

4.2.3 Considerações gerais - Pernambuco

Para um entendimento mais claro sobre os padrões de votação dos candidatos a deputado federal por Pernambuco em 2010, na tabela 57, elaboramos um resumo acerca desses aspectos.

⁶⁵ Para Pernambuco, a média aritmética dos índices de dominância dos candidatos ficou em 0,1535 e o desvio padrão encontrado foi de 0,074. A partir desses números, os candidatos com índice de concentração abaixo de 0,0795 foram classificados com sem dominância; de 0,0795 à 0,1535 como baixa dominância; 0,1535 à 0,2275 como médio grau e acima de 0,2275 como de alto grau de dominância.

Tabela 57 - Quadro Resumo – Pernambuco

PARTIDOS			Concentração Alta			Concent. Média			Dispersão Média			Dispersão Alta			REP
			DA	DM	C	DA	DM	C	DA	DM	C	DA	DM	C	
PT	R	3	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	70
	NR	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
PSB	R	3	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	1	-	63
	NR	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEM	R	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	50
	NR	2	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	65
PDT	R	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50
	NR	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80
PTB	R	2	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	60
	NR	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	80
PMDB	R	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80
	NR	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	60
PSDB	R	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	50
	NR	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	40
Outros Partidos	R	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	63
	NR	2	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	80
Total	R	14	00	01	02	01	02	02	02	00	01	01	01	00	60
	NR	9	00	00	03	00	00	04	00	00	02	01	00	00	60

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos nos sites do TRE-PE e do TSE.

Legendas: R = reeleitos;

NR: não-reeleitos;

DA = dominância alta;

DM = dominância média;

C = compartilhada;

REP = repetição cidades 2006-2010

Dos 23 deputados pernambucanos analisados, 09 (40%) apresentaram algum tipo de dominância sobre seus redutos eleitorais, enquanto 14 (60%) obtiveram votações compartilhadas.

Entre os quatorze candidatos reeleitos, 09 foram classificados como de base dominante e 05 como compartilhados, o que, assim como no Rio Grande do Sul, configura uma correlação forte entre dominância sobre votações municipais e sucesso reeleitoral. Nesse sentido, todos os candidatos que não se reelegeram tiveram bases compartilhadas.

Ainda, num viés comparativo, podemos perceber que diferentemente no Estado gaúcho, a estabilidade na base eleitoral dos candidatos pernambucanos não foi tão expressiva. Tanto para os parlamentares eleitos quanto para os reeleitos, o índice de repetição das principais cidades foi de 60%, ou seja, houve uma alteração considerável de municípios com maiores votações para os candidatos nos dois pleitos. Análises futuras podem contribuir para verificar se essa característica é permanente ou ficou restrita apenas à comparação aos processos eleitorais de 2006 e 2010.

5 CONCLUSÕES

O levantamento dos dados obtidos a partir das votações dos candidatos a deputado federal no Rio Grande do Sul e em Pernambuco nas Eleições de 2006 e de 2010 permite afirmarmos que a concentração do voto em regiões específicas não é regra no primeiro Estado, mas está presente na maioria dos casos na segunda unidade federativa.

Dos 41 candidatos pesquisados no Rio Grande do Sul, em 2006, 46,3% obtiveram padrão concentrado, enquanto 53,7% possuíram votações dispersas geograficamente. Comparativamente a estes dados, em 2010, foi possível verificar uma tendência para o aumento da dispersão dos votos, já que mais de dois terços (67%) dos candidatos tiveram esse padrão característico em suas votações. Uma verificação futura sobre os dados de processos eleitorais seguintes pode contribuir para ratificar ou não essa tendência que aponta para o aumento de votações dispersas.

Nessa perspectiva, ainda, não foi possível estabelecer uma relação entre sucesso eleitoral e padrão de votos quanto à dimensão horizontal de influência política, já que dos 10 candidatos analisados em 2006 que não se elegeram, ambos os padrões foram encontrados. O mesmo fato foi repetido em 2010.

Por outro lado, em Pernambuco, o padrão concentrado foi característico da maioria dos candidatos pesquisados, nos dois pleitos analisados, para dois terços deles. Ou seja, é possível afirmar que a concentração do voto é um elemento importante para a eleição desse estado nordestino na seleção de seus deputados federais. Embora, esse fenômeno eleitoral seja importante, ele não é garantia de sucesso em campanha, já que outros aspectos como a formação de uma coligação forte ou a dominância sobre os municípios com maiores votações parecem mais determinantes para alcançar o objetivo final.

Fazendo uma análise dessa dimensão entre os partidos políticos podemos encontrar constatações importantes. No estado gaúcho, partidos como PMDB e PP possuem maiores índices de dispersão dos votos de seus candidatos, com a maioria deles obtendo grandes votações pelo interior do Estado. Já para partidos como PT e PDT não foi possível estabelecer um padrão característico, pois seus candidatos obtiveram índices variados, ora apontando para uma dispersão, ora para uma concentração. No estado nordestino, esses dois últimos partidos, diferentemente, obtiveram valores de concentração significativos, assim como PTB e PMDB. Além

de siglas com caráter misto, foi possível aferir que o PSB, de importância eleitoral crescente no Estado, obteve índices significativos de dispersão dos votos de seus candidatos, em grande escala advindos do interior pernambucano.

Outra constatação importante foi a correlação existente entre a cidade de domicílio eleitoral ou o município natal do candidato e a obtenção de sua maior votação nessa localidade. Essa correlação é mais forte e evidente em candidatos com dominância sobre os seus principais municípios, em que o vínculo político e afetivo com a cidade ou região torna-se fundamental para a consolidação do sucesso eleitoral.

Nesse sentido, o índice de repetição entre os municípios com maiores votações para os candidatos esteve na ordem de 77% no Rio Grande do Sul e de 60% em Pernambuco.

Analisando a dimensão de influência política vertical, ou seja, a dominância sobre as principais cidades em que os candidatos a reeleição obtiveram seus votos, em ambos os Estados, o índice de compartilhamento municipal foi levemente superior aos casos de dominação eleitoral. No caso gaúcho, dos 26 candidatos que almejavam um novo mandato, 14 tiveram votações compartilhadas e 12 com média ou grande dominância sobre as principais cidades. Já no estado nordestino, dos 23 deputados analisados, 14 não apresentaram algum tipo de dominância e 09 obtiveram o padrão oposto.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que entre os candidatos que não se reelegeram, nenhum apresentou padrão dominante sobre os seus municípios mais votados, ou seja, é possível afirmar que embora grande parte dos políticos eleitos compartilhe a votação de seus principais redutos com outros candidatos, possuir dominância sobre um grupo importante de cidades traz mais garantias de eleição para o candidato que a detém.

Embora a dominância dos votos municipais não seja maioria nos Estados pesquisados, o que pode sugerir que esta seja uma característica padrão nas eleições proporcionais brasileiras, o grande número de deputados eleitos com esse tipo de padrão característico corrobora a idéia defendida por grande parte da literatura para uma grande importância do voto personalizado no Brasil.

Num viés comparativo, encontramos na tabela seguinte um cruzamento entre os padrões de votação para ambas unidades federativas, nos processos eleitorais analisados.

Tabela 58 - Padrões de Votação – Rio Grande do Sul x Pernambuco

Estados		Concentração Alta			Concent. Média			Dispersão Média			Dispersão Alta		
RS	2006	05			14			06			16		
	2010	05			07			12			13		
		DA	DM	C	DA	DM	C	DA	DM	C	DA	DM	C
		00	01	01	01	00	05	00	05	05	03	02	03
PE	2006	10			13			04			07		
	2010	09			13			07			04		
		DA	DM	C	DA	DM	C	DA	DM	C	DA	DM	C
		00	01	05	01	02	06	02	00	03	02	01	00

Fonte: Elaboração própria

Legenda: DA = Dominância Alta;
DM = Dominância média;
C = votação compartilhada

Num viés comparativo, percebemos que os resultados encontrados aqui, em relação à análise das dimensões da concentração e dispersão dos votos, vão ao encontro da pesquisa realizada por Carvalho, tomando como referência os processos eleitorais dos anos 90.

Para o pleito de 1998, no Rio Grande do Sul, 46% dos deputados apresentaram votação concentrada, enquanto 54% votos dispersos. Os índices para o processo de 2006 foram exatamente os mesmos, e para o pleito seguinte, foram, respectivamente, 33% e 67%.

Em Pernambuco, Carvalho encontrou em 1998, 78% de votação concentrada e 22% de candidatos com votos dispersos. Na atual pesquisa, foram encontrados para ambos os pleitos os índices de 67% (votação concentrada) e 33% (votação dispersa).

Quanto à dimensão vertical (dominância), os índices das duas pesquisas divergiram apenas em relação ao Nordeste. Enquanto nos Estados sulistas, foram encontrados percentuais de dominância em cerca de 51% das votações dos deputados, durante os processos eleitorais da década de 1990, nesta pesquisa, a dominância foi característica de 46% dos deputados federais. Já no Estado de Pernambuco, o percentual de dominância ficou na ordem de 40%, diferentemente da

pesquisa de Carvalho, em que o índice encontrado ficou em torno de 67%.

As mudanças políticas ocorridas no Nordeste nas últimas décadas, com a ampliação do poder político de partidos de esquerda em detrimento de partidos direitistas, historicamente vinculados ao chamado coronelismo, pode explicar essa queda nos índices de dominância eleitoral sobre os municípios.

Sob o ponto de vista geográfico, importantes constatações podem ser percebidas a partir dos dados desta pesquisa.

Tomando-se como referência a divisão dos Estados analisados em mesorregiões⁶⁶ para averiguar a distribuição dos eleitos⁶⁷ conforme a geografia da circunscrição, podemos identificar as regiões com representação acima da proporção entre número de habitantes e número de deputados e vice-versa.

Embora essa análise use como referência apenas o critério geográfico, a sua aplicação é importante tendo em vista a existência de vertentes tanto no meio científico quanto na esfera política que defendem a utilização desse aspecto para a seleção legislativa.

Nos mapas e tabelas abaixo, visualizamos esse tipo de verificação, apontando o número de eleitos com bases eleitorais nas mesorregiões⁶⁸ e a porcentagem da população das mesmas, comparativamente ao total do Estado.

⁶⁶ Messorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. Foi criada pelo IBGE e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa.

⁶⁷ Para traçar essa análise foram considerados como as bases eleitorais dos candidatos, os três municípios em que os mesmos mais obtiveram votos nas Eleições de 2006 e 2010.

⁶⁸ Para esta pesquisa, as capitais dos Estados (Porto Alegre e Recife) foram analisadas separadamente às suas respectivas mesorregiões.

Figura 1 - Rio Grande do Sul - mesorregiões e a capital

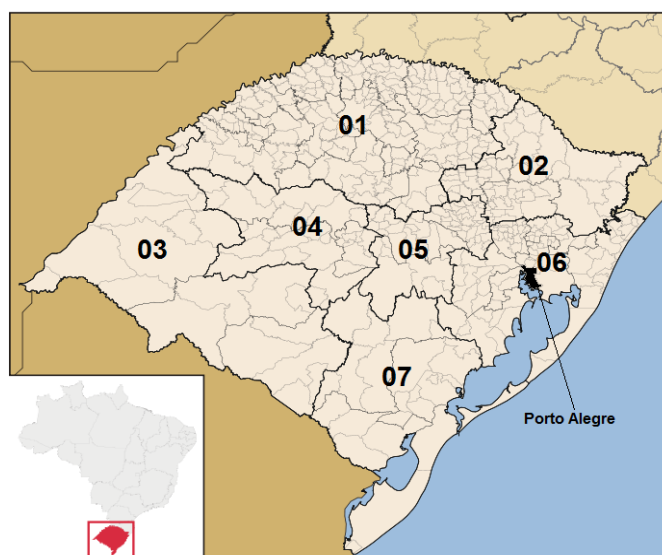


Tabela 59 - Representação por mesorregião e capital – Rio Grande do Sul

Mesorregião	% população ⁶⁹	% Eleitos 2006	Variação 2006 (%)	% Eleitos 2010	Variação 2010 (%)
01 - Norte/Noroeste	18,9	13,5	-5,4	16,1	-2,8
02 - Nordeste (Serra)	10,2	6,8	-3,4	8,6	-1,6
03 – Sudoeste	7,8	5,9	-1,9	4,9	-2,9
04 - Centro-Occidental	5,4	2,8	-2,6	4,7	-0,7
05 - Centro-Oriental	7,8	7,7	-0,1	7,7	-0,1
06 – Leste (Metropolitana e Litoral)	36,5	38,7	+2,2	35,1	-1,4
Porto Alegre	13,4	24,6	+11,2	22,9	+ 9,5

Fonte: Elaboração própria.

Pelos dados da tabela 59, percebemos que embora existam algumas pequenas distorções representativas, levando-se em conta a proporção população e o número de deputados federais eleitos, com os três principais municípios nas mesorregiões apresentadas nos dois pleitos, o sistema eleitoral vigente consegue traduzir, em grande parte, a conversão dos territórios em representatividade política das regiões do Rio Grande do Sul. As referidas variações encontradas estão dentro de um limite razoável, já que o sistema proporcional não privilegia a divisão geográfica dentre outros critérios de seleção, como faz, por exemplo, o sistema distrital puro.⁷⁰

Fazendo uma comparação entre os pleitos analisados, podemos perceber

⁶⁹ Com base nos dados do IBGE/2010.

⁷⁰ No sistema distrital puro, o critério geográfico é o grande aspecto a ser tomado como referência, já que a divisão do Estado pelo total de vagas destinadas à unidade federativa praticamente impõe ao eleitor apenas a proximidade territorial como único método de escolha.

que proporcionalmente, o processo eleitoral de 2010 acrescentou maior equilíbrio representativo entre o aspecto geográfico e o número de parlamentares eleitos pelas diferentes regiões.

No caso da capital, a sua sobre-representação já é esperada, pois a concentração dos aspectos econômicos, sociais, culturais em Porto Alegre acaba induzindo para a formação de bases eleitorais acima da proporção de sua população. O mesmo fenômeno é encontrado em Recife, conforme os dados da tabela 60, e devem ser esperados para a maioria das capitais brasileiras.

Figura 2 - Pernambuco - Mesorregiões

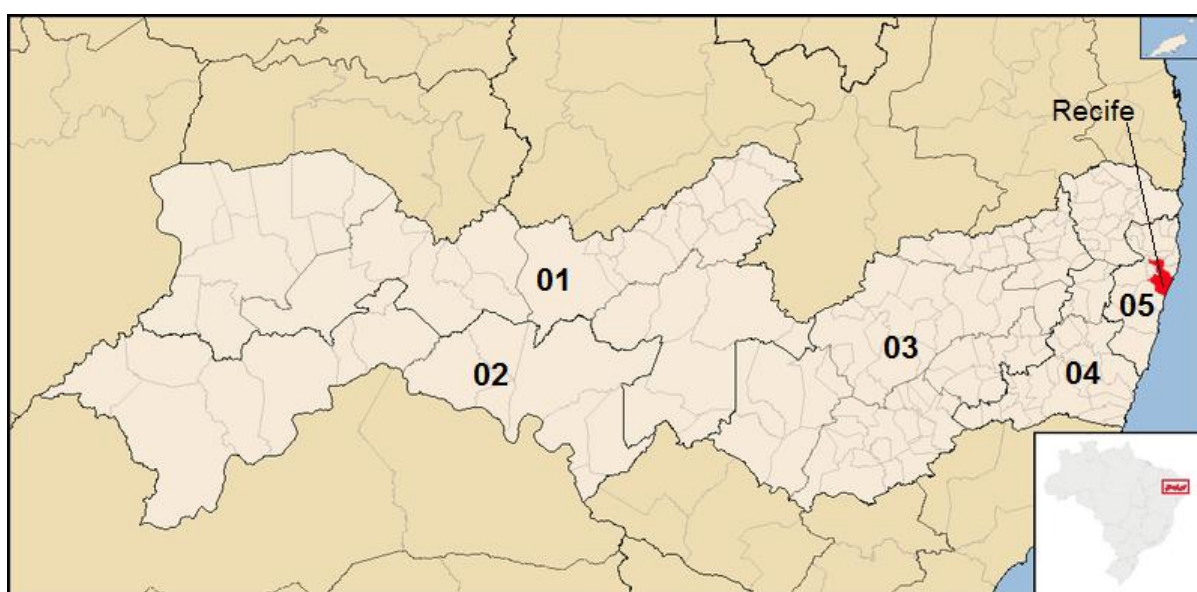


Tabela 60 - Representação por mesorregião e capital – Pernambuco

Mesorregião	% população ⁷¹	% Eleitos 2006	Variação 2006 (%)	% Eleitos 2010	Variação 2010 (%)
01 - Sertão	11,3	9,5	-1,8	10,5	-0,8
02 - São Francisco	6,5	4,1	-2,4	5,5	-1,0
03 - Agreste	25,4	16,0	-9,4	25,0	-0,4
04 - Zona da Mata	13,5	8,1	-5,4	5,5	-8,0
05 - Região Metropolitana	25,7	36,0	+10,3	26,4	+0,7
Recife	17,6	26,3	+8,7	27,1	+9,5

Fonte: Elaboração própria.

No caso pernambucano, a variação entre a porcentagem populacional das mesorregiões e o número de parlamentares eleitos foi um pouco maior se

⁷¹ Com base nos dados do IBGE/2010.

compararmos com o Estado gaúcho. A distorção foi maior no pleito de 2006, gerando um desequilíbrio representativo em que regiões como agreste e zona da mata tiveram “prejuízo” frente à Região Metropolitana e à capital Recife. Na eleição seguinte, apenas a Zona da Mata manteve esse “prejuízo”, o que significou um maior equilíbrio na representação das regiões de Pernambuco.

Se levarmos em conta apenas o processo eleitoral de 2010, mais uma vez encontramos uma proporcionalidade representativa, mesmo num sistema que não privilegia o aspecto geográfico na seleção parlamentar.

Respondendo a proposição inicial feita nesta pesquisa, podemos afirmar que, de uma forma geral, o sistema eleitoral proporcional de lista aberta no Brasil não privilegia diretamente a distribuição dos votos e a representatividade de algumas regiões em detrimento de outras, tomando-se como referência os Estados de Pernambuco e do Rio Grande do Sul.

Embora possam ser verificadas algumas distorções representativas nesses Estados, com variações que aumentam o número de deputados com bases eleitorais localizadas nas capitais e regiões metropolitanas, esse desequilíbrio está longe de configurar uma afronta à democracia brasileira. Outros problemas de ordem quantitativa, como o limite do número de parlamentares por Estado na Câmara dos Deputados, são muito mais evidentes e podem ser considerados mais importantes.

Uma constatação encontrada a partir da comparação entre a relação de eleitos nos dois pleitos pesquisados foi a da importância da formação de coligação para as eleições proporcionais.

Talvez seja possível afirmar que muitos mais do que o sistema proporcional de lista aberta, é a possibilidade da construção de alianças partidárias para essas eleições que acarreta distorções e problemas de representatividade.

No caso pernambucano, uma coligação com mais de 10 partidos, de todos os espectros ideológicos (direita, centro, esquerda), baseados nas composições para a eleição majoritária federal e estadual, alcançou 80% das vagas destinadas ao Estado em 2010.

Mas o que torna prejudicial essa característica do sistema brasileiro é outro fator também presente em todos os Estados brasileiros, a posse dos suplentes. Grande parte dos deputados eleitos por alianças vitoriosas para os Executivos federal e estadual prefere assumir cargos neste Poder a exercer o mandato

legislativo.⁷² Assim, como a ordem da posse dos suplentes segue a lista da coligação, muitas vezes, políticos de diferentes posições ideológicas assumem mandatos legislativos dos titulares, pela formação de alianças heterogêneas durante o último processo eleitoral. Nessa perspectiva, a legislação eleitoral brasileira privilegia o mandatário de cargos nos Parlamentos, que não precisam renunciar ou se desincompatibilizar ao cargo para assumir ou concorrerem a outros.

Outro elemento importante a ser destacado é a confirmação, já esperada, da importância do voto personalizado ou centrado na figura do candidato. A resposta desse aspecto veio a partir de duas constatações: o número de deputados titulares de mandato reeleitos no pleito de 2010 e o percentual de dominância sobre os votos municipais. Em relação ao primeiro ponto, cerca de 80% dos candidatos eleitos em 2006 que concorriam à reeleição, obtiveram êxito nesse objetivo. No outro quesito, foi verificado um índice de dominância na ordem de 45% do total dos parlamentares pesquisados. Ou seja, realmente o personalismo político acaba sendo importante característica do sistema eleitoral no país.

Por outro lado, embora possamos verificar que o voto personalizado seja um elemento marcante no cenário político brasileiro, assim como em outros países, o sistema proporcional de lista aberta não inibe a construção de outros critérios de seleção do eleitor na escolha de seu parlamentar. É possível afirmar que o vínculo territorial tem importância considerável, principalmente para os deputados com votações concentradas e em muitos casos para os parlamentares que dominam determinados votos municipais.

O sistema eleitoral brasileiro merece aperfeiçoamentos para aumentar a importância do mandato representativo em detrimento de interesses políticos menores, mas pesquisas como esta servem para ilustrar que nem tudo está errado quanto modelo adotado para a escolha dos parlamentares e que qualquer alteração deva ser estudada cuidadosamente em seus vários aspectos para não acarretar mais problemas do que os já existentes.

⁷² Alguns autores como Morgenstern, Mainwaring e Samuels apresentam esse fenômeno como atrelado às carreiras denominadas *progressive ambition*. Relacionam a troca de mandatos parlamentares por cargos de destaque no Poder Executivo como uma forma de hierarquização dos mandatos, em que eleições majoritárias seriam mais desejadas do que o exercício da legislatura.

REFERÊNCIAS

ALBUQUEQUE, Afonso de; STEIBEL, Fabro Boaz; CARNEIRO, Carolina Maria Zoccoli. A outra face do horário gratuito: partidos políticos e eleições proporcionais na televisão. Rio de Janeiro: **Revista Dados**, v. 51, n. 02, 2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/218/21851208.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2011.

AMES, Barry. **Os Entraves da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV. 2003.

BAQUERO, Marcelo. A tese da Mobilização Cognitiva e o declínio dos partidos. Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 1996 apud CARREIRÃO, Yan de Souza; KINZO, Maria D'Alva G. **Partidos Políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000100004&script=sci_arttext> Acesso em: 01 maio 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa>>. Acesso em: 01 nov. 2011.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2006/quadro-geral>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/eleicoes-2010/estatisticas>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores>. Acesso em: 15 out. 2011.

CAREY, John; SHUGART, Matthew S. Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas. **Electoral Studies**, v. 13, n. 4, 1996. Disponível em: <<http://www.olemiss.edu/courses/pol628/careyshugart95.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2011.

CARVALHO, Néelson Rojas de. **E no início eram as bases**: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. **Peço a palavra**: primeiro nós. Rio de Janeiro: Insight-Inteligência, v. 9, 2000.

CASTRO, IE. Instituições e território: possibilidades e limites ao exercício de cidadania. **Revista Geosul**, Florianópolis: UFSC, v. 19, 2003 IN MAGDALENO, Fabiano Soares. **A territorialidade da representação política**: vínculos eleitorais de compromissos dos deputados fluminenses. Rio de Janeiro: Annablume, 2010.

COSTA, Ivanete de Araújo. **Conexão eleitoral**: a reeleição na câmara dos deputados e o perfil político dos parlamentares com oito ou mais mandatos

consecutivos. Brasília: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, 2007.

COX, Gary; MCCUBBINS, Mathew D. **The legislative leviathan: party government in the house.** Berkeley: University of California Press, 1993.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/eleicoes-2010/camara-dos-deputados/deputados-federais-a-reeleicao>>. Acesso em: 10 maio 2011.

DIAS, José Luciano de Mattos. **O jogo e os jogadores: legislação eleitoral e padrões de competição política.** Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional.** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. Partidos políticos na câmara dos deputados: 1989-1994. Rio de Janeiro: **Revista Dados**, v. 38, n. 03, 1995.

FIORINA, Morris. **Congress: keystone of the Washington establishment.** New Haven: Yale University Press, 1989.

FLEISCHER, David Verge. Concentração e dispersão eleitoral: um estudo da distribuição geográfica do voto em Minas Gerais. 1966-1974. **Revista Brasileira de estudos políticos.** n. 43, 1976.

FLEISCHER, David Verge; RIBEIRO, Sérgio Otero. Simulações de divisões distritais dos estados brasileiros para as eleições federais de 1978. Brasília: **Revista de Informação Legislativa.** n. 78, 1981.

INDJAIAN, Maria Lúcia. **Análise Preliminar da bancada federal paulista eleita pelo MDB em 1978.** Relatório parcial de pesquisa apresentado à FAPESP. São Paulo: FAPESP, 1981.

KHREIBEL, Keith. **Information and legislative organization.** Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991. In: CARVALHO, Néson Rojas de. **E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

LIMA JR., Olavo Brasil de. **Sistema eleitoral brasileiro: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

LIMONGI, Fernando. **O novo institucionalismo e o estudos legislativos: a literatura norte-americana recente.** São Paulo: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, nº 37, 1994.

MAGDALENO, Fabiano Soares. **A territorialidade da representação política: vínculos eleitorais de compromissos dos deputados fluminenses.** Rio de Janeiro: Annablume, 2010.

MAINWARING, Scott. **Politicians, parties and electoral systems: Brazil** in comparative perspective. Kellogg Institute/University of Notre Dame Press, 1990. Autor do site: Kellogg Institute. Disponível em: <<http://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/141.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

MARENCO DOS SANTOS, André Luis. Regras eleitorais importam? Modelos de listas eleitorais e seus efeitos sobre a competição partidária e o desempenho institucional. Rio de Janeiro: **Revista Dados**, v. 49, n. 04, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n4/03.pdf>>. Acesso em: ??? 21 dez. 2011.

MAYHEW, David R. **Congress: the electoral connection**. New Haven: Yale University Press, 1974.

MENEGUELLO, Raquel. Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994 In: E. Dagnino (Org.). Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense apud CARREIRÃO, Yan de Souza; KINZO, Maria D'Alva G. Partidos Políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 maio 2011.

MIGUEL, Luis Felipe Miguel. **Accountability em listas abertas**. Curitiba: Revista de Sociologia e Política, v.18, n.37, 2010. Autor do site: Scientific Electronic Library Online. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000300012&script=sci_arttext>. Acesso em 10 fev. 2011.

MORGENSTERN, Scott; NACIF, Benito. **Legislative politics in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

NICOLAU, Jairo. Como controlar o representante? considerações sobre as eleições para a câmara dos deputados no Brasil. Rio de Janeiro: **Revista Dados**, v. 45, n. 02, 2002. Autor do site: Scientific Electronic Library Online. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000200002>. Acesso em: 15 mar. 2011.

_____. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. Rio de Janeiro: **Revista Dados**, v. 49, n. 04. Autor do site: Scientific Electronic Library Online. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n4/02.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2011.

_____. **Sistemas Eleitorais**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. Rio de Janeiro: **Revista Dados**, v. 46, n. 04, 2003.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; MIRÍADE, Angel. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. Rio de Janeiro: **Revista Dados**, v. 52, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v52n2/v52n2a02.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2011.

PERNAMBUCO. Tribunal Regional Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tre-pe.jus.br/publicanet/ServletMontarPagina.do?codObjetoPagina=9>>. Acesso em: 18 dez 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.tre-rs.gov.br/index.php?nodo=8061>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tre-rs.gov.br/eleicoes/2006/divulgacao/1turno/index.php?opcao=estado>>. Acesso em: 01 dez. 2011.

SACK, R. **The humam territoriality**: its teory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986 IN MAGDALENO, Fabiano Soares. **A territorialidade da representação política**: vínculos eleitorais de compromissos dos deputados fluminenses. Rio de Janeiro: Annablume, 2010.

SAMUELS, David. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. Rio de Janeiro: **Revista Dados**, v. 40, n. 03, 1997. Autor do site: Scientific Electronic Library Online. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300008>. Acesso em: 15 abr. 2011.

SANTOS, Fabiano. **Teoria de decisões legislativas**: microfundamentos do clientelismo político no Brasil. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: apresentado no IUPERJ, 1994.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 1996.

SAUGO, Josiana Fátima. **Geografia do voto e conexão eleitoral no Rio Grande do Sul**: 1994-2006. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

SINGER, André. Collor na periferia: a volta por cima do populismo In: LAMOUNIER, Bolivar. **De Geisel a Collor**: o balanço da transição. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1990.